



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação

Noélia Cantarino da Costa

Internacionalização da educação superior e o Programa Ciência sem Fronteiras: um estudo na Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2014

Noélia Cantarino da Costa

Internacionalização da educação superior e o Programa Ciência sem Fronteiras: um estudo na Universidade Federal Fluminense

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Formação Humana e Cidadania

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Villardi

Rio de Janeiro
2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C837 Costa, Noélia Cantarino da.
Internacionalização da educação superior e o Programa Ciência sem Fronteiras: um estudo na Universidade Federal Fluminense / Noélia Cantarino da Costa. – 2015.
164 f.

Orientadora: Raquel Villardi.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Educação – Brasil – Teses. 2. Ensino Universitário – Brasil – Teses. 3. Universidade Federal Fluminense – Teses. I. Villardi, Raquel. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 378(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Noélia Cantarino da Costa

Internacionalização da educação superior e o Programa Ciência sem Fronteiras: um estudo na Universidade Federal Fluminense

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Formação Humana e Cidadania

Aprovada em: 16 de dezembro de 2014

Banca examinadora:

Profa. Dra. Raquel Villardi (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Esther Hermes Lück
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Zacarias Jaegger Gama
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2014

A

Marcos e Vitória

Antônio e Lygia

e à força imensa das palavras amigas

AGRADECIMENTOS

Quando iniciei o Mestrado no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Uerj, planejava um período de imersão total nos estudos, um estado de fruição acadêmica, que eu vislumbrava possível com o afastamento do trabalho e uma vida tranquila. Não sabia nem poderia jamais imaginar que, antes mesmo das primeiras férias das aulas, a vida me surpreenderia e me faria dar um “salto quântico” – sem etapas, de uma só vez e para muito melhor. Eu me tornaria mãe de uma menininha com seis anos, uma história para contar e outra para escrever junto.

Assim, enquanto uma greve atingia a educação e envolvia até a pós-graduação brasileira – coisa de que eu nunca tivera notícia – e se desenrolava entre assembleias e negociações, em nossa casa algo muito sublime e grandioso acontecia, e uma nova família de pai, mãe, filha (e três labradores) se constituía.

Ao longo desse tempo e por tudo isso, o meu repositório de gratidão não cessa de crescer. Entre textos e leituras, meu universo acadêmico encheu-se de outros mundos e desafios; intercorrências de saúde vieram, ficaram e enfim se foram. Nada disso se vive ou se vence sem a rede de sustentação que foram e são a família, os amigos, os professores, os colegas, os profissionais de saúde e de muitas áreas, uma miríade de pessoas que diariamente tocam as nossas vidas e a fazem possível e melhor.

No espaço deste agradecimento formal, em que infelizmente não cabem todos os reconhecimentos devidos, agradecerei em conjunto a essas pessoas fundamentais. No espaço maior da minha gratidão, sua presença e seus nomes se inscrevem indelévels.

Agradeço à Diretoria de Relações Internacionais da UFF, pelo estímulo ao ingresso no Mestrado e pelas conversas e experiências compartilhadas, matéria primeira deste trabalho.

À Universidade Federal Fluminense e à Câmara dos Deputados, pelo estímulo que se traduziu na concordância com meu afastamento oficial.

Aos colegas, professores e funcionários do PPFH/Uerj, por compartilharem conhecimentos, experiências, boas conversas e o afeto do café quentinho. À Coordenação e ao Colegiado, agradeço a acolhida, muito além de administrativa,

dos meus pedidos de trancamento e prorrogação, assegurando tempo para a conclusão do curso.

Aos professores e amigos do Departamento de Patologia da UFF, pelos primeiros contatos com o universo da cooperação acadêmica internacional.

Aos amigos da Divisão de Capacitação e Qualificação Docente e da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UFF, e aos amigos de toda a vida, pela reconfortante presença em todas as horas.

Aos gestores e alunos da Universidade Federal Fluminense e ao presidente do CNPq, que contribuíram com suas opiniões, pela gentileza em participar e enriquecer este estudo.

À minha orientadora, reencontro de outros tempos, com a nostalgia das conversas muitas que gostaria de ter tido e o profundo reconhecimento pela compreensão das minhas limitações e percalços, pelo carinho com que compartilhou muitos acontecimentos e pela firmeza com que me conduziu nesta etapa de formação.

Aos professores da banca examinadora, pela cordialidade e generosidade com que me apontaram as correções de rumo na qualificação, cuja avaliação constitui motivo de honra para mim.

À minha família de agora, de antes e de sempre, em todas as suas composições, planos e dimensões, em todas as proximidades e distâncias, agradeço por caminharem ao meu lado e pelas mais diversas formas e intensidades de apoio, incentivo, presença e compreensiva ausência. Nela incluo a minha suave e diligente “assistente de mãe”.

E à Vida, em seus arranjos divinos, por pedir-me nada e dar-me tanto.

O mundo é grande e cabe
nesta janela sobre o mar
Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

COSTA, Noélia Cantarino da. *Internacionalização da educação superior e o Programa Ciência sem Fronteiras: um estudo na Universidade Federal Fluminense*. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Este trabalho tem como objetivo principal verificar a contribuição do Programa Ciência sem Fronteiras para a internacionalização da educação superior no Brasil, a partir do estudo de sua implantação na Universidade Federal Fluminense (UFF). Realizou-se pesquisa documental e estudo de caso, da seguinte forma: (a) revisão da literatura sobre internacionalização; (b) levantamento da regulamentação básica do Programa – Decreto 7.642/2011 e documentos do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); (c) levantamento da regulamentação do Programa na UFF; (d) mapeamento dos alunos da UFF que se candidataram ao Programa no seu primeiro edital (2011); (e) levantamento da opinião de bolsistas de graduação da primeira chamada pública, por meio de questionário, e de gestores do Programa na UFF, por meio de entrevista em semiprofundidade. Os resultados deste estudo estão organizados em quatro capítulos. O primeiro apresenta uma síntese de leituras, para situar sobre a internacionalização da educação superior, no cenário da globalização, e sobre a universidade na sociedade do conhecimento. O segundo trata do CsF, seu processo de criação e regulamentação, objetivos e metas, com foco na sua primeira Chamada Pública para concessão de bolsas de estudo no exterior. O terceiro traz o CsF na UFF, com o mapeamento dos alunos selecionados no primeiro edital e a opinião dos bolsistas e dos gestores institucionais. No quarto e último capítulo se faz uma análise do CsF com base na experiência da UFF no primeiro edital, discutindo-se os aspectos trazidos pelos bolsistas e gestores e a eventual contribuição do Programa no contexto da internacionalização da educação superior. Espera-se que esta investigação contribua para um entendimento crítico da internacionalização da educação superior e auxilie a execução de programas de mobilidade internacional.

Palavras-chave: Educação. Ensino Universitário. Internacionalização. Mobilidade Acadêmica Internacional. Universidade Federal Fluminense. Programa Ciência sem Fronteiras.

ABSTRACT

COSTA, Noélia Cantarino da. *Internationalization of Higher Education and the Brazilian Scientific Mobility Program "Ciência sem Fronteiras": a study at Fluminense Federal University*. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

This work aims to assess the contribution of the Brazil Scientific Mobility Program (BSMP), formerly known as Brazil Science Without Borders (SwB), for the internationalization of higher education in Brazil, based on the study of its implementation at Universidade Federal Fluminense (UFF). A document research and a case study were performed, as follows: (a) the reviewing of literature on internationalization; (b) the surveying of the basic regulation of the Program - Decree 7,642/2011 and documents from both the Ministry of Education (MEC) and the Ministry of Science, Technology and Innovation (MCTI); (c) the surveying of the program regulation within UFF; (d) the mapping of the UFF students who applied to the program on its first public notice (2011); and (e) the surveying of the opinion of undergraduate scholarship recipients from the first public call, through a questionnaire, and of the program managers at UFF, through semi-depth interviews. The results are organized into four chapters. The first presents a summary of the readings, positioning the internationalization of higher education in the globalization scenario, and the university in the knowledge society. The second chapter deals with the BSMP, its creation and regulation process and its objectives and targets, focusing on its first public call for granting scholarships abroad. The third chapter addresses the BSMP at UFF, mapping the selected students from the first call and the opinions of scholarship recipients and institutional managers. The fourth and final chapter analyzes the BSMP based on the experience of UFF in the first public notice, discussing the aspects brought by the scholarship recipients and managers, and the possible contribution of the program in the context of the internationalization of higher education. It is hoped that this investigation contributes to a critical understanding of the internationalization of higher education and assists in the execution of international mobility programs.

Key words: Education. Higher Education. Internacionalization. International Academic Mobility. Fluminense Federal University. Brazilian Scientific Mobility Program "Ciência sem Fronteiras".

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Implicações da globalização para a internacionalização da educação superior	37
Quadro 2 - Universidades de classe mundial – principais características	38
Quadro 3 - Ciência sem Fronteiras– Nova onda do processo de internacionalização?	49
Quadro 4 - CsF – Modalidades de Bolsas no Exterior	51
Quadro 5 - CsF – Modalidades de Bolsas no Brasil	51
Quadro 6 - CsF – Áreas e temas prioritários	52
Quadro 7 - CsF – Ações conforme Documento Completo	71
Quadro 8 - CsF - Metas revistas em 2013.....	71
Quadro 9 - CsF – Chamadas Públicas para Graduação Sanduíche nos EUA	74
Quadro 11 - CsF – Estrutura do Decreto 7.642/2011	79
Quadro 12 - CsF – Objetivos por público alvo, conforme Decreto 7.642/2011	80
Quadro 13 - CsF – Composição dos Comitês, conforme Decreto 7.642/2011	80
Quadro 14 - UFF – Editais de mobilidade internacional 2011	86
Quadro 15 - UFF/CSF – Primeiros editais UFF e respectivas Chamadas Públicas	88
Quadro 16 - UFF/CSF – Mapeamento dos bolsistas aprovados pela Capes	90
Quadro 17 - UFF/CSF – Classificação das universidades de destino dos bolsistas pelo Times Higher Education.....	91
Quadro 18 - UFF/CSF – Classificação das universidades de destino dos bolsistas pelo QS World University Rankings	91
Quadro 19 - Q19: O que ficou como mais importante, para você, do Ciência sem Fronteiras? O que você ganhou com sua participação?	118
Quadro 20 - Q20: O que a universidade brasileira, no caso a UFF, ganha com o Ciência sem Fronteiras?	119
Quadro 21 - Q21: O que o País ganha com o Ciência sem Fronteiras?	119
Quadro 22 - Q22: Qual sua principal crítica ao Ciência sem Fronteiras? Que sugestões você daria para o aperfeiçoamento do programa?	120
Quadro 23 - UFF/CSF – Gestores entrevistados	121
Quadro 24 - UFF/CSF - Roteiro para entrevista com gestores	121

Quadro 25 - UFF - Internacionalização na graduação ou pós-graduação, segundo os gestores.....	134
Quadro 26 - UFF- Mobilidade/internacionalização na graduação, segundo os gestores	134
Quadro 27 - UFF – Relação do CsF com a internacionalização, segundo os gestores	135
Quadro 28 - UFF/CSF – Sugestões para aperfeiçoar o Programa Ciência sem Fronteiras.....	137

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Fatores que criam maior empregabilidade nos diplomados	42
Figura 1 -	CSF – Cronograma inicial de bolsas do CNPq e da Capes, por ano e modalidade	81
Gráfico 2 -	UFF/CSF Chamada 01/2011 Bolsistas do Programa, por gênero (n=11)	93
Gráfico 3 -	UFF/CSF Chamada 01/2011 Participantes da pesquisa, por gênero_(n=9).....	94
Gráfico 4 -	Q2: Conhecimento prévio sobre mobilidade internacional:	95
Gráfico 5 -	Q3: Que motivos levaram você a participar do Ciência sem Fronteiras? Selecione por ordem de prioridade, sendo 1 o mais importante e 3 o de menor importância.....	96
Gráfico 6 -	Q4: Como foi sua preparação para o período no exterior? Avalie as seguintes etapas:	97
Gráfico 7 -	Q5: Sobre o planejamento das atividades acadêmicas a serem realizadas no exterior:	98
Gráfico 8 -	Q6: No seu ponto de vista, a escolha da Universidade no exterior deveria ser feita: (marque quantas opções quiser)	99
Gráfico 9 -	Q7: Como foi sua experiência no exterior quanto a:	100
Gráfico 10 -	Q8: Um dos objetivos do Ciência sem Fronteiras é aumentar a interação dos estudantes brasileiros com um ambiente internacional. Sobre isso, como foi sua experiência de relacionamento com:.....	102
Gráfico 11 -	Q9: Durante o período no exterior, que suporte institucional você recebeu?.....	103
Gráfico 12 -	Q10: Ao escolher as disciplinas, você usou como critério: (marque quantas opções desejar)	106
Gráfico 13 -	Q11: Assinale as atividades extras das quais participou durante a mobilidade no exterior:	107
Gráfico 14 -	Q12: Comparando a sua vivência acadêmica nos Estados Unidos e no Brasil, você diria:.....	108

Gráfico 15 -	Q13: Durante a sua permanência no exterior, você se dedicou a: (em ordem de prioridade, sendo 1 a atividade mais importante e 4 a de menor importância).....	109
Gráfico 16 -	Q14: Como foi sua experiência no retorno quanto a:.....	110
Gráfico 17 -	Q15: Você participou de projetos na UFF, antes e depois do Ciência Sem Fronteiras?	112
Gráfico 18 -	Q16: Como você avalia o impacto do Ciência sem Fronteiras, em relação aos itens abaixo?	114
Gráfico 19 -	Q17: Você conhece o Portal Estágios e Empregos, para bolsistas e ex-bolsistas do Ciência sem Fronteiras?.....	116
Gráfico 20 -	Q18: Pela sua experiência como bolsista, o Programa atingiu os objetivos previstos na Chamada Pública da qual você participou? ..	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC	Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento
ATCE	Annual Technical Conference and Exhibition
BJT	Bolsa jovens cientistas de grande talento no Brasil
Bracol	Programa de Mobilidade Brasil-Colômbia
BRICs	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BSMP	Brazil Scientific Mobility Program
BVE	Bolsa de Visitante Especial
C,T&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CAEI-CAIE	Congresso das Américas sobre Educação Internacional - Conference of the Americas on International Education
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBIE	Canadian Bureau for International Education
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Cefets	Centros Federais de Educação Tecnológica
Cefet/Rj	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cofecub	Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil
Conahec	Consortium for North American Higher Education Collaboration
CR	Coeficiente de Rendimento
Crub	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CsF	Programa Ciência sem Fronteiras
DAAD	Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico
DRI/UFF	Diretoria de Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESN	Estágio Sênior no Exterior
EUA	Estados Unidos da América

Faperj	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
Faubai	Fórum de Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais
FEC	Fundação Euclides da Cunha
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Fulbright	Comissão para Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil
Gatt	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GICsF	Gestor Institucional do Ciência sem Fronteiras
HBCUs	Historically Black Colleges and Universities (Universidades e Instituições Comunitárias Historicamente Negras)
ICHF	Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
ICTs	Instituições Científicas e Tecnológicas
IdUFF	Sistema de Identificação Única da Universidade Federal Fluminense
IEE	Institute of International Education
IES	Instituições de Ensino Superior
lesalc	Instituto Internacional para Educação Superior na América Latina e Caribe
Ifes	Instituições Federais de Ensino Superior
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INCTs	Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
MAE	Programa de Moradia para Alunos Estrangeiros
MBA	Master of Business Administration
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MIT	Massachusetts Institute of Technology
NAFSA	Association of International Educators

NOVA	Northern Virginia Community College (Instituição Comunitária de Ensino Superior da Virginia do Norte)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OUI	Organização Universitária Interamericana
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAI	Programa de Apadrinhamento do Intercambista
PDEE	Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior
PET	Programa de Educação Tutorial
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Pibid	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
Pibiti	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIUFF	Programa de Apoio a Projetos de Internacionalização da UFF
Pnaes	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
Proext	Programa de Extensão Universitária
Prograd	Pró-Reitoria de Graduação
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Proppi	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Prouni	Programa Universidade para Todos
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Pule	Programa de Universalização de Línguas Estrangeiras
Reari-RJ	Rede das Assessorias de Relações Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Riaces	Rede Ibero-americana para Acreditação da Qualidade da Educação Superior
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCP	Sistema de Controle de Processos
SEM	Setor Educacional do Mercosul
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sesc	Serviço Social do Comércio
Sescoop	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Sesi	Serviço Social da Indústria
Sest	Serviço Social do Transporte
SESu/MEC	Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação
Setec/MCTI	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
SISSA	Scuola Internazionale Superiore di Studi Avanzati
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SPE	Treinamento no Exterior
SPE	Society of Petroleum Engineers
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
SwB	Science without Borders
SWG	Bolsa de Graduação Sanduíche no Exterior
TOEFL	Test of English as a Foreign Language
TRIPS	Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
Uenf	Universidade Estadual do Norte Fluminense
Uerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Uezo	Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Uned	Unidade de Ensino Descentralizada
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UUK	Universities UK

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	20
1	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	23
1.1	Cenário mundial: globalização e outras complexidades do século 21	25
1.1.1	<u>Definição</u>	26
1.1.2	<u>Desigualdades</u>	27
1.1.3	<u>Distinção: rankings</u>	28
1.2	Internacionalização	31
1.2.1	<u>Manifestações da internacionalização</u>	32
1.2.2	<u>Mobilidade acadêmica</u>	33
1.2.3	<u>Sociedade do conhecimento</u>	35
1.2.3.1	Demandas para a educação superior	36
1.2.3.2	Universidade de classe mundial	37
1.2.4	<u>Economia do conhecimento</u>	40
1.3	Cenário brasileiro	45
2	O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS	50
2.1	Visão Geral	50
2.2	Gênese do Programa	56
2.2.1	<u>Antecedentes</u>	56
2.2.2	<u>Motivações</u>	59
2.3	Lançamento	64
2.4	Documento Completo	69
2.5	Concessão de bolsas	73
2.6	Marco legal	78
3	A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	83
3.1	Implementação do Programa – estruturas institucionais	83
3.1.1	<u>Estratégia e estrutura</u>	84
3.1.2	<u>Multiculturalismo e redes internacionais</u>	84
3.1.3	<u>Rede de assessorias</u>	85
3.1.4	<u>Reconfiguração e expansão da mobilidade acadêmica internacional</u>	86

3.2	Participação da UFF na primeira Chamada Pública	87
3.2.1	<u>Edital Conjunto Proppi/Prograd/DRI 01/2011</u>	88
3.2.2	<u>Mapeamento</u>	88
3.2.3	<u>Acompanhamento pela UFF</u>	92
3.3	O programa pelos seus atores	93
3.3.1	<u>Opinião dos bolsistas da UFF</u>	93
3.3.1.1	Perfil dos bolsistas	93
3.3.1.2	Informações sobre a participação	94
3.3.1.3	Conhecimento prévio sobre mobilidade internacional	95
3.3.1.4	Motivações	96
3.3.1.5	Seleção	96
3.3.1.6	Planejamento	98
3.3.1.7	Escolha da universidade de destino	99
3.3.1.8	Experiência no exterior	100
3.3.1.9	Interação dos estudantes no ambiente internacional	101
3.3.1.10	Suporte institucional durante a mobilidade	103
3.3.1.11	Atividades no exterior	106
3.3.1.12	Atividades acadêmicas extracurriculares	106
3.3.1.13	Vivência acadêmica – comparação Estados Unidos e Brasil	108
3.3.1.14	Dedicação às atividades	109
3.3.1.15	Retorno às atividades acadêmicas na UFF	110
3.3.1.16	Participação em projetos	111
3.3.1.17	Impacto do Programa para o estudante	113
3.3.1.18	Portal Estágios e Empregos	115
3.3.1.19	Atingimento dos objetivos da Chamada	116
3.3.1.20	Impacto individual do Programa	118
3.3.1.21	Impacto na universidade brasileira	118
3.3.1.22	Impacto para o país	119
3.3.1.23	Críticas e sugestões	120
3.3.2	<u>Opinião dos gestores da UFF</u>	121
3.3.2.1	Eixo 1 - Lançamento do Programa	122
3.3.2.1.1	Seleção dos alunos	123
3.3.2.1.2	Seleção das universidades	124
3.3.2.1.3	Impacto nas coordenações de curso	125

3.3.2.1.4	Formalidades para saída do país	126
3.3.2.2	Eixo 2 - Período no exterior	126
3.3.2.2.1	Chegada dos alunos ao exterior.....	127
3.3.2.2.2	Estágio no exterior.....	127
3.3.2.3	Eixo 3 - Retorno à UFF	128
3.3.2.4	Eixo 4 - Desdobramentos (“o depois”): impactos	129
3.3.2.5	Eixo 5 - Avaliação geral, críticas e sugestões	132
3.3.2.5.1	O que o país ganha com o CsF?.....	136
3.3.2.5.2	O que poderia ser feito para aperfeiçoar o Programa?	137
4	DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
4.1	Mobilidade internacional	139
4.1.1	<u>Evolução dos currículos e métodos de aprendizagem</u>	141
4.1.2	<u>A necessária participação da academia e o silêncio da academia</u>	143
4.2	Cooperação	145
4.3	Monitoramento, avaliação e compromisso público	146
4.4	Análise final	150
	REFERÊNCIAS	152

INTRODUÇÃO

Em minha trajetória de trabalho técnico na Universidade Federal Fluminense (UFF), por diferentes maneiras, sempre estive em contato com o que vim posteriormente a compreender como a dimensão internacional da educação superior. Estávamos no início dos anos 1980 e, logo no primeiro momento – antes mesmo de conhecê-los pessoalmente – soube que havia professores do departamento ao qual me vincularia fazendo doutorado pleno nos Estados Unidos e Inglaterra. Pouco depois, outros saíram para doutorado sanduíche no exterior. Como desdobramento dessas experiências acadêmicas no exterior, professores de universidades estrangeiras visitaram o nosso departamento, proferiram palestras e prepararam publicações conjuntas com os nossos professores. Entrávamos na década de 1990. Atuando na secretaria de um programa de pós-graduação que alcançou o conceito máximo na época (“A”), vi chegarem as bolsas de doutorado no país com estágio no exterior. Na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – atualmente também de Inovação, a Proppi – acompanhei o movimento de afastamentos do país, expressão funcional e protocolar do movimento de capacitação de servidores no exterior – principalmente do corpo docente, mas nos últimos anos também do corpo técnico – e da cooperação internacional da universidade.

No entanto, o interesse na internacionalização da educação superior, em si, começou na prática profissional na Diretoria de Relações Internacionais (DRI/UFF), em 2011. O acompanhamento dos processos de acordos bilaterais com instituições estrangeiras, a integração da UFF em rede do Mercosul, o movimento dos estudantes em mobilidade internacional, tudo ia descortinando um cenário muito mais amplo do que até então pudera supor.

Surgiram demandas para subsidiar apresentações institucionais sobre internacionalização, e com elas iniciaram-se os estudos sobre o tema. Alguns primeiros textos foram lidos e discutidos com a equipe da DRI. Com o tempo, intensificava-se o aprendizado, ao passo em que cresciam as ações com a implementação das diretrizes da nova gestão da Diretoria. Os programas institucionais de mobilidade ampliavam-se e se ampliariam ainda mais quando, em 26 de julho de 2011, o Governo Federal, em cerimônia no Palácio do Planalto, lançou o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), com o intuito de "promover a

consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2014).

As atividades do CsF começaram imediatamente, com a primeira Chamada Pública, que concedia bolsas de estudo para graduação sanduíche nos USA. Era 29 de agosto de 2011 e os alunos deveriam estar selecionados e prontos para iniciar suas atividades no exterior em janeiro de 2012.

Nesse período, praticamente de setembro a dezembro, as universidades brasileiras deveriam fazer a adesão ao Programa, lançar seus editais específicos, proceder a pré-seleção (ou seleção interna), encaminhar seus candidatos – cujas candidaturas seriam homologadas pelas agências brasileiras, depois de aprovadas pelas universidades americanas que também teriam aderido ao programa, por intermédio do *Institute of International Education* (IIE), nos Estados Unidos. Dúvidas e incertezas, muitas, e de todas as partes, ocuparam os canais de comunicação entre alunos, coordenadores institucionais nas universidades, agências e ministérios. Desde então tem sido muito intensa a gestão do Programa e suas repercussões, que se ampliam em número e alcance internacional com a adesão de mais países e mais universidades e institutos de pesquisa.

Tanto no nível governamental como em cada universidade, começaram a surgir as mais diversas questões, fosse para aparelhar as instituições para operacionalização das bolsas, fosse para contornar deficiências como a do domínio de idiomas pelos estudantes brasileiros. Entrou e continua em cena a necessidade de flexibilização dos currículos, para o futuro aproveitamento dos créditos cursados no exterior – especialmente no caso da graduação. E tudo se instaurou sob o regime da urgência, acelerando ou suprimindo discussões no âmbito das coordenações de curso.

Diante desse Programa, especificamente, aguçou-me o interesse por conhecer mais e melhor o caráter internacional da universidade e a moderna definição de internacionalização. Se, de um lado, a Universidade como instituição já nasceu internacional desde suas origens medievais, em sua trajetória e sobrevivência ao longo dos séculos ela foi-se reconfigurando, na sua relação com a sociedade.

A literatura sobre o tema revela-se bastante ampla, assim como o espectro de relações e interligações com a globalização, a sociedade do conhecimento, a economia do conhecimento e o impacto sobre a educação superior.

Este trabalho consiste, então, em um exercício de compreender o cenário de internacionalização da educação superior, descrever a criação do Programa Ciência sem Fronteiras e analisar o impacto de sua implantação na Universidade Federal Fluminense. O objetivo é verificar a contribuição do Programa para essa internacionalização.

Para a execução deste trabalho, realizou-se pesquisa documental e estudo de caso, da seguinte forma: revisão da literatura sobre internacionalização; levantamento da regulamentação básica do Programa – Decreto 7.642/2011 e documentos do MEC e do MCTI; levantamento da regulamentação do Programa na UFF; mapeamento dos alunos da UFF que se candidataram ao Programa no seu primeiro edital (2011), quanto aos cursos e instituições de destino; levantamento da opinião de bolsistas de graduação da primeira chamada pública, por meio de questionário, e de gestores do Programa na UFF, por meio de entrevista em semiprofundidade.

Os resultados deste estudo estão organizados em quatro capítulos. O primeiro apresenta uma síntese de leituras, para nos situar sobre a internacionalização da educação superior, no cenário da globalização, e sobre a universidade na sociedade do conhecimento. O segundo capítulo trata do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), seu processo de criação e regulamentação, objetivos e metas, com foco na sua primeira Chamada Pública para concessão de bolsas de estudo no exterior. O terceiro capítulo traz o CsF na Universidade Federal Fluminense (UFF), com o mapeamento dos alunos selecionados no primeiro edital e a opinião de bolsistas e de gestores institucionais. No quarto e último capítulo se faz uma análise do CsF com base na experiência da UFF no primeiro edital, discutindo-se os aspectos trazidos pelos bolsistas e gestores e a eventual contribuição do Programa para a internacionalização da educação superior, além de sugestões de aperfeiçoamento.

1 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Um programa especial de mobilidade acadêmica internacional é lançado pelo governo brasileiro, em 2011. Iniciativa presidencial, metas ousadas, grande volume de investimento, gestão conjunta de dois Ministérios, participação do Ministério das Relações Exteriores, áreas estratégicas, parceria com setor privado. Entre seus objetivos, contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras. Esse é o foco deste trabalho e, mais especificamente, deste capítulo: a internacionalização da educação superior.

Imersos que estamos nas tramas da linguagem (COSTA, 2000), é a partir das palavras que iniciaremos no amplo contexto da internacionalização. Falar em internacionalização é falar em fazer-se presente, ou visível, ou conhecido, fora dos limites nacionais. Puxam-se dois fios de discurso, no contexto de um mundo globalizado. Um, o da presença no mercado internacional. Competitividade. O outro, o fio da cooperação, da cidadania global, da tolerância entre os povos. Em ambos, a busca de um padrão internacional, seja de consumo ou de diálogo.

Num cenário global em que os recursos naturais dão sinais de esgotamento e que a tecnologia assume um papel central, um produto que emerge com valor – de mercado e de diálogo – é o conhecimento. Falar em conhecimento faz levantarem-se dois conceitos, interligados: sociedade do conhecimento e economia do conhecimento. Discussões importantes cabem aqui¹. Em linhas gerais, para o diálogo em padrão internacional a sociedade do conhecimento requer formação, capacitação, qualificação. Para a competitividade do mercado, a economia do conhecimento requer inovação.

No centro desse mapa está a universidade, instituição secular e *locus* tradicional de produção do conhecimento, atravessada por esses e tantos processos relacionados à globalização.

Nessa dinâmica, portanto, a internacionalização da educação superior se traduz, de um lado, pela capacidade de diálogo entre os pares, que permita a produção, disseminação e aplicação de conhecimento para o avanço das ciências e da compreensão de mundo. Na outra vertente, manifesta-se na capacidade de

¹ Cfr. as questões levantadas por Motta (2006) e a discussão de Zeleza (2005).

formar profissionais capazes de competir em um mercado global. “Inovar para competir, competir para crescer”, diz o slogan do Plano Brasil Maior,² lançado no mesmo ano do Ciência sem Fronteiras.

A internacionalização é tema de crescente interesse no campo da educação superior, e está presente em ensaios, estudos acadêmicos, congressos internacionais. Está na ordem do dia do debate internacional, tanto quanto se insere nas prioridades da agenda nacional dos países ao redor do mundo, com relevância em nível internacional, regional e institucional (ALTBACH et al, 2009). Muitos autores têm trazido importantes contribuições para o tema e a literatura é vasta e crescente. Em grande parte, este estudo terá como base os trabalhos do Prof. Phillip Altbach³ e seus pares,⁴ pela extensão e profundidade de sua obra e pelos valores acadêmicos que nela se refletem, trazendo seus pontos de vista.

Entre esses valores, está o considerar a educação superior como um bem público, por beneficiar toda a sociedade, tanto quanto cada indivíduo, e por isso continuar a merecer recursos públicos, em uma lógica contrária ao crescente comercialismo da educação superior (ALTBACH, 2013b). Outro, o de destacar a necessária diversidade – de temas, de metodologias – que garante independência intelectual do conhecimento, tema que discute a partir da análise do inglês como língua dominante e de como isso reflete forças hegemônicas e influencia as relações entre os países.

Ao longo do capítulo apresentaremos alguns conceitos e temas considerados centrais no estudo da internacionalização e da mobilidade acadêmica, no intuito de instrumentalizar as análises sobre o Ciência sem Fronteiras. Procuraremos apresentar o cenário em que surge esse Programa, tentando manter o olhar voltado para os desafios da educação superior em que se insere.

² Slogan do Plano Brasil Maior, a “política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal”, lançada em agosto de 2011. Para conhecer o Plano, consultar: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/inicio>.

³ Phillip Altbach é diretor do Centro para Educação Internacional da Lynch School of Education, Boston College. Entre seus pares e colaboradores, estão nomes igualmente importantes na área de estudos sobre educação superior e internacionalização, como Jane Knight, Laura Humbley, Hans de Wit, Jamil Salmi, Liz Reisberg, Uwe Brandenburg, entre muitos outros. Sobre o Prof. Altbach, consultar: <https://www.bc.edu/research/cihe/about/pga.html>

⁴ Uma das fontes para este capítulo será o livro organizado em homenagem ao Prof. Altbach, com estudos decorrentes de suas análises (MALDONADO-MALDONADO; BASSETT, 2014).

No planejamento deste capítulo, pensamos inicialmente em detalhar as várias definições dos termos relacionados à internacionalização. Entretanto, entre outras fontes, essas definições e conceitos estão organizados, descritos e contextualizados no Glossário da Enciclopédia de Pedagogia Universitária, volume 2, em capítulo específico sobre a internacionalização da educação superior, que discute

os conceitos basilares da Internacionalização da Educação Superior – uma das tendências mais marcantes e, para muitos, preocupantes do mundo contemporâneo. Aqui estão definidos termos que fazem parte do nosso dia-a-dia – termos como globalização, internacionalização, transnacionalização, multinacionalização, mcdonaldização, isomorfismo e alomorfismo organizacional, currículos internacionalizados, migração acadêmica, capitalismo acadêmico e, não poderiam faltar, acordos internacionais como GATT, OMC, TRIPS, etc. e agentes internacionais importantes como Banco Mundial, UNESCO, IESALC, OCDE, MERCOSUL, etc. e redes de agências acreditadoras recentes como a RIACES, a agência Ibero-Americana de Acreditação e Qualidade da Educação Superior. (MOROSINI, 2006, p. 51-52)

Cuidaremos, então, de buscar na literatura as reflexões sobre a internacionalização e globalização, sociedade e economia do conhecimento, e alguns de seus impactos e reflexos na educação superior, que tragam luzes a este estudo sobre o Ciência sem Fronteiras.

1.1 Cenário mundial: globalização e outras complexidades do século 21

Enquanto na gestão da universidade se trabalha, entre projetos, convênios e editais, compromissos e prazos, nem sempre se está atento às macro-relações daquilo que se está executando com o contexto “do mundo lá fora”, com o cenário mundial. Entretanto, Dias Sobrinho (2003, p.10) alerta: “Quer se adote uma ou outra linha de reflexão ante a globalização, o fato é que ela afeta direta ou indiretamente a todas as instituições e a todas as pessoas do planeta.”

A globalização está definida, no relatório preparado para subsidiar os debates da Conferência Mundial de Educação Superior da Unesco de 2009, da seguinte maneira:

A globalização, uma realidade chave no século 21, já influenciou profundamente o ensino superior. [...] **Nós definimos a globalização como**

a realidade constituída por uma economia mundial cada vez mais integrada, novas tecnologias de informação e comunicação, o surgimento de uma rede internacional de conhecimento, o papel do idioma Inglês, e **outras forças além do controle de instituições acadêmicas.**⁵ (ALTBACH et al, 2009, p. iv, tradução nossa, grifos nossos)

De forma bastante didática, Jane Knight aponta cinco elementos chave da globalização: sociedade do conhecimento, tecnologias de informação e comunicação, economia de mercado, liberalização do comércio e mudanças nas estruturas de governança. Em seu estudo sobre a educação superior em tempos de turbulência (KNIGHT, 2008), a autora elabora um quadro elucidativo com as implicações desses cinco elementos da globalização na internacionalização da educação superior e, ao tratar da governança, traz ao debate a criação de novas estruturas e sistemas de governança internacionais e regionais – que nos remetem à discussão de Manuel Castells sobre a governação global.

Segundo Castells (2005, p. 25), “existe uma transformação ainda mais profunda na sociedade em rede [termo que ele usa em lugar de sociedade do conhecimento]: o aparecimento de uma nova forma de Estado” relacionado à globalização e que vai substituindo o estado-nação, qual seja as associações, redes, de estados, cuja forma “mais significativa e integrada” é a União Europeia, além de uma série de “instituições formais e informais, internacionais e supranacionais que, realmente, governam o mundo.”

1.1.1 Definição

Altbach (2013b, p. 7, tradução nossa) indaga sobre “o que é globalização e como isso afeta as políticas de educação superior e as instituições acadêmicas” e afirma que

⁵ No original: “Globalization, a key reality in the 21st century, has already profoundly influenced higher education. (...) We define globalization as the reality shaped by an increasingly integrated world economy, new information and communications technology, the emergence of an international knowledge network, the role of the English language, and other forces beyond the control of academic institutions.”

“a resposta é enganosamente simples e as implicações, surpreendentemente complexas.”⁶

E responde: “Para a educação superior, globalização quer dizer amplas forças sociais, econômicas e tecnológicas que moldam as realidades do século 21”.⁷ A complexidade fica por conta do que essas forças incluem, como a tecnologia da informação (característica da sociedade do conhecimento, como adiante se verá), “novas formas de se pensar o financiamento da educação superior e concomitante aceitação de forças de mercado e de comercialização, mobilidade sem precedentes de estudantes e professores, a disseminação global de ideias sobre ciência e conhecimento acadêmico, o papel do inglês como a principal língua internacional da ciência”⁸ (ALTBACH, 2013b, p. 7, tradução nossa), entre outros. É nesse contexto que se afirma que a educação superior está em um período de transição.

1.1.2 Desigualdades

Um aspecto central nas discussões de Altbach é a questão das desigualdades entre os sistemas acadêmicos, que não só se perpetuam como podem ser intensificadas pela globalização. Concorre para isso a “obsessão” pelos *rankings*, cuja formulação, liderada pelos países desenvolvidos de língua inglesa, acaba por gerar um ciclo de competição excludente, em vista dos critérios de produtividade e qualidade – estabelecidos por esses mesmos países.

Segundo o autor, na combinação de forças que globalizou a ciência, com as novas tecnologias de informação, todo mundo tem acesso imediato ao conhecimento, e,

⁶ No original: “What is globalization and how does it affect higher education policy and academic institutions?” “The answer is deceptively simple and the implications are surprisingly complex.”

⁷ No original: “For higher education, globalization implies the broad social, economic, and technological forces that shape the realities of the 21st century.”

⁸ No original: “These elements include advanced information technology, new ways of thinking about financing higher education and a concomitant acceptance of market forces and commercialization, unprecedented mobility for students and professors, the global spread of common ideas about science and scholarship, the role of English as the main international language of science, and other developments.”

Portanto, todo mundo tem de competir no mesmo campo de jogo para participar da pesquisa e descoberta. É como se algumas equipes (as universidades mais ricas) tivessem a melhor formação e equipamentos, enquanto a maioria dos jogadores (as universidades dos países em desenvolvimento e pequenas instituições em todos os lugares) estivessem muito atrás.⁹ (ALTBACH, 2013b, p. 9, tradução nossa)

Santos (2008, p. 84) também discorre sobre os *rankings* e, embora considere que, em si, a ideia não seja negativa, alerta que “tudo depende dos critérios que o definem e do modo, transparente ou não, como são aplicados”, sob pena de contribuírem para as desigualdades.

O mesmo alerta é trazido por Gama e Villardi (2014, p.16):

Buscar alcançar posições de destaque, compatíveis com as das universidades mais bem colocadas nos *rankings* internacionais, ainda que a partir de critérios exógenos, pode ser uma aspiração, mas não pode ser a meta prioritária de instituições de países periféricos, sobre as quais recaem condições diferenciadas de trabalho, além de compromissos explícitos com a sua população, os quais não podem ser negligenciados.

1.1.3 Distinção: rankings

Altbach (2013b) atribui o surgimento dos *rankings* à massificação da educação superior e à competição e comercialização da educação pós-secundária em todo o mundo, pela necessidade de as instituições se distinguirem entre si, como forma de justificar maiores cobranças pela educação que oferecem. No entanto, assim como Santos (2008), ele destaca a importância de se analisar como esses *rankings* se constituem e o que realmente medem – que é, em grande parte e de várias maneiras, a produtividade em pesquisa, por ser mais fácil de mensurar, ainda que seja abordada diferentemente pelos diversos *rankings*.

Uma das críticas de Altbach (2013b, p. 83, tradução nossa) é o fato de que, nos *rankings*, não há a dimensão ensino, “uma das principais funções de qualquer universidade é amplamente ignorada em todos os rankings.”¹⁰

⁹ No original: “Thus everyone must compete on the same playing field to participate in research and discovery. It is as if some teams (the wealthiest universities) have the best training and equipment, while the majority of player (universities in developing countries and smaller institutions everywhere) are far behind.”

¹⁰ No original: “One of the main functions of any university is largely ignored in all of the rankings.”

1 Nesse caminho, o autor aponta para uma outra questão central em seu trabalho: a avaliação de que, excetuando-se as universidades e países mais ricos, o resto do mundo está ainda num sistema de centros e periferias (ALTBACH, 2014, p. 21-23), em uma luta para competir com o poderio acadêmico dos países centrais. Altbach refere-se também a neocolonialismo – “as muitas iniciativas de que os governos têm se servido para adquirir, manter ou ampliar sua influência no exterior.”¹¹ (ALTBACH, 2014, p. 21-22, tradução nossa)

2 Em sua análise, a centralidade dos países está baseada em vários fatores, entre eles, a língua, especialmente o inglês; a dimensão e a influência do sistema acadêmico, com vantagem para as antigas potências colonizadoras. Sob o ponto de vista da dependência, os países em desenvolvimento são ainda estruturalmente dependentes dos colonizadores e outras nações desenvolvidas, por força do capitalismo global e políticas governamentais específicas. Essa questão é também abordada por Lima e Maranhão (2009, p. 588).

Com isso a globalização estaria trabalhando contra um outro valor da educação superior, o da cooperação acadêmica.

A globalização da ciência e do conhecimento acadêmico, a facilidade de comunicação e a circulação dos melhores talentos acadêmicos em todo o mundo não levaram a uma igualdade na educação superior. Na verdade, tanto dentro dos sistemas acadêmicos nacionais quanto globalmente, as desigualdades são maiores do que nunca.¹² (ALTBACH, 2014, p. 10, tradução nossa)

Os conceitos de globalização e internacionalização estão inter-relacionados, mas encontramos em Altbach a distinção entre eles:

Um “toma lá, dá cá” entre globalização e internacionalização é evidente para muitos observadores de ensino superior, mas uma das distinções fundamentais entre os dois conceitos é a noção de **controle**. A globalização e seus efeitos estão fora do controle de qualquer ator ou conjunto de atores. A internacionalização, no entanto, pode ser vista como **uma estratégia** das sociedades e instituições para responder às muitas exigências colocadas pela globalização e como um caminho da educação superior para preparar

¹¹ No original: “The term neocolonialism has been used to define the many initiatives that governments have used to gain, maintain, or enhance their influence abroad.”

¹² No original: “The globalization of science and scholarship, ease of communication, and the circulation of the best academic talents worldwide have not led to equality in higher education. Indeed, both within national academic systems and globally, inequalities are greater than ever.”

os indivíduos para o engajamento em um mundo globalizado.¹³ (ALTBACH et al, 2009, p. 23-24, tradução nossa)

Esse nos parece ser um ponto central no que tange à internacionalização da educação superior no cenário global: a possibilidade de controle pelo seus atores em nível nacional. Como diz Altbach (2008, p. 123, tradução nossa), diferentemente da globalização, na internacionalização “há muito espaço para iniciativa e as instituições e governos podem decidir como lidar com o novo ambiente”.¹⁴

A globalização tem uma natureza invasiva, e discute-se o seu caráter irremediável (ALTBACH, 2009; ZELEZA, 2005; HECKERT, 2001); as redes internacionais são uma realidade, mas a internacionalização, entendida como *estratégia* de engajamento global, permite que as comunidades científicas e os sistemas de educação superior nacionais e locais a tomem nas mãos, para evitar a homogeneização (ALTBACH, 2013b) ou a perpetuação da produção de conhecimento homogêneo (SANTOS, 2008).

Jane Knight (2014) considera essa uma das cinco verdades sobre internacionalização: o necessário respeito às prioridades locais, nacionais e regionais, sob pena de se incorrer em homogeneização. A diversidade traz perspectivas valiosas à ciência e ao conhecimento acadêmico.

A internacionalização pode ser positiva, mas com a homogeneização, perde-se a preocupação com as questões locais e regionais, bem como se **perdem as ideias que podem não estar na corrente internacional predominante.**¹⁵ (ALTBACH, 2013b, p. 6, tradução nossa, grifos nossos)

O autor conclui reforçando o alerta e apontando para a independência intelectual:

A necessidade essencial é a compreensão da importância das comunidades científicas e intelectuais nacionais. Criar um equilíbrio entre o local e o

¹³ No original: “A give and take between globalization and internationalization has been evident to many higher education observers, but one of the key distinctions between the two concepts is the notion of control. Globalization and its effects are beyond the control of any one actor or set of actors. Internationalization, however, can be seen as a strategy for societies and institutions to respond to the many demands placed upon them by globalization and as a way for higher education to prepare individuals for engagement in a globalized world.”

¹⁴ No original: “With much room for initiative, institutions and governments can choose the way in which they deal with the new environment.”

¹⁵ No original: “Internationalization may be positive, but with homogenization we lose a concern for local and regional issues as well as ideas that may not be in the international mainstream.”

global pode não ser fácil, mas a independência intelectual depende disso.¹⁶
(ALTBACH, 2014)

1.2 Internacionalização

Em todo o mundo há um movimento pela internacionalização do ensino superior, de que são exemplos pactos plurinacionais como, na Europa, o Acordo de Bolonha¹⁷ (em 1999), com o objetivo principal de elevar a competitividade internacional do sistema europeu do ensino superior e, na América Latina, o Mercosul Educacional – mais especificamente para a pós-graduação, o Protocolo de Integração Educacional¹⁸ (BRASIL, 1999), entre outros.

Na busca de uma definição para esse fenômeno, diversos autores trazem conceitos e características de internacionalização. Em artigo que se propõe a repensar o conceito de internacionalização, Hans de Wit fala da origem do termo como “educação internacional”, e atribui sua mudança a vários fatores, entre eles “a crescente globalização de nossas economias e sociedades”:

A Associação Internacional de Universidades começou a repensar o processo de internacionalização e práticas, de modo a posicionar a internacionalização e os seus valores subjacentes na atual sociedade global do conhecimento.¹⁹

(...)

Somente nas últimas duas décadas se pode observar uma transição gradual do uso de "educação internacional" para "internacionalização do ensino superior", e a criação de uma abordagem mais conceitual para

¹⁶ No original: “The essential necessity is an understanding of the importance of national scientific and intellectual communities. Creating a balance between the local and the global may not be easy but intellectual Independence depends on it.”

¹⁷ Ao tratar da globalização e internacionalização da educação superior, Gürüz (2011, p. 180-189) faz uma retrospectiva e uma avaliação do processo de Bolonha, sob o título “A resposta europeia: o Processo de Bolonha”. Dias Sobrinho (2005, p. 173) também se debruça sobre o assunto, em capítulo dedicado às transformações na educação superior europeia: “No fundo, a Declaração de Bolonha é o registro formal de um importante processo que visa criar uma sólida convergência na educação superior europeia, a fim de que esta responda adequada e eficientemente aos problemas, oportunidades e desafios gestados pela globalização da economia.”

¹⁸ O Protocolo de Integração Educacional entrou em vigor em 5 de outubro de 1999, com a promulgação do Decreto 3.196, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. (BRASIL, 1999).

¹⁹ No original: “The International Association of Universities has started to rethink the internationalization process and practices, so as to position internationalization and its underlying values in the current global knowledge society (www.iauiau.net).”

internacionalização. Vários fatores – tais como a queda da cortina de ferro, o processo de unificação europeia e a crescente globalização de nossas economias e sociedades – desempenharam um papel nessa transferência de uma noção fragmentada e marginal de "educação internacional" para um conceito mais integrado, isto é, "abrangente", de internacionalização.²⁰ (DE WIT, 2013, p. 6-7, tradução nossa)

Na sistematização elaborada por Vilalta (2012, p. 63-65), “percebe-se a interseção de alguns conceitos-chave, comuns a todos os autores tais como: ensino, pesquisa, mobilidade acadêmica”. Em nossa percepção, destaca-se entre eles o caráter de *processo* da internacionalização, e o papel da universidade/instituições de educação superior como *agente* desse processo.

Considerando o objeto de nosso estudo, optamos pela objetividade da seguinte definição: “a Internacionalização é definida como a variedade de políticas e programas que as universidades e os governos implementam para responder à globalização.”²¹ (ALTBACH et al, 2009, p. IV, tradução nossa)

1.2.1 Manifestações da internacionalização

Apesar da variedade de formas pelas quais a internacionalização se manifesta, consideradas as diversidades locais, nacionais e regionais (ALTBACH et al, 2009), e a necessidade de uma relação simétrica entre os países (ZELEZA, 2005), alguns elementos comuns foram identificados e nos interessam particularmente neste estudo:

mobilidade das pessoas, programas e instituições; a proeminência crescente de pesquisa colaborativa; evolução dos currículos, bem como dos métodos de ensino e aprendizagem; um sentido cada vez mais elevado de interligação da educação superior em todo o globo; e a crescente disseminação do fenômeno da internacionalização entre as instituições e os

²⁰ No original: “Only in the last two decades could one observe a gradual transition from the use of ‘international education’ to ‘internationalization of higher education,’ and the creation of a more conceptual approach to internationalization. Several factors – such as, the fall of the iron curtain, the European unification process, and the increased globalization of our economies and societies – played a role in this transfer from a fragmented and marginal notion of ‘international education’ to a more integrated, that is, ‘comprehensive’ concept of internationalization.”

²¹ No original: “Internationalization is defined as the variety of policies and programs that universities and governments implement to respond to globalization.”

sistemas mais amplos de educação superior.²² (ALTBACH et al, 2009, p. 24, tradução nossa)

1.2.2 Mobilidade acadêmica

Um dos aspectos mais visíveis desse contexto de globalização e internacionalização, a mobilidade internacional de estudantes e acadêmicos tornou-se um dos principais fatores na educação superior – ainda que seja característica da universidade desde suas origens (ALTBACH et al, 2009).

Cresce o número de estudantes internacionais de educação superior, e as estimativas para 2025 giram em torno de 7,2 milhões (ALTBACH et al, 2009, p. 25). O Instituto de Estatística da Unesco possui um mapa interativo do fluxo global de estudantes de educação superior (*Global Flow Of Tertiary-Level Students*), que apresenta a mobilidade por origem ou de destino, apresentando ainda dados gerais de cada país (UNESCO, 2011).

Os fluxos da mobilidade, notadamente voltados para os países desenvolvidos (Sul-Norte), refletem a concentração de talento no mundo desenvolvido, que, retroalimentada pela drenagem ou fuga de cérebros (*brain-drain*), contribui para a desigualdade acadêmica internacional (ALTBACH et al, 2009). Como complementa Maldonado-Maldonado (2014, p. 128, tradução nossa), “a mobilidade acadêmica muitas vezes é apenas um outro espelho das enormes lacunas entre os países em termos de desenvolvimento econômico e social e, portanto, em termos de produção de conhecimento.”²³

Voltando-se no tempo, no entanto, vê-se que a mobilidade acadêmica internacional não é um fenômeno nascido em nossa era. Ao estudar os antecedentes históricos da globalização e internacionalização da educação superior, Kemal Gürüz (2011) traça um panorama da mobilidade acadêmica que se inicia com

²² No original: “mobility of people, programs, and institutions; the rising prominence of collaborative research; evolving curricula as well as approaches of teaching and learning; an increasingly heightened sense of interconnectedness of the higher education enterprise across the globe; and the growing pervasiveness of the phenomenon of internationalization across institutions and broader systems of higher education.”

²³ No original: “Academic mobility is oftentimes simply another mirror of the enormous gaps existing between countries in terms of economic and social development and thus regarding the production of knowledge.”

o mundo grego, passa pelos tempos medievais e nos conduz pelo humanismo. Discorre sobre o surgimento da universidade napoleônica e da universidade alemã – e, nesta, a introdução da pesquisa como segunda função da universidade, integrada ao ensino, como legado de Humboldt. Atravessa o período das guerras mundiais até o surgimento do modelo americano de universidade. Após esse percurso pela história da educação superior, o autor ressalta:

A discussão (...) mostra claramente que a mobilidade acadêmica internacional, no passado, comportava não só o movimento de pessoas, mas também o movimento das instituições e dos programas através das fronteiras. Ao longo da história, tem sido impulsionada não só por considerações acadêmicas, mas também por lógicas culturais, políticas e econômicas. A situação não é muito diferente na economia global de hoje.²⁴ (GÜRÜZ, 2011, p. 169, tradução nossa)

Adiante, o autor sinaliza o interesse de organizações internacionais na educação (OCDE, Unesco, União Europeia e, posteriormente, o Banco Mundial), na segunda metade do século 20, e,

Assim, enquanto o século XIX assistiu a "nacionalização" do ensino superior, com o surgimento do Estado-nação, a segunda metade do século XX viu a interação das políticas governamentais com os pontos de vista defendidos por organizações internacionais. [...] Com o advento da globalização, a educação superior em todo o mundo começou a se "internacionalizar", tanto no conteúdo e no âmbito das suas atividades.²⁵ (GÜRÜZ, 2011, p. 171, tradução nossa)

Não menos importante, porém mais difícil de mapear, segundo Altbach, Reisberg e Rumbley (2009), é a mobilidade de acadêmicos e pesquisadores, posto que inclui não somente a permanência no exterior em programas de bolsas de estudo e projetos de cooperação, como também a participação em eventos e conferências.

²⁴ No original: "The foregoing discussion clearly shows that international academic mobility in the past has comprised not only the movement of people, but also the movement of institutions and programs across borders. Throughout history, it has been driven not only by academic considerations, but also by cultural, political, and economic rationales. The situation is not much different in today's global economy."

²⁵ No original: "Thus, whereas the nineteenth century witnessed the 'nationalization' of higher education with the emergence of the nation-state, the second half of the twentieth century saw the interaction of governmental policies with the views espoused by international organizations.[...] With the advent of globalization, higher education worldwide started to 'internationalize', in both the content and the scope of its activities."

Há ainda a mobilidade das próprias instituições e programas, também difícil de rastrear, que se dá por diferentes maneiras, desde a oferta de cursos em conjunto até o estabelecimento de filiais (*branch campuses*) no exterior. Esse fluxo de oferta educacional transfronteiriça também é desigual e, salvo exceções, move-se notadamente na direção Norte-Sul.

A mobilidade implica a necessidade de reconhecimento das atividades realizadas em outros ambientes educacionais, o que requer padrões de referência e um entendimento compartilhado, entre os países, de qualidade, de equivalência de formação e qualificações profissionais, que passa pelos currículos e unidades de crédito. O processo de Bolonha é sempre um exemplo dessa necessária integração. Nesse aspecto, possuem papel importante as convenções supranacionais, mas acima de tudo as discussões nesse plano, entre regiões, nações e instituições, envolvem um valor acadêmico que ultrapassa a academia e constitui conceito nas relações internacionais: confiança. (ALTBACH; REISBERG; RUMBLEY, 2009).

1.2.3 Sociedade do conhecimento

Porque o conhecimento é o que move e muda o mundo.
Slogan do Programa Ciência sem Fronteiras²⁶

“O conhecimento sempre constituiu um ponto central na existência humana e sempre desempenhou papel vital em todas as fases do desenvolvimento histórico de qualquer sociedade”, afirma Zeleza (2005, p. 22), questionando o conceito de sociedade do conhecimento. Esse questionamento também está posto no relatório *Towards Knowledge Societies* (UNESCO, 2005b).

No mundo pós-industrial, globalizado, com as novas tecnologias de informação e comunicação, o conhecimento assume papel central, e “as atividades humanas tornaram-se dependentes de um enorme volume de conhecimento e

²⁶ Slogan impresso em *banner* da cerimônia de lançamento do Decreto 7.642/2011, que regulamenta o Programa Ciência sem Fronteiras. Imagem disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/fotos-institucionais-view/-/journal_content/56_INSTANCE_Jx0V/10157/85852>. Acesso em: 10 nov. 2014.

informação” (SCHWARTZMAN, 2008, p.15). Em verdade, a revolução da informação transformou a sociedade industrial em sociedade do conhecimento (GÜRÜZ, 2011). O advento da Internet no início dos anos 1990 revolucionou o modo como vivemos e a palavra “conhecimento” passou a adjetivar – e assim a qualificar, gramatical e conceitualmente – a sociedade (GATES, 2005).²⁷

Reforçando e ampliando a questão das desigualdades entre ricos e pobres, na sociedade do conhecimento, “não basta aos países ter grandes riquezas naturais. Não atingirão estágios elevados de desenvolvimento, não terão futuro, se não investirem consistentemente em formação humana. É a educação que acrescenta valor à vida humana.” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 75)

Essa afirmação vincula o que se chama de sociedade do conhecimento à centralidade da educação.

1.2.3.1 Demandas para a educação superior

As demandas dessa sociedade do conhecimento pressionam as instituições de educação superior. Seja pela ênfase na produção de pesquisa em áreas prioritárias, seja pela necessidade de realização da pesquisa via cooperação internacional, em face da complexidade dos assuntos e/ou dos custos. Ao mesmo tempo, as tendências do mundo do negócio têm exigido uma geração de jovens profissionais com um tipo específico de credenciais e competências – como, por exemplo, o MBA-*Master of business administration* – que se difundiu em todo o mundo (ALTBACH et al., 2009). Há um novo tipo de formação sendo demandada,

um indiscutível interesse global em desenvolver estudantes que sejam comunicadores qualificados, pensadores críticos eficazes, dinâmicos solucionadores de problemas, e produtivos membros de equipes em ambientes diversificados (cada vez mais Internacionais e interculturais) está mudando a maneira com que os professores ensinam e os alunos

²⁷ No original: “It’s hard to say exactly when it happened, but at some point in the last 20 years the word ‘knowledge’ became an adjective. As intellectual property became increasingly important to businesses, and personal computers started appearing on every desktop, employees morphed into knowledge workers, companies began to focus on knowledge management and key information was stored in knowledge bases connected -- in theory -- via knowledge networks. The result was the knowledge economy, a phenomenon that has transformed the business of business and helped entire emerging economies to compete globally.”

aprendem em muitos contextos, bem como o conteúdo específico para que os alunos são expostos.²⁸ (ALTBACH et al., 2009, p. 26, tradução nossa)

A sociedade do conhecimento é apresentada por Jane Knight como um dos elementos da globalização que afetam a educação superior, e seus impactos estão descritos no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Implicações da globalização para a internacionalização da educação superior

Elemento: Sociedade do Conhecimento	Impacto na educação superior	Implicações para a dimensão internacional da educação superior
<p>Importância cada vez maior da produção e uso do conhecimento como fator de riqueza para as nações.</p>	<p>Ênfase crescente em educação continuada, aprendizagem ao longo da vida e desenvolvimento profissional contínuo cria uma demanda reprimida maior por educação pós-secundária.</p> <p>A necessidade de desenvolver novas habilidades e conhecimento resulta em novos tipos de programas e qualificações.</p> <p>O papel das universidades em pesquisa e produção de conhecimento se altera, torna-se mais comercializado.</p>	<p>Novos tipos de prestadores de serviços privados e públicos oferecem programas de educação e formação através das fronteiras – por exemplo, empresas privadas de comunicação social, redes de instituições públicas/ privadas, universidades corporativas, empresas multinacionais. Os programas se tornam mais sensíveis às demanda do mercado. Programas de capacitação especializados são desenvolvidos para nichos de mercado e desenvolvidos profissional e distribuídos em todo o mundo. A mobilidade internacional de estudantes, acadêmicos, fornecedores e projetos aumenta. A mobilidade é tanto física quanto virtual.</p>

Fonte: Knight, 2008, p. 6. Adaptado. Tradução nossa.

Assim como na sistematização de Jane Knight o uso do conhecimento se relaciona com a riqueza das nações, para Arimoto (2005, p. 186) “é de prever-se que a função da pesquisa se tornará mais importante, porque a descoberta e a invenção aqui são fatores indispensáveis.” No panorama da diferenciação da oferta de educação superior e suas complexidades, a questão da pesquisa conduz à configuração das universidades de classe mundial (*world class universities*).

1.2.3.2 Universidade de classe mundial

²⁸ No original: “(...) an arguably global interest in developing students who are skilled communicators, effective critical thinkers, dynamic problem solvers, and productive team members in diverse (increasingly international and intercultural) environments is changing the way that teachers teach and students learn in many contexts, as well as the specific content to which students are exposed.”

O programa Ciência sem Fronteiras (...) busca dar condições (...) para que a gente acelere a condição de termos universidades de classe mundial.

*Aloizio Mercadante*²⁹

Em artigo de 2003, Altbach se propõe a apresentar uma definição de universidade de classe mundial – tarefa que ele próprio considerava impossível. Ao mesmo tempo, procura ressaltar a importância para as instituições acadêmicas de serem também “nacionais” ou “regionais”. Para o autor, não basta apenas procurar emular as universidades mais ricas e, muitas vezes, mais elitistas, é preciso estar atento às necessidades locais. A primeira dificuldade, então, estaria nos critérios de avaliação, que são internacionais, uma vez que é o julgamento de outros que eleva uma universidade ao rarefeito topo das instituições de classe mundial.

Segundo Altbach, ‘classe mundial’ é definida por dicionários como uma classificação entre os primeiros do mundo, um padrão internacional de excelência. Entretanto, a questão é quem decide esse padrão na educação superior. Apesar das incertezas, Altbach acredita ser possível, pelo menos, apontar características relevantes do *status* de classe mundial, e lista as principais, reunidas no Quadro 2.

Quadro 2 - Universidades de classe mundial – principais características

Excelência em pesquisa

É o que sustenta a ideia de classe mundial: uma pesquisa que seja reconhecida pelos pares e que empurre as fronteiras do conhecimento.

A pesquisa precisa ser avaliada e divulgada. Para alcançar excelência, são necessários professores de alto nível. Para atrair e reter a melhor equipe acadêmica, tem que haver condições favoráveis de trabalho.

Liberdade acadêmica

Um ambiente de entusiasmo intelectual é parte central de uma universidade de classe mundial.

Professores e alunos precisam ser livres na busca pelo conhecimento, independentemente dos resultados, e na publicação de seus trabalhos sem receio de punição por autoridades acadêmicas ou externas.

Governança da instituição

Universidades de classe mundial possuem uma parcela significativa de autogovernança.

Conservam uma forte tradição, normalmente fundamentada em estatutos, que asseguram à comunidade acadêmica um controle sobre elementos centrais da vida acadêmica.

Instalações adequadas

São essenciais ao trabalho acadêmico.

As pesquisas mais avançadas e criativas, assim como o ensino mais inovador, precisam ter acesso a bibliotecas e laboratórios apropriados, além de Internet e outros

²⁹ EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2011.

	recursos eletrônicos.
Financiamento adequado	
<i>Prerrequisito central do empreendimento acadêmico.</i>	Os recursos financeiros precisam estar disponíveis para apoiar a pesquisa e o ensino, assim como outras funções da universidade. A manutenção de uma complexa instituição acadêmica não é apenas dispendiosa, mas o apoio precisa ser constante e a longo prazo.

Fonte: Elaboração da autora, de acordo com Altbach (2003).

Considerando que muitas universidades passaram a almejar esse padrão superior de qualidade, Altbach alertava para o risco de se dar muita ênfase à obtenção desse *status* de classe mundial:

Instituições e nações precisam avaliar cuidadosamente suas necessidades, recursos e interesses a longo prazo antes de se lançarem numa campanha para criar instituições de classe mundial.³⁰ (ALTBACH, 2003, p. 8, tradução nossa)

Segundo o autor, a preocupação excessiva em alcançar esse patamar poderia acabar desviando energia e recursos de objetivos mais importantes ou realistas dos países em particular. Altbach complementa que o conceito de uma universidade de classe mundial reflete as normas e os valores de instituições acadêmicas dedicadas à pesquisa e líderes mundiais, especialmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

As universidades operam em contextos nacionais e globais. A ideia de classe mundial está na esfera global. Pressupõe que a universidade está competindo com as melhores instituições acadêmicas do mundo e aspirando ao auge da excelência e do reconhecimento. Realidades nacionais e até regionais podem ser diferentes. Elas estão relacionadas às necessidades da sociedade e economia mais próximas, e requerem uma capacidade de resposta das comunidades locais. A natureza do desempenho e dos papéis acadêmicos pode diferenciar-se ao se relacionar com esses diferentes contextos. Rotular uma universidade de classe mundial enquanto se relega outras a posições mais baixas da hierarquia acadêmica talvez seja inevitável, mas não deixa de ser lamentável. De que maneira lidar com essas realidades diferentes não é fácil, mas é de fundamental importância.³¹ (ALTBACH, 2003, p. 8, tradução nossa)

³⁰ No original: "Institutions, and nations, need to carefully assess their needs, resources, and long-term interests before launching into a campaign to build world-class institutions."

³¹ No original: "Universities operate in both national and global contexts. The world-class idea is in the global sphere. It assumes that the university is competing with the best academic institutions in the world and is aspiring to the pinnacle of excellence and recognition. National and even regional realities may be different. They relate to the need of the immediate society and economy and imply responsiveness to local communities. The nature of academic performance and roles may differ when relating to these different contexts. To label one world class while relegating the others to the

Apesar disso, Altbach acredita que o debate sobre classe mundial tem um benefício importante. Essa discussão chama a atenção para aperfeiçoamentos e padrões acadêmicos. Além disso, ajuda a questionar os papéis das universidades na sociedade e a pensar formas de integração das instituições acadêmicas com o sistema de educação superior, tanto dentro de um país como no universo acadêmico global.

Esforçar-se em busca da excelência não é uma coisa ruim e a competição pode desencadear melhorias. No entanto, um senso de realidade deve fazer parte dessa equação, assim como sensibilidade com o bem público. A imprecisão do conceito de uma universidade de classe mundial, aliada à impossibilidade, pelo menos até agora, de medir a qualidade e a realização acadêmica, torna esse esforço ainda mais difícil. De fato, provavelmente seja o caso de que energias e recursos inovadores da educação superior devessem ser direcionados para metas mais realistas e talvez mais úteis.³² (ALTBACH, 2003, p. 8, tradução nossa)

Em estudos mais recentes, Altbach (2013a) informa que as universidades de pesquisa entraram para a agenda de políticas de muitos países em desenvolvimento, especialmente das nações que buscam competir na economia global do conhecimento.

1.2.4 Economia do conhecimento

(...) eu gosto muito do Ciência sem Fronteiras porque ele é um grande investimento para ajudar a levar o nosso País rumo à economia do conhecimento.

nether regions of the academic hierarchy is perhaps inevitable, but nonetheless unfortunate. How to relate to these varying realities is not easy, but it is of central importance.”

³² No original: “Striving for excellence is not a bad thing, and competition may spark improvement. Yet, a sense of realism must be a part of the equation, and sensitivity to the public good as well. The fuzziness of the concept of a world-class university combined with the impossibility, so far at least, of measuring academic quality and accomplishment makes the struggle difficult. Indeed, it might well be the case that the innovative energies and resources of higher education should be focused on more realistic and perhaps more useful goals.”

A economia do conhecimento, ou baseada no conhecimento, é uma realidade do século 21, decorrente do reconhecimento do papel central do conhecimento e da tecnologia no crescimento econômico. É marcada pela crescente demanda de profissionais qualificados, com domínio de tecnologias e capacidade de criar, de solução de problemas (OCDE, 1996).

Segundo Castells (2002, p. 398),

(...) hoje em dia, as forças produtivas não se medem em toneladas de aço nem em quilowatts, como diriam Henry Ford ou Lênin, mas na capacidade inovadora de gerar valor agregado através do conhecimento e da informação. Esse modelo de crescimento econômico baseado no conhecimento é o mesmo em toda parte, como foi a industrialização no paradigma do desenvolvimento.

Silva e Beraldo (2008, p. 312, grifos nossos) trazem considerações sobre o sentido que é atribuído à ciência e à tecnologia na produção das inovações que fomentam a competitividade econômica:

No contexto da globalização, fica entendido que países que ainda não atingiram o nível de desenvolvimento desejado, como é caso do Brasil, precisam adequar rapidamente suas velhas estruturas políticas, econômicas, sociais, jurídicas, educacionais à nova lógica econômica, posto ser questão-chave para entrar na ciranda da competitividade instaurada em escala global. Isso explica o conjunto de reformas que foram promovidas nas últimas décadas nos diversos setores da administração pública, de modo evidente, inclusive no campo educacional.

Em se tratando da educação superior, subtende-se que tais instituições precisam dar respostas positivas e imediatas às demandas do mercado, o que comporta a adoção da mesma lógica que rege as relações de produção. Espera-se que a **universidade se renove a galope**, porque ela é o espaço voltado, por excelência, para o desenvolvimento de pesquisas e para a formação de profissionais criativos, dinâmicos, inovadores, competitivos, aptos para ingressar no mundo do trabalho que, cada vez mais, se torna seletivo, exigente e flexível.

No cenário mundial, há um entendimento tácito dos governos de que um pré-requisito para a economia do conhecimento é que educação superior, pesquisa e sistemas de inovação precisam estar integrados ao desenvolvimento econômico e social (OECD, 2012). Essa integração foi também mencionada pelo Prof. Oliva

³³ PORTAL BRASIL, 2014.

(2014), em recente palestra sobre a correlação entre o crescimento econômico em determinadas áreas com o investimento que se faz em educação, ciência e tecnologia.

Surge a demanda por um novo profissional, capaz de operar o “novo conhecimento necessário”, exigindo uma reestruturação da universidade, como menciona Ferreira (2010, p. 67-68, grifos nossos) em sua pesquisa sobre a universidade no século 21, a partir dos estudos de Silva e Beraldo:

No referencial do *novo conhecimento necessário*, a universidade produtora e socializadora do conhecimento necessita reestruturar-se. Assim, as instituições vêm sendo pressionadas a atuar na **preparação do chamado trabalhador competitivo**, de modo a tornar-se um “*agente* da produção tecnológica, da ciência aplicada, produzindo conhecimentos que se transformem em inovação, ou seja, em fator de incremento ao mercado” (SILVA; BERALDO, 2008:315).

Em 2009, foram descritas tendências globais da educação superior (ALTBACH et al, 2009). Jane Knight (2008) usou a expressão macrotendências, e já se encontra o termo megatendências (BRITISH COUNCIL, 2013, MARGINSON, 2014). No estudo do Conselho Britânico, são apresentadas seis *megatendências*, com base no conceito do Instituto de Estudo do Futuro de Copenhague³⁴: “grandes forças no desenvolvimento da sociedade que afetarão todas as áreas de crescimento humano e do progresso em geral nos próximos anos.”³⁵ (BRITISH COUNCIL, 2013, p.2, tradução nossa)

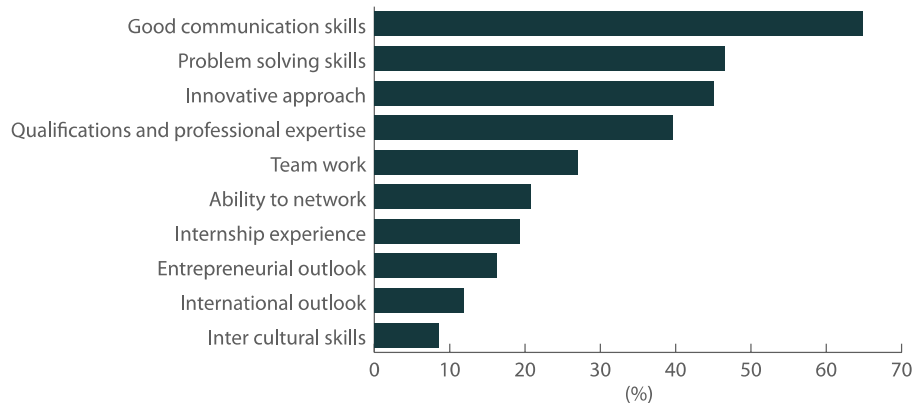
Entre essas megatendências da educação internacional está a demanda global por força de trabalho. Uma pesquisa feita na Índia – país que, segundo o estudo, deverá superar a China no fornecimento de recursos humanos – apresentou os resultados apresentados no Gráfico 1, que compõem um perfil do “novo profissional” no novo modelo de economia do conhecimento:

Gráfico 1 - Fatores que criam maior empregabilidade nos diplomados

³⁴ Copenhagen Institute of Future Studies. Página eletrônica institucional em português: <http://www.cifs.dk/portuguese.asp>

³⁵ No original: “great forces in societal development that will affect all areas of general human growth and progress in years to come”.

Factors that create strong employability in graduates



Source: Inside India, Education Intelligence, British Council 2013, base 4731

Fonte: BRITISH COUNCIL, 2013, p. 14.

Se não todas, as habilidades de maior índice no Gráfico 1.1 – boa comunicação, capacidade de solução de problemas, abordagem inovadora, qualificação e experiência profissional – parecem ilustrar a corrida global de competências (*global skills race*) a que se referiu o então Primeiro-Ministro britânico Gordon Brown:

Há um tempo, nos preocupamos com a corrida armamentista global. O desafio deste século é uma corrida de habilidades e é por isso que temos de avançar mais rapidamente com as nossas reformas para ampliar as oportunidades de educação para todos...

(...) A globalização determina que as nações bem sucedidas serão aquelas que extraírem o melhor das pessoas e de seu potencial. E esta é a nova oportunidade para a Grã-Bretanha. Simplificando: no passado, nós destravamos apenas alguns dos talentos de algumas das pessoas, o desafio agora é **destravar todos os talentos de todas as pessoas**.³⁶ (BROWN; LAUDER; ASHTON, 2008, p. 4, tradução nossa, grifos nossos)

Razões e circunstâncias dessa ordem estabelecem os inúmeros desafios para a educação superior, tanto no nível institucional como no das políticas públicas. A necessidade da internacionalização se apresenta “para acompanhar o ritmo da globalização, tanto econômica quanto acadêmica”³⁷ (ALTBACH et al, 2009, p. 31,

³⁶No original: “Once, we worried about a global arms race. The challenge this century is a global skills race and that is why we need to push ahead faster with our reforms to extend education opportunities for all... (...) Globalization dictates that the nations that succeed will be those that bring out the best in people and their potential. And this is the new opportunity for Britain. Put simply: in the past, we unlocked only some of the talents of some of the people; the challenge now is to unlock all the talents of all of the people. Prime Minister Gordon Brown”

³⁷ No original: “to keep pace with both economic and academic globalization”.

tradução nossa) e traz consigo a necessidade de reestruturação da educação superior em todo o mundo – em função “das transformações no ambiente social da sociedade do momento [devidas] também à lógica intrínseca da função do conhecimento” (ARIMOTO, 2005, p. 187).

Altbach (2013a) refere-se à economia global do conhecimento como um dos principais motores da transformação da educação superior em todo o mundo. Entre as realidades produzidas pela globalização que afetam a educação superior, o autor aponta, como central, a constituição de uma rede internacional de conhecimento – dependente da Internet, do inglês como principal idioma científico e dos crescentes vínculos entre instituições acadêmicas.

Nesse cenário, as universidades, especialmente as que estão no topo do sistema acadêmico, participam cada vez mais da rede global de conhecimento. Os centros acadêmicos tradicionais, especialmente dos grandes países de língua inglesa, dominam o sistema mundial, e muitas universidades, especialmente de países em desenvolvimento, participam da rede, mas de forma periférica.

Como consequência da mobilidade internacional, cresce o chamado intercâmbio de cérebros, numa lógica que se aproxima da crítica de Dias Sobrinho (2010, p. 123), ao dizer que “da educação superior o mercado quer se servir do ‘produto humano’ (profissionais formados) e do ‘produto material’ (resultados das pesquisas).” Nessa dinâmica da economia do conhecimento, também chamada de “capitalismo acadêmico”, reside também uma questão ética da internacionalização no comportamento dos países, discutida por Altbach, entre outros autores.

Ao mesmo tempo em que a dimensão internacional da educação superior parece ter vindo para ficar e deverá continuar a crescer em importância na agenda das instituições e dos sistemas educacionais, globalmente, é preciso um olhar crítico para os riscos envolvidos. O desafio está lançado e o alerta também: as novas oportunidades de cooperação internacional podem ser poderosos instrumentos para o aumento da qualidade da educação superior e da inovação, em múltiplas dimensões, mas muitos riscos – homogeneização, comercialização, “usina de diplomas”, drenagem de cérebros – deverão ser enfrentados em um ambiente global de educação superior de custo alto, ritmo acelerado, competitividade e desigualdades (ALTBACH et al, 2009, p. 35).

1.3 Cenário brasileiro

O Brasil precisa inovar.

*Aloizio Mercadante*³⁸

A posição do Brasil no cenário mundial, com o fortalecimento das relações com outros países e da participação em blocos econômicos relevantes, provoca mudanças em todas as áreas. Nesse panorama, o déficit de profissionais para corresponder, manter e responder a todas as demandas desse crescimento tem ecoado muito na educação superior.

Um dos pontos fortes deste momento da educação superior, dos estudos pós-graduados e sua intrínseca relação com a pesquisa – e desta com o desenvolvimento do país – é a sua internacionalização, acompanhando a tendência mundial. As parcerias de grupos de pesquisa brasileiros com pesquisadores estrangeiros não são fato novo, mas vêm se intensificando e, mais importante, vêm tomando feição cada vez mais institucionalizada, pela via das agências de fomento brasileiras e estrangeiras, refletindo políticas governamentais e de relações exteriores entre os países.

Morosini (2006b, p. 122, grifos nossos), no entanto, adverte:

ao analisar os países que serão os consumidores dos produtos educacionais das relações internacionalizadas, refiro-me especificamente ao Brasil, poder-nos-íamos aventurar a dizer que estamos ainda, timidamente, na fase da constituição do conceito de internacionalização universitária. **Urgem estudos sobre a temática, para que não caiamos num processo transnacional onde as negociações regulatórias não considerem as características regionais e a soberania do estado-nação.**³⁹

Nas universidades brasileiras, vêm de algum tempo as parcerias internacionais, viabilizadas em grande parte dos casos pelos programas de cooperação internacional, financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelas agências congêneres dos países com os

³⁸ Apresentação do Programa Ciência sem Fronteiras.

³⁹ Remete à questão do controle, descrita por Altbach e trazida aqui no item sobre globalização.

quais o Brasil mantém acordos bilaterais, como o DAAD (Alemanha), o COFECUB (França) e tantos outros.⁴⁰

Na esteira dessa cooperação, seja de pesquisadores, grupos de pesquisa ou mesmo de programas de mestrado e doutorado, e em decorrência das iniciativas dos colégios doutorais da Capes, começam a ganhar número em nossas universidades as teses de doutorado em cotutela. Assim como a produtividade em pesquisa, a internacionalização é critério de avaliação da pós-graduação no sistema da Capes, e isso acaba por ser estímulo à cooperação e à disseminação do conhecimento em nível mundial, pela publicação em periódicos internacionais, notadamente em língua inglesa. Morosini (2006a, p.156) categoriza essa cooperação como indicador da internacionalização da educação superior no Brasil:

A CAPES/MEC, órgão responsável pela pós-graduação no país utiliza como critério de excelência para a avaliação o nível de internacionalização do programa de pós-graduação *stricto sensu*. O CNPq também utiliza critérios de internacionalização (publicação em periódicos internacionais, grupos de pesquisas internacionais, etc.) para a avaliação da produtividade do pesquisador brasileiro.

Os trabalhos acadêmicos de Ferreira (2009), Laus (2012), Bezerra (2012) e Vilalta (2012) apresentam e discutem, sob óticas complementares, a evolução da internacionalização da educação superior no Brasil, apresentando casos de universidades brasileiras.

Na Universidade Federal Fluminense, instituição objeto deste estudo, a regulamentação sobre cotutela (UNIVERSIDADE..., 2013) entrou em vigor em 2013, disciplinando as relações já existentes entre alguns de seus programas de pós-graduação e parceiros internacionais no tocante à “elaboração de teses de doutorado sob a égide de programas de pós-graduação de países diferentes.” (UNIVERSIDADE..., 2013, art. 1º.-I)⁴¹

O movimento na graduação começa a se intensificar. As iniciativas de estudar no exterior, antes marcadamente individuais, mudaram (inclusive ao nível semântico) do intercâmbio para a mobilidade. Gradativamente, a mobilidade vêm se

⁴⁰ O que os autores apontam é o fato de que essas parcerias eram mais individuais e pontuais (LIMA; CONTEL, 2011)

⁴¹ Conforme definido na Res. 133/2013-CEP/UFF, art. 1º: “I – cotutela: modalidade de elaboração de tese de doutorado, sob a égide de programas de pós-graduação de países diferentes; II – dupla diplomação, dupla titulação ou duplo doutorado: decorrente da cotutela de tese de doutorado, é a via pela qual o doutorando recebe título de doutor pela UFF e por uma instituição estrangeira conveniada, nos termos da convenção de cotutela.”

tornando mais institucionalizada, pelo compromisso com o reconhecimento de créditos e da qualidade que lhe é intrínseco – como no caso do Ciência sem Fronteiras.

O crescente interesse em convênios de dupla diplomação, no Brasil, são uma expressão desse movimento. Para Jane Knight (2008, p. 22, tradução nossa), “como uma estratégia de internacionalização os programas de dupla diplomação dirigem-se ao coração da academia: o processo de ensino e aprendizagem e a produção de novos conhecimentos entre países.”⁴² Leandro Tessler acena na mesma direção: “Dentro do contexto de internacionalização do ensino superior, o duplo diploma, aparentemente, é uma das formas mais efetivas de avançar.” (UNICAMP, 2014)

Note-se que essas formas de diplomação conjunta são manifestações de uma tendência da educação superior chamada multinacionalização, que de forma genérica se define como programas acadêmicos de colaboração (ALTBACH, 2004, 2008). O autor vai mais longe e vê nos programas conjuntos de doutoramento uma forma de contornar a questão da drenagem de cérebros – dos países em desenvolvimento para os países ricos – uma vez que dá a oportunidade do estudo no exterior, combinando-a com o retorno ao país de origem, e por esta via contribuindo com o aperfeiçoamento dos sistemas acadêmicos em desenvolvimento e com a construção de capacidade de pesquisa. Sob o título de “justiça acadêmica”, ele afirma que, assim, “pelo menos, os países em desenvolvimento não estariam diretamente subsidiando os sistemas acadêmicos dos [países] ricos.”⁴³ (ALTBACH, 2013b, p. 45, tradução nossa)

As Chamadas do Ciência Sem Fronteiras contemplam, a partir de 2013, a realização de duplo diploma, embora a execução dessa possibilidade seja questionada por Tessler, pela ausência – na configuração do Programa – de cooperação entre as instituições (UNICAMP, 2014).

Diferentes motivações marcaram, ao longo da história recente do Brasil, a internacionalização do ensino superior e geraram políticas e programas diversos (LIMA e CONTEL, 2009). Resumidamente, os autores estabelecem quatro períodos: entre 1930 a 1950, a vinda de professores visitantes, para o fortalecimento do

⁴² No original: “As an internationalization strategy, double/multiple degree programs address the heartland of academia – the teaching and learning process and the production of new knowledge between and among countries.”

⁴³ No original: “Then, at least, the developing countries would not be directly subsidizing the academic systems of the rich.”

projeto acadêmico das universidades emergentes; nos anos 1960-70, a concessão de bolsas de estudo para mestrado e doutorado no exterior, com vistas à reestruturação do sistema educacional superior; nas décadas de 1980-90, programas de bolsas para doutorado no exterior em áreas estratégicas, vinda de professores visitantes, ida de estudantes para poucas disciplinas (doutorado sanduíche), para a expansão e consolidação da pós-graduação e estímulo à pesquisa de ponta em áreas estratégicas; a partir do ano 2000, o fomento a programas de bolsas de doutorado em áreas estratégicas sem tradição de pesquisa no Brasil, professores visitantes, bolsas sanduíche, criação de universidades federais orientadas para a internacionalização ativa (a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, por exemplo), e comercialização de serviços educacionais, objetivando a inserção internacional da pós-graduação *stricto sensu*, a realização de pesquisa de ponta; a integração regional de caráter inclusivo, o estabelecimento de diferencial competitivo de algumas instituições ou cursos e a captação de estudantes.

Após analisar esses períodos e motivações sobre a internacionalização da educação superior no Brasil, assim consideram Lima e Contel (2011, p. 220):

No que concerne ao caso brasileiro, em face ao que foi aprendido com as experiências vividas desde 1930 e a consolidação do sistema de pós-graduação *stricto sensu*, internacionalmente respeitado, talvez haja chance de o País, por meio da organização de suas instituições públicas e privadas, trabalhar para que a internacionalização desse importante circuito ganhe contornos mais próximos ao que foi retratado nesse texto como **cooperação**. (grifo nosso)

“Contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros” é um dos objetivos do Programa Ciência sem Fronteiras (BRASIL, 2011). Em nossas reflexões na DRI/UFF, com base no estudo de Lima e Contel (2009) ousamos formular a hipótese de se o Ciência sem Fronteiras estaria inaugurando um novo período de internacionalização na educação superior (vide Quadro 3). Resta saber sob quais motivações⁴⁴ e de que modos.

⁴⁴ Sobre a questão das motivações, interessante crítica se encontra em Laus (2004, p. 16): “A complexidade dos interesses por trás do que sempre esteve envolvido por uma blindagem chamada ‘motivação acadêmica’ já não permite uma ação ingênua nem o puro seguimento da moda, que têm provocado uma intensificação da busca sem critérios por novos programas, convênios e atividades que geram visibilidade às instituições. Chegou o momento de uma reflexão conjunta e profunda, onde muitas perguntas deverão ser respondidas.”

Quadro 3 - Ciência sem Fronteiras– Nova onda do processo de internacionalização?

Período	Ênfase do programa	Provedores	Motivação
2011-	Mobilidade internacional: alunos de graduação e de pós-graduação, pesquisadores	Governo Brasileiro, por meio da Capes e CNPq	Acadêmica, política, econômica e industrial
	Bolsas de estudo: graduação no exterior, doutorado sanduíche no exterior, doutorado em tempo integral, pós-doutorados, educação profissional, bolsas de alto nível, pesquisadores / acadêmicos visitantes e mestrado profissional	(financiamento principal) Parceiros internacionais, academia e indústria (co-financiamento)	Fortalecer e expandir as iniciativas em ciência e inovação tecnológica; competitividade
	Temas estratégicos e áreas de interesse		Lançar sementes para revolucionar o sistema de P&D; expor os estudantes e pesquisadores brasileiros a um ambiente de alta competição e empreendedorismo

Fonte: MELLO et al, 2013

Silva (2012, p. 29), a partir do mesmo estudo de Lima e Contel (2009), atribui ao Programa o surgimento de novas motivações para a internacionalização da educação superior brasileira, que poderiam ser incluídas no Quadro 3:

(...) redução significativa do déficit (“apagão da mão de obra”) de formação de pessoal qualificado para atender às demandas para o desenvolvimento do País nas áreas tecnológicas, sobretudo nas engenharias; ampliação significativa do contingente de pessoal qualificado para apoiar o desenvolvimento sustentável do País e, fortalecimento das relações diplomáticas com os países envolvidos.

O Programa Ciência sem Fronteiras será apresentado no próximo capítulo, em seus aspectos formais, a partir de documentos básicos. Após o relato do estudo de caso na Universidade Federal Fluminense, o Programa será discutido sob aspectos mais conceituais, dialogando-se com a contribuição dos autores estudados e as opiniões e achados de pesquisa.

2 O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

O tema deste trabalho é a Internacionalização da Educação Superior e o Programa Ciência sem Fronteiras, mais especificamente, o CsF na Universidade Federal Fluminense. Sob essa ótica, este capítulo, após apresentar uma visão geral do Programa, sua gênese e lançamento, fará uma análise documental para descrever o programa em sua implantação, incluindo o seu lançamento oficial.

Procurando seguir a ordem dos acontecimentos, mas partindo do geral para o específico, serão estudados um documento oficial sobre o CsF, de julho de 2011, denominado aqui de Documento Completo; a primeira Chamada Pública; e o Decreto que regulamenta o CsF.

Na análise de alguns aspectos serão incluídos comentários de outros autores, entre eles as entrevistas realizadas por Judd (2014) com gestores do Programa.

2.1 Visão Geral

O Ciência Sem Fronteiras é um programa de mobilidade acadêmica internacional. Foi lançado em 26 de julho de 2011, com a meta de conceder, em três anos, um total de 101 mil bolsas de estudos, das quais 75 mil financiadas pelo Governo Federal e 26 mil pela iniciativa privada. Como diz a página eletrônica oficial:

Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior. (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2014)

As bolsas foram concebidas em modalidades no exterior e no Brasil. A denominação das bolsas teve algumas variações desde o lançamento e regulamentação do Programa.

Quadro 4 - CsF – Modalidades de Bolsas no Exterior

Documento Completo Julho/2011	Apresentação do Programa pelo Ministro de Ciência e Tecnologia ao CDES – 26/07/2011⁴⁵	Decreto 7.642, de 13/12/2011, que institui o Programa Ciência sem Fronteiras	Site do Ciência sem Fronteiras, em 15/10/2014
Bolsa Sanduíche no Exterior para a Graduação (SWG)	Bolsa Brasil Graduação	Graduação Sanduíche	Graduação
		Educação Profissional e Tecnológica	Tecnólogo
Doutorado Sanduíche	Bolsa Brasil Doutorado	Doutorado Sanduíche	Doutorado Sanduíche
Doutorado Pleno	Bolsa Doutorado Integral	Doutorado Pleno	Doutorado Pleno
Pós-Doutorado	Bolsa Brasil Pós-Doutorado	Pós-Doutorado	Pós-Doutorado
			Mestrado Profissional
Estágio para especialistas (empresas)	Treinamento de Especialistas de Empresas no exterior		Desenvolvimento Tecnológico e Inovação*
Estágio Sênior	Bolsa Brasil Estágio Sênior		

* Pela descrição, essa modalidade parece corresponder ao estágio para especialistas.

Quadro 5 - CsF – Modalidades de Bolsas no Brasil

Documento Conjunto Julho/2011	Apresentação do Programa pelo Ministro de Ciência e Tecnologia ao CDES – 26/07/2011	Decreto 7.642, de 13/12/2011, que institui o Programa Ciência sem Fronteiras	Site do Ciência sem Fronteiras em 15/10/2014
Pesquisador Visitante Especial	Pesquisadores Visitantes Especiais no Brasil	Pesquisadores Visitantes Estrangeiros	Pesquisador Visitante Especial
Jovens Talentos	Bolsa Brasil Jovens Cientistas de Grande Talento	Jovens Talentos	Bolsa Jovens Talentos

Fonte: Elaborado pela autora.

O Programa é voltado para dezoito áreas e temas prioritários⁴⁶, descritos como de interesse para o Brasil e voltados para o desenvolvimento tecnológico. O Quadro 4 apresenta essas áreas e temas, com a redação mais recente, dada pela Portaria Interministerial MEC/MCTI 01, de 9 de janeiro de 2013 (BRASIL, 2013).

⁴⁵ MERCADANTE, 2011.

⁴⁶ Na apresentação do Programa, feita pelo Ministro da Ciência e Tecnologia Aloizio Mercadante, constavam 20 áreas, pois estavam contempladas a Tecnologia Nuclear e Tecnologias de transição para a economia verde.

Quadro 6 - CsF – Áreas e temas prioritários

Áreas e temas prioritários	
1	Engenharias e demais áreas tecnológicas
2	Ciências Exatas e da Terra
3	Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde
4	Computação e Tecnologias da Informação
5	Tecnologia Aeroespacial
6	Fármacos
7	Produção Agrícola Sustentável
8	Petróleo, Gás e Carvão Mineral
9	Energias Renováveis
10	Tecnologia Mineral
11	Biotecnologia
12	Nanotecnologia e novos materiais
13	Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais
14	Biodiversidade e Bioprospecção
15	Ciências do Mar
16	Indústria criativa*
17	Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva
18	Formação de Tecnólogos

* Indústria criativa: “voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação”, conforme consta da página oficial do CsF.

Não haveria surpresa em mais um programa de bolsas nessas modalidades sob a coordenação da Capes e pelo CNPq⁴⁷, agências do MEC e do MCT que possuem uma trajetória de mais de seis décadas na gestão de programas dessa natureza. Entretanto, chamam atenção o volume de bolsas a serem concedidas – e o volume de investimento, ultrapassando 3 bilhões de reais – e o caráter de urgência da sua implementação. Esses e outros aspectos – número de países envolvidos, número de instituições estrangeiras e brasileiras participantes, atuação conjunta das duas agências e o propósito de internacionalização da ciência e tecnologia e também das instituições universitárias brasileiras, para citar alguns – conferem ao Programa uma dimensão inédita na educação superior brasileira, que motiva este

⁴⁷ A expansão de bolsas oferecidas pela Capes e pelo CNPq fazia parte das diretrizes programáticas da candidata Dilma Rousseff ao governo federal em 2010, com o objetivo de “Transformar o Brasil em potência científica e tecnológica: prevê ampliar número de bolsas oferecidas pela Capes e pelo CNPq, favorecer a formação de engenheiros e ampliar o registro de patentes.” Embora não prenuncie a dimensão que tomaria o CsF, essa foi a única sinalização encontrada, neste trabalho, no caminho da concepção do Programa. (OLIVEIRA, 2010).

estudo e certamente será objeto continuado de análise de muitos estudiosos da Educação.

A primeira Chamada Pública foi lançada pela Capes em 29 de agosto de 2011, com a oferta de bolsas para alunos de graduação para cursarem disciplinas e realizarem estágio nos Estados Unidos. Todo o processo seletivo, que incluía a própria divulgação do novo Programa e a adesão formal das universidades, deveria estar concluído em janeiro de 2012, para que os estudantes estivessem em suas universidades de destino no início do semestre, em fevereiro de 2012.

Uma enxurrada de dúvidas e incertezas cercou a implantação do Programa. A inscrição dos alunos deveria ser feita tanto no sistema eletrônico da Capes como do *Institute of International Education*⁴⁸ (IIE), agência americana que seria responsável pela alocação dos estudantes nas universidades americanas. A inscrição no *site* do IIE era toda em inglês, o que por si só já se podia considerar uma etapa de seleção. A Capes, em conjunto com a rede *Education USA*,⁴⁹ realizou eventos nas diversas regiões do Brasil, para esclarecer sobre os objetivos e, especialmente, sobre a operacionalização do Programa aos coordenadores institucionais – os responsáveis pela implementação e gestores do Programa nas universidades, formalmente indicados para isso pelas instituições. Criou-se um endereço eletrônico para esclarecimento de dúvidas – pois por telefone tornou-se inviável – e em alguns dias a Capes disponibilizou em sua página eletrônica uma lista de perguntas frequentes para os bolsistas e outra para os gestores institucionais.

Houve uma corrida sem precedentes para a realização do *Test of English as a Foreign Language* (TOEFL), exame de proficiência em inglês exigido pelas instituições americanas, cuja nota mínima deveria ser 79. Em todo o país, instituíram-se novas datas e locais para a realização das provas, e havia notícias de estudantes se deslocando de sua cidade e até estado de origem para fazer o exame em outras localidades, em tempo para a seleção. A tradução de documentos, especialmente do histórico escolar, foi outra agitação. O passaporte, o visto. Tudo urgente.

⁴⁸ O *Institute of International Education* (IIE) é uma organização independente, sem fins lucrativos, fundada em 1919. Um dos programas mais conhecidos administrados pelo IIE é o Programa Fulbright. (INSTITUTE..., s/d)

⁴⁹ O *Education USA* é uma rede de centros de orientação que oferece informações para estudantes internacionais sobre como se candidatar para instituições de ensino superior nos Estados Unidos. (EDUCATION..., s/d)

A pergunta, então, que ficava no ar, em meio aos atropelos desse regime de urgência, era que Programa, enfim, era esse.

O vídeo institucional apresenta o Programa como uma iniciativa para a entrada do Brasil na economia do conhecimento, justificando a necessidade de profissionais competitivos e do “sangue novo” dos jovens brasileiros para a inovação (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2011). Exploraremos um pouco o lançamento do Programa em item específico, a seguir.

Na prática, até a publicação da primeira Chamada Pública⁵⁰ pouco se sabia do Programa, de como seria implementado. Ele havia sido mencionado em discurso na abertura da 63^a Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (ABC, 2011) e foi apresentado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), como adiante se verá. Foi lançado em 27 de julho de 2011, em reunião do CDES, pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. Em seu discurso o ministro disse que o objetivo principal era ampliar o número de estudantes brasileiros no exterior. Em sua apresentação, ele listou objetivos específicos, como de complementar a formação acadêmica e profissional, promover a interação entre setores acadêmicos e produtivos, e estimular o processo de internacionalização das universidades brasileiras.

Em 14 de dezembro de 2011 foi publicado o Decreto 7.642, que instituiu o Ciência sem Fronteiras, formalizando seus objetivos e *modus operandi*. Ressalte-se que, entre os objetivos agora positivados no texto legal, permanece o de “contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros” (BRASIL, 2011b, art. 2^o-VI), principal interesse deste trabalho.

O Programa seria operacionalizado pela Capes e CNPq, cujas ações de cooperação internacional ele passava a complementar, com o suporte de dois Comitês. Um, o Comitê de Acompanhamento e Assessoramento, do qual fariam parte sete representantes de órgãos governamentais e quatro representantes de

⁵⁰ Houve uma distribuição de bolsas do CNPq, anterior à Chamada Pública da Capes. Não foram localizadas informações públicas consistentes sobre essa distribuição. Conforme publicação na Sala de Imprensa do CNPq, as primeiras 2 mil bolsas do Programa foram distribuídas em 16 de agosto de 2011, na modalidade graduação sanduíche, “às mais de 250 Universidades e Institutos Federais de Educação Tecnológica que participam dos programas Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti)”. (CNPq, 2011b) Cada instituição ganharia pelo menos uma bolsa, e a cada seis meses haveria concessão adicional. Esse modelo não se consolidou; os gestores da UFF discutiram sobre ele nas entrevistas deste trabalho.

entidades privadas que participem do financiamento do Programa. O outro, o Comitê Executivo, com seis membros, todos de órgãos governamentais. O Quadro 13 apresenta a composição desses Comitês.

O Decreto dispõe ainda sobre o financiamento das ações, garantindo dotações orçamentárias da União, admitindo outras fontes de recursos, inclusive da iniciativa privada.

Entretanto, a despeito do objetivo do CsF de contribuir para a internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros, é importante destacar que as universidades e instituições de ensino superior não estão representadas na constituição orgânica das instâncias gestoras do Programa. É prevista a participação de convidados em reuniões do Comitê de Acompanhamento e Assessoramento (BRASIL, 2011b, art. 4º-§ 2º)⁵¹ – a lembrar a participação de membros externos ao parlamento em audiências públicas, apenas para prestar informações e subsidiar decisões, porém sem voto. Esse aspecto é substantivo quando se pensa sob o prisma da internacionalização das instituições, por ficarem alijadas do processo decisório, embora figurem no centro e no alvo das ações do Programa.

Quando publicado o Decreto, já havia sido lançada outra Chamada Pública, e muitas outras se seguiriam, em ritmo acelerado, na medida em que se ampliavam os convênios e acordos internacionais, com a adesão de outras instituições e outros países. O Programa iniciou com os Estados Unidos e abrange atualmente trinta países, em todos os continentes.⁵² Em 25 de junho de 2014 foi lançada a segunda etapa do Programa, com a intenção de garantir mais 100 mil bolsas de estudos até 2018.

Com isso nós estamos abrindo as nossas fronteiras, nós estamos abrindo

⁵¹ A primeira reunião do Comitê foi noticiada na página eletrônica oficial do CNPq (CNPq, 2012).

⁵² Apesar de no discurso de lançamento da segunda etapa do Ciência sem Fronteiras, em 25/6/2014, a presidente haver dito que conseguiu apoio em 43 países, constam da página eletrônica oficial 30 países participantes: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, China, Cingapura, Coreia do Sul, Dinamarca, Estados Unidos, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Índia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Rússia, Suécia, Suíça e Ucrânia. Lista de países disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/paises>. Esse número pode ser confirmado na totalização do Quadro Dados Chamadas Graduação Sanduíche - Número de inscritos e bolsas concedidas por chamada de graduação sanduíche lançadas de 2011 até o momento (atualizado em 07-11-2014). (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2014)

horizonte dos nossos jovens e das nossas jovens, nós estamos aqui permitindo que essa diferença entre o Brasil e outros países do mundo no que se refere à educação, se estreite pela base, pelo conhecimento que os alunos passam a ter das práticas, dos métodos pedagógicos e da relação professor-aluno em todos seus níveis.

Eu quero dizer que, por isso, nós definimos uma nova fase do Ciência sem Fronteiras. Serão mais 100 mil bolsas para todos os jovens brasileiros que passarem e se classificarem, a partir do processo da seleção e da proficiência numa língua. Daí ser muito importante também o Inglês sem Fronteiras, o Alemão sem Fronteiras, o Francês sem Fronteiras. E é muito importante também a variedade de países, é importante porque para nós interessa alunos estudando na Coreia, no Japão, na China. Nos interessa porque nesses países também têm escolas de alta qualidade. (ROUSSEFF, 2014)

2.2 Gênese do Programa

2.2.1 Antecedentes

Em sua primeira Mensagem ao Congresso Nacional⁵³, em 2 de fevereiro de 2011, a presidente Dilma Rousseff destaca a oportunidade ímpar que essa comunicação oferece para “detalhar nossos planos com vistas ao exercício que se inicia” e afirma que a educação será uma das prioridades centrais do seu governo:

Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados para desenvolver atividades produtivas tecnologicamente sofisticadas e aptos a conduzir o País aos plenos benefícios da sociedade da tecnologia e do conhecimento. (BRASIL, 2011c, p.11)

Entretanto, surpreende o fato de que o Programa Ciência sem Fronteiras – em função do seu porte e extensão, com número de bolsas e volume de recursos recordes a serem aplicados ao longo de quatro anos – não tenha sido mencionado nas metas do governo para aquele ano, pouco menos de sete meses antes de seu lançamento oficial.

O item sobre *Formação de Recursos Humanos*, da seção *Pesquisa e*

⁵³ Tradicionalmente feita pelo presidente da República na abertura dos trabalhos legislativos de cada ano, a Mensagem aos parlamentares tem a intenção de prestar contas das principais iniciativas do Executivo no ano anterior e apresentar as expectativas para o ano que se inicia. A Mensagem ao Congresso Nacional de 2012 aborda com mais detalhes o CsF, tanto na área de Educação como de C,T&I.

Desenvolvimento Tecnológico, da Mensagem ao Congresso Nacional, destaca o fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em decorrência do “incremento do universo de cientistas e pesquisadores em todo o País” (BRASIL, 2011c, p.120). Ou seja, o documento não menciona retração nesse setor. Pelo contrário, registra que “em 2010, o Brasil alcançou o total de 83.855 bolsas concedidas pelo CNPq, sendo 83.423 aqui e 423 no exterior, um aumento de 12% em relação a 2009.” (BRASIL, 2011c, p.120) O texto complementa avaliando que o “CNPq tem sido, desta forma, agente decisivo na formação de recursos humanos para C,T&I”. Portanto, se o CNPq vinha alcançando e superando suas metas de concessão de bolsas, isso nos faz questionar de onde teria surgido, então, a necessidade urgente de disponibilizá-las para mais de 100 mil alunos.

No capítulo *Igualdade de Direitos e de Oportunidades*, que aborda o tópico *Educação Superior*, também não há, na edição de 2011, referência à criação do Ciência sem Fronteiras, apesar de listar as ações que são destaques no âmbito do Programa Brasil Universitário, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), entre outros.

Esse tópico apresenta, ainda, dados sobre a concessão de bolsas para a pós-graduação e o apoio a 177 programas de Pós-Graduação *stricto sensu* de nível internacional, totalizando um investimento de R\$ 86,8 milhões. Como resultado da Avaliação Trienal, realizada em 2010, estima-se que 45 novos programas de Pós-Graduação passem a integrar o Programa de Excelência Acadêmica (Proex) em 2011 (BRASIL, 2011c, p. 155)

O tópico *Educação Profissional e Tecnológica*, do mesmo capítulo da Mensagem, também não faz menção ao Ciência sem Fronteiras. Aborda a criação de 38 Institutos Federais, e destaca a criação do Programa Brasil Profissionalizado, para “consolidar o momento vivenciado pela educação profissional brasileira” (BRASIL, 2011c, p. 157).⁵⁴

É possível observar ainda que a ideia do Programa Ciência sem Fronteiras não aparece no item sobre *Cooperação Internacional*, da seção *Educação*, da

⁵⁴ O Programa Brasil Profissionalizado “possibilita a modernização e a reestruturação do ensino técnico de nível médio das redes públicas estaduais. O objetivo do Programa é expandir o número de matrículas destinadas ao ensino médio integrado, incentivar o retorno de jovens e adultos à escola e aproximar a educação escolar do ambiente de trabalho.” (BRASIL 2011, p. 157)

Mensagem ao Congresso Nacional - 2011, como ocorre no documento do ano seguinte. De acordo com o próprio governo, esse era um setor que também vinha apresentando resultados positivos:

Em 2010, foi notória a expansão das ações de Cooperação Internacional, que somaram 79 programas com países-parceiros, como os Estados Unidos, México, Japão, Bélgica, França, Reino Unido, Chile, Paraguai, Haiti e Canadá. Foram empregados, aproximadamente, R\$ 226 milhões para beneficiar cinco mil bolsistas no exterior.

Foram executados 608 projetos conjuntos de pesquisa, 180 parcerias universitárias e 10 projetos especiais desenvolvidos com países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, tendo sido concedidas 1.508 novas bolsas de estudos e mantidas outras 906 em diferentes modalidades de ensino, totalizando 2.414 bolsas ativas. (BRASIL, 2011c, p. 159)

Portanto, o país já contava com programas de cooperação internacional que beneficiavam milhares de bolsistas brasileiros no exterior. Podemos indagar, então, de onde teria vindo a demanda para justificar um programa com as características do Ciência sem Fronteiras. Conforme o documento, não havia nenhuma previsão, por exemplo, de um aumento considerável de bolsa sanduíche na graduação, que se tornaria um elemento fundamental do CsF. Como podemos observar, as principais metas no âmbito da cooperação internacional do setor de Educação, para 2011, eram:

Em 2011, prevê-se a consolidação e a implementação de programas de cooperação internacional para a educação básica; a extensão das bolsas oferecidas no âmbito do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), **para ampliação dos regimes de cotutela e dupla diplomação**; e o aperfeiçoamento do acompanhamento dos egressos que tiveram bolsa no exterior mediante a implementação da rede dos ex-bolsistas. (BRASIL, 2011c, p. 159)

Em resumo, não havia indícios do estágio embrionário do Programa Ciência sem Fronteiras na Mensagem ao Congresso Nacional de 2011, tanto nas expectativas a serem alcançadas nas áreas de Educação como na de Ciência, Tecnologia e Inovação, cerca de sete meses antes do seu lançamento. Isso reforçaria a tese do elemento surpresa do CsF. Na Mensagem de 2012, o CsF é citado logo no texto de apresentação como uma das principais iniciativas do Executivo em 2011. Entretanto, não foi previsto como meta de governo para o ano em que foi lançado.

2.2.2 Motivações

Embora ainda não haja muitos trabalhos sobre o Ciência sem Fronteiras, autores afirmam que a iniciativa do Programa é da presidente Dilma (CASTRO et al, 2012, p. 25), estando o envolvimento pessoal da presidente diretamente relacionado com a urgência em sua implantação. Essa iniciativa do Poder Executivo é descrita em documento técnico do Conselho Nacional de Educação, ao tecer o histórico do Programa:

O Programa Ciência sem Fronteiras nasce no ano de 2011 e é implementado a partir de 2012 como uma iniciativa do poder executivo por meio dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), com a operacionalização de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes – e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. (CNE, 2013, p.2)

O envolvimento pessoal da Presidente derivaria da visita do presidente americano ao Brasil, em março de 2011. Relata-se que o presidente Obama teria “provocado” a presidente Dilma quanto ao baixo número de estudantes brasileiros nos Estados Unidos, se comparado com outros países e com o tamanho do Brasil (JUDD, 2014).⁵⁵

O fato é que o programa brasileiro afina-se com o programa *100 Thousand Strong in the Americas*, iniciativa presidencial americana para estimular a mobilidade acadêmica no continente, cujo objetivo é:

aumentar o intercâmbio de educação superior entre os Estados Unidos e a América Latina e Caribe para 100.000 a cada ano em cada direção. Para alcançar o objetivo do Presidente Obama, o governo dos Estados Unidos está trabalhando para expandir vínculos educacionais na região por meio de parcerias com governos estrangeiros, universidades e

⁵⁵ Essa afirmação, que reduz os objetivos do programa a um aspecto quantitativo, permite associação com matéria publicada na Revista Veja sobre a gênese do programa: “A ideia do Ciência sem Fronteiras surgiu em março do ano passado, em Brasília, durante um encontro da presidente Dilma Rousseff com o seu colega americano, Barack Obama. A conversa entre os dois governantes fluía bem até que Obama cutucou: Por que há 120 000 chineses estudando em universidades americanas e só 7000 brasileiros?. Quem assistiu a cena conta que Dilma ficou desconcertada e saiu decidida a ter resposta melhor a dar em uma próxima vez. Em não mais do que dez meses - tempo recorde para empreitada de tal envergadura - o programa foi criado do zero, universidades, CNPq e Capes selecionaram os alunos, e a primeira leva partiu. A ordem era botar a engrenagem andando e ir fazendo reparos ao longo do processo, conta um técnico envolvido no programa.” (VEJA, 2012, p. 144-145)

colleges, associações de educação superior e o setor privado.⁵⁶ (THE WHITE HOUSE, 2012, tradução nossa).

Essa sintonia entre os programas parece-nos extremamente significativa. Dois programas de mobilidade, uma meta ousada e quase igual. O programa americano objetiva enviar 100 mil estudantes americanos para universidades na América Latina e receber 100 mil estudantes latino-americanos nos Estados Unidos. Veja-se que a fala do presidente norte-americano, transcrita abaixo, destaca, também, a participação de parceiros e iniciativa privada:

Os Estados Unidos vão trabalhar com parceiros na região, incluindo o setor privado, para aumentar o número de alunos norte-americanos que estudam na América Latina, para 100.000, e o número de estudantes latino-americanos que estudam nos Estados Unidos para 100.000. (US DEPARTMENT OF STATE, s/d, tradução nossa)⁵⁷

As declarações conjuntas dos dois presidentes durante a visita oficial de Obama ao Brasil, além da assinatura de acordos de cooperação nessa área, corroboram essa hipótese. No discurso oficial de sua visita ao Brasil, em março de 2011, o Presidente Obama sinalizara:

Juntos, podemos avançar nossa prosperidade comum. Como duas das maiores economias do mundo, trabalhamos lado a lado durante a crise financeira para restaurar o crescimento e a confiança. E para manter nossas economias crescendo, sabemos o que é necessário em ambas as nossas nações. Precisamos de uma mão-de-obra qualificada – e é por isso que empresas americanas e brasileiras se comprometeram a ajudar a aumentar o intercâmbio de estudantes entre as nossas duas nações.

Precisamos de um compromisso com a inovação e tecnologia - e é por isso que fizemos acordo para expandir a cooperação entre nossos cientistas, pesquisadores e engenheiros.⁵⁸ (LEE, 2011, tradução nossa)

⁵⁶ No original: "President Obama's 100,000 Strong in the Americas goal is to increase higher education exchanges between the United States and Latin America and Caribbean to 100,000 each year in each direction. To meet the President's goal, the U.S. government is working to expand educational linkages in the region through partnerships with foreign governments, universities and colleges, higher education associations, and the private sector."

⁵⁷ No original: "The United States will work with partners in this region, including the private sector, to increase the number of U.S. students studying in Latin America to 100,000, and the number of Latin American students studying in the United States to 100,000."

⁵⁸ No original: "Together we can advance our common prosperity. As two of the world's largest economies, we worked side by side during the financial crisis to restore growth and confidence. And to keep our economies growing, we know what's necessary in both of our nations. We need a skilled, educated workforce -- which is why American and Brazilian companies have pledged to help increase student exchanges between our two nations. We need a commitment to innovation and technology -- which is why we've agreed to expand cooperation between our scientists, researchers, and engineers."

Segundo a publicação oficial da Casa Branca, o programa Ciência sem Fronteiras

[...] tem potencial para fazer uma grande contribuição para alcançar o objetivo dos Estados Unidos com o *100,000 Strong*. (...) Espera-se que pelo menos metade dos estudantes brasileiros nesse programa [Ciência sem Fronteiras] estude nos Estados Unidos. Os Estados Unidos receberam e alocaram o primeiro grupo de estudantes do programa brasileiro Ciência sem Fronteiras em mais de 100 universidades americanas em 42 estados, e esperamos receber milhares de outros nos próximos anos.⁵⁹ (LEE, 2011, tradução nossa)

Outro aspecto interessante de se observar é o interesse do governo americano num programa como o Ciência sem Fronteiras, no sentido de ajudar a atingir a meta do *100 Thousand Strong*, considerada ambiciosa. Haveria aqui, então, um jogo de interesses mútuos. O governo americano facilitaria a entrada dos estudantes brasileiros, o que seria tido como algo bastante positivo para o lado brasileiro, e ao mesmo tempo ajudaria o presidente Obama a atingir um compromisso político. O trecho a seguir menciona o desafio americano:

Nossa meta de 100 mil estudantes que a se deslocarem em ambos os sentidos até 2020 é ambiciosa. Atualmente, 40 mil alunos norte-americanos estudam na América Latina e no Caribe e 64 mil estudantes da América Latina e do Caribe estudam nos Estados Unidos a cada ano.⁶⁰ (LEE, 2011, tradução nossa)

Essa correlação de interesses é analisada na pesquisa de Viana (2014, p. 7) sobre a reação norte-americana ao programa Ciência sem Fronteiras, tendo em vista que

o programa brasileiro é complementar à iniciativa de Barack Obama, confiante em um país já preparado para o incremento na mobilidade. As autoridades brasileiras inspiraram-se da iniciativa norte-americana em larga medida. Logo a premissa central é que o programa Ciência sem Fronteiras e a reação norte-americana estão intimamente ligados às relações bilaterais já existentes entre Brasil e Estados Unidos para o desenvolvimento e a integração continental.

⁵⁹ No original: "President Rousseff's Science without Borders initiative has the potential to make a major contribution toward reaching the United States' 100,000 Strong goal. (...) At least half of the Brazilian students under this program are expected to study in the United States. The United States received and placed the first cohort of Brazilian Science without Borders students in more than 100 U.S. universities in 42 states, and we look forward to receiving thousands more in the coming years."

⁶⁰ No original: "The Challenge - Our goal of 100,000 students moving in both directions by 2020 is ambitious. Currently, 40,000 U.S. students study in Latin America and the Caribbean and 64,000 Latin American and Caribbean students study in the United States each year."

A sincronicidade da visita do presidente norte-americano com o anúncio do Programa pela presidente brasileira é mencionada pelo Prof. Marcelo Knobel em artigo sobre mobilidade internacional (KNOBEL, 2012). A partir da demanda presidencial as agências brasileiras de pesquisa teriam lutado para a concepção do que viria a se chamar Ciência sem Fronteiras.

Para o autor, o Programa possui intenções significativas. A experiência de estudantes no exterior tende a assumir um papel relevante na educação superior – especialmente em países como o Brasil, com crescente inserção na arena internacional – e é considerada uma estratégia eficiente tanto do ponto de vista geopolítico como acadêmico.

Knobel (2012, p. 16) afirma textualmente que o CsF está relacionado com o *100,000 Strong*, “considerado um elemento-chave da agenda de política externa da administração de Obama”⁶¹, com a diferença que o governo Obama propôs o desafio mas não dispôs recursos, deixando o financiamento a cargo de fontes privadas. Em uma crítica à dimensão do Programa, Knobel compara o número “mágico” de 75 mil bolsas⁶² com o número de matrículas na pós-graduação brasileira, e vislumbra nessa desproporção o porquê de estudantes de graduação e de pós-doutorado precisarem participar do Programa. O desafio, segundo o autor, é saber se há estudantes qualificados (e com um mínimo de conhecimento de idioma) em número suficiente para viajar e estudar nas melhores universidades do mundo.

Essa relação com a visita do presidente americano consta também de relatório apresentado no *Going Global 2014*:

O Brasil aumentou a sua capacidade de estimular a mobilidade externa de forma dramática logo após a visita do presidente dos EUA, Barak Obama com a presidente Dilma Rousseff em abril de 2011.

Naquela época, cerca de 6.000 brasileiros haviam viajado para o exterior para estudo de pós-graduação, e praticamente nenhum apoio do governo existia para estudantes de graduação para estudar no exterior. Pouco tempo depois, a presidente Rousseff anunciou um plano ousado para estabelecer 75 mil novas bolsas de estudo para enviar estudantes brasileiros para o exterior para estudo superior. A ideia do *Brazil Scientific*

⁶¹ No original: “considered to be a key component of the Obama administration’s foreign policy agenda.”

⁶² Esse é o número de bolsas que seriam pagas com recursos públicos federais. Seria complementado por 26 mil pagas com o apoio da iniciativa privada, totalizando 101 mil. A Presidente Dilma, em seu discurso no lançamento do Programa, justifica esse número em função do ingresso de alunos na educação superior, pelo Enem.

Mobility Program (BSMP) [Programa Ciência sem Fronteiras] havia nascido.^{63, 64} (BRITISH COUNCIL-DAAD, 2014, p. 8. tradução nossa.)

Ao final da Visita de Estado do Obama ao Brasil, os dois presidentes publicaram um Comunicado Conjunto, de praxe após uma visita oficial. Há um trecho específico sobre Educação:

Educação, Saúde e Cultura

Os Chefes de Estado determinaram a criação de um diálogo sobre educação e pesquisa, dentro do mecanismo ministerial apropriado, para revisar os programas de cooperação bilateral existentes e propor um plano de ação com objetivo de melhorá-los e expandi-los. Enfatizaram, em particular, a importância da expansão do intercâmbio, em ambas as direções, de estudantes envolvidos nas **áreas de ciências, saúde, tecnologia, engenharia, ciências da computação e matemática**, e concordaram com a necessidade de aumentar a disponibilidade de bolsas de estudo, tanto na graduação como na pós-graduação.

Recomendaram aumentar os elos entre instituições educacionais de ambos os países, e decidiram fortalecer as parcerias bilaterais por meio de, dentre outras, a Fulbright Foundation, o Fund for the Improvement of Postsecondary Education, a National Science Foundation, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e encorajar contribuições adicionais do setor privado para promover a cooperação bilateral em educação. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2011, grifos nossos)

Em abril de 2012 a presidente Dilma fez uma viagem oficial aos Estados Unidos. Em um contraponto interessante à vinda do presidente Obama ao Brasil, o CsF também foi assunto dessa visita presidencial, com repercussões na imprensa norte-americana:

Brasil e EUA acentuam o positivo

Dilma vai se concentrar no ensino superior, uma das áreas mais brilhantes da cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos, em uma visita na terça-feira para Harvard e MIT, onde vai discutir Ciência sem Fronteiras, um programa que visa a enviar cerca de 100.000 brasileiros para estudar em

⁶³ No original: "Brazil increased its capacity to encourage outward mobility in dramatic fashion shortly after US President Barak Obama's visit with President Dilma Rousseff in April 2011. At that time, roughly 6,000 Brazilians travelled abroad for graduate study, and virtually no government support existed for undergraduate students to study abroad. Shortly thereafter, President Rousseff announced a bold plan to establish 75,000 new scholarships to send Brazilian students abroad for tertiary study. The idea for the Brazil Scientific Mobility Program (BSMP) was born."

⁶⁴ Em nota, o relatório esclarece a versão do nome do programa em língua inglesa: "In Portuguese, the programme's official name is Ciência sem Fronteiras. Although the literal English translation of the programme is Science Without Borders, this name is a registered trademark of the Khaled bin Sultan Living Oceans Foundation. To avoid conflict, Brazil Scientific Mobility Program is used to refer to the program in English."

universidades estrangeiras. Tal como muitos como metade são esperados para estudar nos Estados Unidos.

"O Ciência sem Fronteiras vai fazer avançar mais as relações entre os dois países", disse Maurício Santoro, professor de relações internacionais da Fundação Getúlio Vargas, "uma universidade de elite aqui", do que qualquer outro acordo diplomático em discussão.⁶⁵ (ROMERO, CALMES, 2012, tradução nossa)

2.3 Lançamento

O Ciência sem Fronteiras foi lançado pelo Governo Federal, na 38^a Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,^{66, 67} em 26 de julho de 2011. A apresentação do Programa foi feita pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante: "Digo que o principal objetivo do programa é aumentar a quantidade de estudantes e pesquisadores nas melhores universidades do mundo, em especial das áreas de engenharias, ciências básicas e tecnológicas".

Ao iniciar sua exposição o ministro atribui à presidente a ideia do programa:

Esse programa foi concebido, definido e pensado não por nenhum dos assessores e ministros. **Nesse programa, a autoria intelectual deve ser creditada à Presidenta Dilma.** A iniciativa, a concepção, a definição dos critérios fundamentais foram dela. Acho que ela está dando uma contribuição imensa para a história do Brasil e da ciência e tecnologia, se nós formos competentes para implantar o que está sendo desenhado. (CDES, 2011, p. 7)

⁶⁵ No original: "Brazil and U.S. Accentuate the Positive [...] Ms. Rousseff will focus on higher education, one of the brightest areas of cooperation between Brazil and the United States, in a visit on Tuesday to Harvard and M.I.T., where she will discuss Science Without Borders, a program that aims to send about 100,000 Brazilians to study at foreign universities. As many as half are expected to study in the United States. Science Without Borders will do more to advance relations between the two countries," said Maurício Santoro, a professor of international relations at Fundação Getúlio Vargas, an elite university here, "than every other diplomatic agreement under discussion."

⁶⁶ O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), presidido pela Presidente da República, foi criado pela Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, que estabelece, em seu art. 8º: "ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, e apreciar propostas de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade". (BRASIL, 2003)

⁶⁷ A agenda da 38a. reunião, bem como as apresentações dos ministros Mantega e Mercadante e sua transcrição, na ata da reunião; a íntegra do discurso da presidente Dilma; e clippings da imprensa on-line e impressa, com as repercussões da reunião e do lançamento do Ciência sem Fronteiras estão disponíveis na página eletrônica do Conselho. (CDES, 2011a)

Após apresentar indicadores de produção científica e número de patentes, além de um panorama da formação de graduados, mestres e doutores, o ministro falou do Programa, de cujo discurso se destaca a necessidade de “um salto tecnológico”, da nova política industrial, de inovação e de universidade de classe mundial:

O CNPq e a Capes vão continuar cobrindo todas as áreas do conhecimento, mas esse programa vai atingir aquilo que é **o maior desafio do Brasil**, que são as engenharias, as ciências básicas matemáticas e as áreas tecnológicas, **para darmos um salto tecnológico**, para avançar naquilo que é o grande desafio histórico do Brasil.

O programa Ciência sem Fronteira precisa **innovar com foco na nova política industrial** que a Presidenta vai apresentar, melhorando a promoção da inovação com a formação dos recursos humanos e a infraestrutura científica e tecnológica, aumentando o recurso para crédito e inovação, que está avançando no plano nacional de pós-graduação que a Capes vêm dirigindo junto ao ministério da Educação, e avançando o **PRONATEC** na formação do ensino técnico profissionalizante.

Então, **é um programa que faz parte de um conjunto de ações do governo Dilma para avançar e dar um salto no processo de inovação.** Os objetivos são: avançar a ciência, tecnologia e inovação e a competitividade industrial através da mobilidade internacional, aumentar a presença de estudantes brasileiros em instituições de excelência no exterior, **promover maior internacionalização das universidades brasileiras. Precisamos ter universidade de classe mundial, aumentar o conhecimento inovador da indústria brasileira e atrair novos talentos de pesquisa altamente qualificados para trabalhar no Brasil.** Se eu puder sintetizar, são os melhores estudantes do Brasil nas melhores universidades do mundo. (CDES, 2011, p. 8, grifos nossos)

Para essa reunião, houve uma preparatória em 07 de julho de 2011, de cuja Memória destacamos:

A reunião foi aberta por Roger Leal, Secretário-Executivo da Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República que agradeceu a presença de todos, principalmente de Glaucius Oliva, presidente do CNPq, que iria **apresentar o estado das artes da elaboração do programa Ciência sem Fronteiras.** Em seguida, esclareceu que esta reunião faz parte do processo de preparação para a próxima reunião plenária do CDES.

(...)

Do amplo painel detalhado em abrangente apresentação, publicada no site do CDES, ficou patente que houve grande evolução da CT&I nos últimos quarenta anos. No que tange à publicação de textos científicos o Brasil está em posição consistente com a participação relativa de sua economia no PIB Mundial. Entretanto, como já é de amplo conhecimento e análises dos conselheiros do CDES **o desempenho do País é baixo no tocante ao registro de patentes e de inovações.**

Tal fenômeno evidencia-se na **queda de dinamismo da indústria brasileira**, que tem **perdido competitividade** em diversos setores. Glaucius demonstrou que a balança comercial da indústria brasileira tem apresentado déficits

crescentes e com tendência à ampliação. Em sua opinião esse déficit tem sido agravado pela apreciação do real, mas **são os fatores estruturais vinculados à inovação que explicam a perda de competitividade da indústria brasileira** quando comparada ao resto do mundo e, particularmente, aos BRICs.

Portanto, o programa Ciência sem Fronteiras está sendo concebido para enfrentar esse problema e **criar as condições para aumento da inovação do país no médio prazo.**

(...)

Além de tentar melhorar o desempenho da inovação com a internacionalização de estudantes e profissionais brasileiros em importantes setores da economia brasileira, **o programa pretende aperfeiçoar as relações entre as universidades, institutos de pesquisas e o setor empresarial no sentido de fortalecer a vinculação entre pesquisa e incorporação do conhecimento em produtos e processos.** Das iniciativas mais importantes cabe citar a incorporação de registro de patentes no processo de avaliação de mestres e doutores, bem como reforço de bolsas para a contratação de pesquisadores pelo setor empresarial. (CDES, 2011b, p. 1-2, grifos nossos)

O intuito de trazer essas reuniões do CDES foi mostrar o que se tem de discussão do Programa no Brasil, preparando o seu lançamento. Parece-nos interessante destacar para mostrar a preocupação primeira do Programa com a qualificação profissional, com o emprego, e não apenas com o aperfeiçoamento acadêmico. No discurso ao CDES, a presidente Dilma diz que, quando o Pronatec foi concebido, estava em questão a necessidade de capacitar a mão de obra para superar os gargalos produzidos pelo crescimento dos últimos oito anos do período do governo do presidente Lula. Por tabela, podemos dizer que o CsF também nasce com essa preocupação. Buscava-se, com a qualificação da mão de obra brasileira, dar um salto em direção à economia do conhecimento. Para a presidente, era muito importante que se entendesse porque essa iniciativa do Ciência sem Fronteiras é crucial para o futuro do país:

Com esse projeto, nós não estamos dizendo que é automático, que nós vamos formar 75 mil cientistas individuais ou 75 mil “Einsteins”. Nós estamos dizendo o seguinte: nós vamos formar a base de pensamento educacional do país, porque a nossa expectativa é que eles voltem e se integrem à universidade, se integrem às suas empresas e transformem, com a sua capacidade e a sua formação, as condições de produção, de geração de conhecimento e de inovação no Brasil. (ROUSSEF, 2011a)

Ela encerra o discurso com a seguinte declaração:

Queria também dizer para vocês que o Brasil hoje tem, nesse programa, um dos construtores do seu futuro. E aí eu gostaria de encerrar com uma frase do Celso Furtado, para quem **“o futuro deve ser uma fronteira aberta à invenção do homem”**. Eu acho que este programa é isso. Nós esperamos que os 75 mil,

no caso da parte pública do programa, e espero que os 25 mil da parte privada – brasileiros e brasileiras – sejam, de fato, construtores dessa invenção de futuro para o Brasil. (ROUSSEFF, 2011a, grifos nossos)

No discurso a presidente usa a expressão “guarda-chuva” do Pronatec, mas essa relação não aparece nos documentos do Programa, como também não há referências ao Pró-Engenharias.

Voltando um pouco no tempo, em pesquisa na página eletrônica do CDES surge menção à discussão do Programa, como pauta da reunião de abril de 2011:

Educação e capacitação profissional - Na última plenária do CDES, em abril de 2011, a presidenta Dilma Rousseff reiterou a preocupação do Governo com o ensino médio profissionalizante, a capacitação profissional e a geração de cientistas para o país. Durante seu discurso, Dilma Rousseff manifestou a disposição de lançar 100 mil bolsas de estudo no exterior até 2014, 75 mil financiadas pelo Governo e 25 mil com a colaboração do setor privado. (CDES, 2011b, s/p.)

Nessa reunião de 26 de abril de 2011, a primeira do seu governo, Presidente Dilma referiu-se ao que viria a ser Ciência sem Fronteiras em um parêntese retórico, no contexto da necessidade de formação de mão de obra e de qualificação dos trabalhadores, que fundamentam o Pronatec:

Hoje nós sabemos – voltando aos problemas, aos bons problemas – que há pressão de mão de obra porque vivemos próximos do pleno emprego. (...) Por isso, nós iremos lançar, nos próximos dias, o Programa Nacional de Ensino Técnico e Capacitação Profissional⁶⁸, porque ele faz parte do processo de solução dos desafios que se colocam para a formação da mão de obra brasileira.

E aqui eu faço um parêntese, e queria informar ao Conselho que o governo, dentro de uma grande preocupação, não só com a capacitação profissional, e não só com o ensino médio profissionalizante, **o governo tem também uma grande preocupação com a formação de estudantes capacitados para virarem os nossos futuros cientistas**. E, aí, vamos recorrer a um mecanismo que vários países do mundo recorreram, que é enviar brasileiros e brasileiras para fazer, ou de forma parcial, ou de forma completa, cursos no exterior, nas áreas de Ciências, sobretudo de Ciências Exatas. E, aí, **eu queria informar ao Conselho que o governo tem a disposição de, até 2014, chegar a lançar 75 mil bolsas de estudos** para financiar a presença desses nossos estudantes no exterior.

E queria fazer um convite e um desafio aos senhores: eu acredito que o setor privado pode comparecer com uma ajuda aos estudantes brasileiros e

⁶⁸ “O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.” (BRASIL, s/d) Foi apresentado ao Congresso Nacional em 29 de abril de 2011 (três dias depois da 37a. reunião ordinária do CDES) como Projeto de Lei 1209/2011, de iniciativa da Presidente da República. Tramitou em regime de urgência, com base no art. 64-CF, e se transformou na Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011. Sobre a tramitação, consultar: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=500079>

ao Brasil, de forma que nos permita chegar a 100 mil bolsas em 2014. É um desafio que eu queria chamar a cada um e a cada uma aqui presente, para que nós possamos assegurar que, junto com o desenvolvimento das nossas instituições brasileiras de ensino, tenhamos também a capacidade de levar esse intercâmbio com o resto dos países do mundo. (ROUSSEF, 2011a, grifos nossos)

Localizamos a divulgação dessa “programação” para novas bolsas no exterior (ainda não o Programa), em pronunciamento à nação por ocasião do Dia do Trabalho, em 2011. A presidente falava das iniciativas governamentais para a capacitação da mão de obra e ampliação do emprego, anunciando o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), “mais que um programa educacional, quero que o Pronatec seja uma usina de oportunidades” e uma via “para que milhares de brasileiros possam deixar mais rápido o Bolsa Família”. Para isso, as ações seriam: ampliação da rede federal de educação profissionalizante, reforço do “Sistema S”, concessão de empréstimos a juros baixos a empresas para custear cursos de formação para seus empregados. E, como uma quarta ação,

Neste grande esforço de qualificação de mão de obra, vamos também lançar um programa para estudantes brasileiros no exterior. Nossa meta é oferecer, nos próximos quatro anos, pelo menos 75 mil bolsas de estudos, em universidades estrangeiras de qualidade. (ROUSSEFF, 2011c)

Voltando-se ainda um pouco mais no tempo, vale ressaltar que, como preparatória para essa 37^a reunião do Pleno do CDES, houve uma Oficina de Planejamento em 16 de fevereiro de 2011, com o tema *Articulação entre a Agenda do Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC) com os quatro eixos estratégicos definidos pelo governo*. Embora educação e qualificação profissional constem da Oficina e da Agenda, não há menção a programa que contemple bolsas ou outras ações, no perfil do Ciência sem Fronteiras.

Ou seja, em fevereiro, o programa não estava em discussão. Em abril, ele estava na pauta. A “súbita implantação” do Programa, foi descrita pelo CNPq no Relatório de Gestão Institucional de 2011:

Como exemplo de novo desafio para a gestão do CNPq podemos citar a implantação do Programa Ciência sem Fronteiras. A **súbita implantação** desse programa se constituiu, em 2011, num grande desafio no que se refere ao desenho, processo de execução, estrutura de funcionamento, acompanhamento e avaliação. Desafio que permanece em 2012. O

programa envolve a implementação de um elevado número de bolsas⁶⁹, a partir do trabalho de diferentes áreas técnicas e grande número de atores externos. Precisamos reforçar e aperfeiçoar nossa competência em planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de programas para vencermos esse e tantos outros desafios institucionais. (CNPq, 2011, p.32) [grifos nossos]

2.4 Documento Completo

O documento em estudo neste item intitula-se *Ciência sem fronteiras - Um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação*.⁷⁰ É interessante, nesse e nos vários textos sobre o CsF, a descrição dos objetivos do Programa – uma longa frase, com um encadeamento de objetivos:

O objetivo do *Programa Ciência sem Fronteiras* é a formação de recursos humanos altamente qualificados nas melhores universidades e instituições de pesquisa estrangeiras, com vistas a promover a internacionalização da ciência e tecnologia nacional, estimular pesquisas que gerem inovação e, conseqüentemente, aumentar a competitividade das empresas brasileiras. (BRASIL, 2011a, p. 1)

A formação de recursos humanos é ao mesmo tempo objetivo e meio, para internacionalizar a ciência e a tecnologia nacionais e estimular pesquisas que gerem inovação, que por sua vez também são o meio para aumentar a competitividade das empresas brasileiras – que enfim parece ser a finalidade última da ação.

Com a mesma técnica de construção, por encadeamento, é apresentado o outro objetivo do Programa, desta vez voltado para o lado acadêmico-científico:

Este Programa visa também contribuir para o processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior e dos centros de pesquisa brasileiros, propiciando maior visibilidade da pesquisa acadêmica e científica que é feita no País, por meio da colaboração e do estabelecimento de projetos de pesquisa conjuntos com instituições e parceiros estrangeiros. (BRASIL, 2011a, p. 1)

⁶⁹ “Esse programa impactou a instituição com um incremento de, pelo menos, 35 mil bolsas a serem implementadas e geridas no período 2011-2014.” (CNPq, 2011, p.24)

⁷⁰ A versão disponível no site da Capes não contém data no documento, apenas no nome do arquivo (BRASIL, 2011a). No entanto, a versão disponível no sítio da Universidade Federal de Minas Gerais possui, na capa, a data de 25 de julho de 2011, e no rodapé das páginas seguintes, Junho 2011, o que sugere que o documento é a proposta do Programa que seria anunciado dias depois.

Então, desses dois parágrafos de objetivos descritos no documento, pode-se depreender o que constituiria o cerne do Programa: fortalecimento do Brasil no cenário internacional, com uma aproximação entre indústria/empresas e a academia (instituições de ensino/pesquisa). Pois é nessa via, de mão dupla, que o conhecimento se torna inovação, e a inovação se torna um bem de mercado, no ciclo da economia do conhecimento.⁷¹

Prosseguindo na metáfora, essa via se assentaria com o próprio ir e vir:

Esse objetivo será concretizado por meio da expansão significativa do intercâmbio e da mobilidade de graduandos, pós-graduandos, pesquisadores e docentes brasileiros no exterior.

(...)

A expansão da formação dessa força de trabalho altamente especializada se dará em duas vertentes: (1) o aumento expressivo da presença de estudantes de graduação, pós-graduação, pós-doutores e docentes brasileiros em instituições de excelência no exterior, em áreas do conhecimento definidas como prioritárias; (2) o estímulo à vinda de jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação para o Brasil, com atuação em áreas de interesse do país. (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2011)

O documento é bastante abrangente. Contextualiza o Programa no cenário do desenvolvimento da ciência brasileira, que embora tenha avançado nas últimas décadas, ainda se ressentia do baixo número de doutores. Delineia o Programa, referindo-o como “Capacitação Internacional em Inovação e Tecnologia” (p.8), e permite entender melhor as vinculações das bolsas, que se distribuiriam conforme o Quadro 8.

Conforme o Resumo Executivo, a meta global seria de capacitar no exterior 75 mil bolsistas brasileiros e “promover a vinda de, no mínimo, 1.200 jovens talentos e 300 lideranças científicas estrangeiras, por meio da repatriação de cientistas e pesquisadores brasileiros radicados no exterior” (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2011, p.1). O total do Programa seriam, portanto, 76.500 bolsistas.

⁷¹ Vale lembrar aqui a discussão sobre o comprometimento das universidades, como instituição socialmente engajada, trazida por Mala Singh, na palestra: “Universidades e sociedade: compromissos de quem?”, proferida durante o Seminário de Pesquisa Global (UNESCO, 2005a).

Quadro 7 - CsF – Ações conforme Documento Completo

Nível	Ação	Meta (4 anos)
Ciência sem Fronteiras na Graduação	Bolsas Sanduíche no Exterior para a Graduação (SWG)	27.500
Ciência sem Fronteiras para a educação profissional e tecnológica	[Intercâmbio para alunos dos Institutos de Formação Profissional e Tecnológica]	(?)
Ciência sem Fronteiras na Pós-Graduação	Bolsas Sanduíche no Exterior para a Pós-Graduação (doutorado)	24.700
	Doutorado Pleno no Exterior	9.940
	Pós-Doutorado no Exterior	11.000
Ciência sem Fronteiras nas Empresas	Treinamento no Exterior (SPE) –estágios e cursos <i>Especialistas e engenheiros de empresas ou ICTS Técnicos e gestores de tecnologia trabalhando em escritórios de relações internacionais de universidades, núcleos de inovação tecnológica etc</i>	700
Ciência sem Fronteiras para orientadores e pesquisadores atuando nas áreas prioritárias	Estágio Sênior no Exterior (ESN)	660
Atração de cientistas para o país	Bolsas jovens cientistas de grande talento no Brasil (BJT)	1.200
	Atração de lideranças internacionais para o Brasil - Pesquisador Visitante Especial (BVE)	300
Total		76.000 (?)

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Documento Completo (p. 8-10).

Considerando-se a meta descrita no documento, de 75 mil bolsistas no exterior mais 1.500 no Brasil, imagina-se que o número de bolsas destinadas à educação profissional e tecnológica fosse 500. Esses números sofreram alterações ao longo da existência do Programa. Em sua sétima reunião, em 22 janeiro de 2013, o Comitê Executivo do Programa reviu as metas e redistribuiu as bolsas, chegando ao quadro abaixo, em que se nota um número menor de modalidades e uma grande diferença na distribuição das bolsas.

Quadro 8 - CsF – Metas revistas em 2013

Modalidade	Nº de Bolsas
Doutorado sanduíche	15.000
Doutorado pleno	4.500
Pós-doutorado	6.440
Graduação sanduíche	64.000
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior	7.060
Atração de Jovens Talentos (no Brasil)	2.000
Pesquisador Visitante Especial (no Brasil)	2.000
Total	101.000

Fonte: Página eletrônica institucional do Programa Ciência sem Fronteiras
Acesso em: 03 set. 2014

Voltando ao documento, nele estão apresentados o papel da Capes, do CNPq, da Sesu/MEC e da Setec/MCTI, e ações que se desenvolveriam para dar suporte ao Programa. Por exemplo, o documento refere que a Capes definiu uma estratégia, com vários níveis de ação: “Para que a qualidade dos projetos de pesquisa e o prestígio de seus bolsistas no exterior não sejam comprometidos com a **urgência e a dimensão** dessa nova política de formação no exterior” (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2011, p. 4, grifos nossos).

Entre as ações dessa estratégia da Capes consta o lançamento de programa de estágio no exterior para bolsistas PIBID e de indução de “formação de recursos humanos para institutos de pesquisa (Embrapa, Inmetro, INPI, Fiocruz etc.” (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2011, p. 4, p. 4), ampliação de cátedras em países-chave, e a “definição de ações com vistas a promover maior internacionalização das IES brasileiras e, conseqüentemente, da pós-graduação”. (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2011, p. 4, p. 5)

Merece destaque a proposta de dinâmica da mobilidade estudantil internacional, que pressupõe “planos de atividades acadêmicas que serão pactuados entre instituições de origem, estudante bolsista e universidade de destino” (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2011, p. 4, p. 12), de modo a que houvesse pleno aproveitamento, para fins de integralização curricular, das atividades acadêmicas realizadas no exterior. Segundo o documento,

[...] as atividades previstas e realizadas [...] deverão ser validadas em substituição àquelas que ele faria na instituição brasileira naquele período. Os critérios de aprovação para validação das atividades acadêmicas serão sempre aqueles da instituição estrangeira onde os estudos no período da bolsa foram realizados. (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2011, p. 4, p.12-13)

No tocante a essa dinâmica, a proposta não se efetivou plenamente, pela pouca articulação interna nas instituições de educação superior para a execução do programa. Além disso, ainda que desejável, a validação das atividades acadêmicas realizadas no exterior, nos moldes da proposta – ou seja, efetivamente substituindo as que o aluno cursaria no Brasil – pressupõe uma flexibilização curricular que, por sua vez, pressupõe o envolvimento do corpo acadêmico com a mobilidade internacional. Nos moldes em que o programa se estabeleceu até o momento, esse envolvimento é muito mais protocolar que efetivo.

2.5 Concessão de bolsas

As primeiras bolsas do Ciência sem Fronteiras foram anunciadas em 16 de agosto de 2011, pelo CNPq, a serem distribuídas por cota de pesquisador:

Oliva afirmou que a primeira cota se destina às mais de 250 Universidades e Institutos Federais de Educação Tecnológica que participam dos programas Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti), “todas receberão ao menos uma bolsa”. (CNPq, 2011)

Caberia às instituições a seleção dos bolsistas e a negociação com as universidades estrangeiras⁷²:

As instituições farão a seleção dos candidatos observando os critérios estabelecidos pelo CsF como, por exemplo, experiência em atividades de iniciação científica, desempenho acadêmico destacado, suficiência em inglês ou no idioma do país de destino, ter se destacado em olimpíadas científicas. Também está a cargo delas o contato e as negociações com as universidades estrangeiras, previamente selecionadas pelo Programa.

O presidente [do CNPq] destacou a importância do CsF para o Brasil. “Estamos dando o chute inicial neste Programa **pensado pela presidenta Dilma**. É a oportunidade de expor os nossos estudantes a um ambiente onde a Inovação já é o padrão. A intenção é que isso seja uma grande semente para promover o avanço que o país precisa. O primeiro desafio era garantir os recursos e isso já foi conseguido. O segundo é conosco, identificar os melhores talentos para estudarem no exterior”, pontuou. (CNPq, 2011)

A primeira chamada do Ciência sem Fronteiras (CAPES, 2011a), objeto deste estudo, tem o título do Programa e, como subtítulo, a modalidade da bolsa a ser oferecida – Graduação Sanduíche nos EUA. É identificada como Chamada Pública CAPES 01/2011. O Aviso de Chamada Pública 01/2011 foi publicado no Diário Oficial da União em 29 de agosto de 2011.

Esse formato de apresentação é mantido nas chamadas posteriores: o nome do Programa e a modalidade da bolsa. Antes do número de cada chamada há uma identificação que poderíamos classificar como de vinculação ao programa/órgão que

⁷² Cada instituição ganharia pelo menos uma bolsa, e a cada seis meses haveria concessão adicional. Esse modelo não se consolidou; os gestores da UFF discorreram sobre ele nas entrevistas deste trabalho. Na página eletrônica oficial consta a seguinte informação: “Chamada bolsas por quota do CNPq - verifique junto a sua instituição de ensino com o Coordenador do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC/PIBIT).” (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, s/d).

a está promovendo. No caso da primeira, consta somente a Capes. A partir da segunda, passou a ser “Programa Ciência sem Fronteiras,” e a incluir, em geral, a identificação do parceiro estrangeiro. A numeração é sequencial do Programa, acrescida do ano de lançamento da chamada, e foi ajustada, na segunda chamada, para a casa das centenas - 102/2011 e assim sucessivamente. A título de ilustração, o quadro 11 apresenta as chamadas realizadas até setembro/2014 para graduação sanduíche nos Estados Unidos.

Quadro 9 - CsF – Chamadas Públicas para Graduação Sanduíche nos EUA

ANO	IDENTIFICAÇÃO	GESTÃO	OFERTA VAGAS/ BOLSAS	INSCRITOS	BOLSAS CONCE-DIDAS
2011	CHAMADA PÚBLICA CAPES N° 01/2011 (101/2011)	CAPEs	S/D	7.997	929
2011	CHAMADA PÚBLICA PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS/IIIE N° 102/2011	PROG. CsF	S/D	16.256	864
	Total do ano			24.253	1.793
2012	CHAMADA PÚBLICA PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS N° 117/2012	CAPEs e CNPq	Até 5.000	4.272	1.572
2012	CHAMADA PÚBLICA PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS/ NOVA/ CONSÓRCIO DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE ENSINO SUPERIOR N° 131/2012 ⁷³	CAPEs e CNPq	S/D	616	120
2012	CHAMADA PÚBLICA PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS HBCUs/ UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS HISTORICAMENTE NEGRAS N° 132/2012	CAPEs e CNPq	S/D	748	158
	Total do ano			5.636	1.850
2013	CHAMADA PÚBLICA PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS/ FULBRIGHT/NOVA/HBCUs N° 143/2013	S/D	S/D	17.634	7.384
2013	CHAMADA PÚBLICA PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS/ FULBRIGHT/NOVA/HBCUs N° 156/2013	CAPEs	S/D	22.104	6.753
	Total do ano			39.738	14.137
2014	CHAMADA PÚBLICA PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS/ FULBRIGHT/IIIE N° 180/2014	CAPEs	5.400	Em andamento ⁷⁴	
2014	CHAMADA PÚBLICA PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS/ NOVA/EUA N° 196/2014	CAPEs	Até 200		
	Subtotal (excetuadas as chamadas 2014)			69.627	17.780

S/D – Sem definição no texto da Chamada Pública.⁷⁵

Fonte: Elaboração da autora, com base nas informações da página eletrônica do programa

⁷³ Essa Chamada, dirigida para tecnólogos, menciona duplo diploma.

⁷⁴ Chamadas abertas em 15/8/14 e em andamento quando da elaboração deste quadro, em 19/9/14.

⁷⁵ Pelo que se depreende da Chamada Pública 156/2013, o número de vagas oferecidas seria um encargo do parceiro: “A fase de classificação ocorrerá quando o número de candidatos selecionados for superior à disponibilidade de vagas obtidas pelo parceiro.” (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2013a).

A Chamada 01/2011 apresenta o Programa e dispõe sobre a participação das instituições, dos alunos e sobre o processo de seleção e concessão das bolsas. Segundo as Disposições Gerais da Chamada,

O Programa Ciência sem Fronteiras visa propiciar a formação de recursos humanos altamente qualificados nas melhores universidades e instituições de pesquisa estrangeiras, com vistas a promover a internacionalização da ciência e tecnologia nacional, estimulando estudos e pesquisas de brasileiros no exterior, inclusive com a expansão significativa do intercâmbio e da mobilidade de graduandos e graduados. (CAPES, 2011a)

Trata-se, portanto, de um programa de formação qualificada de recursos humanos, para internacionalizar a ciência e tecnologia no Brasil. No texto da Chamada, são objetivos do Programa:

- I. Oferecer oportunidade de estudo a discentes brasileiros em universidades de excelência, bem como oferecer a possibilidade de estágio programado de pesquisa ou inovação tecnológica em indústria, centro de pesquisa ou laboratório da própria universidade;
- II. Permitir a atualização de conhecimentos em grades curriculares diferenciadas possibilitando o acesso de estudantes brasileiros a instituições de elevado padrão de qualidade, visando complementar sua formação técnico-científica em áreas prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento do Brasil;
- III. Complementar a formação de estudantes brasileiros, dando-lhes a oportunidade de vivenciar experiências educacionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação;
- IV. Estimular iniciativas de internacionalização das universidades brasileiras;**
- V. Possibilitar a formação com qualidade de uma força de trabalho técnico-científica altamente especializada. (CAPES, 2011a, grifos nossos)

O grau de atingimento desses objetivos foi item do questionário encaminhado para avaliação do Programa pelos alunos da UFF que foram bolsistas dessa Chamada, como adiante se verá.

Para apresentar a Chamada, elaboramos o quadro a seguir:

Quadro 10 - CsF – Chamada Pública CAPES 01/2011 – Assuntos e itens

	Assunto	Item
Aspectos Gerais	Seleção por IES	Preâmbulo
	Processo de seleção na IES feito pelo Coordenador-Geral	4
	Indicação dos alunos: inteira responsabilidade da IES	10.2
	Participação: por adesão da IES e candidatura individual	1.2
	Áreas e temas de estudo de interesse para o Brasil definidas na Chamada	Preâmbulo 6.1
	Atividades no exterior: realização de disciplinas e estágio nos EUA/ realização de estudos e estágio em universidades dos EUA	Preâmbulo 1.2
	Financiamento da bolsa: CAPES	1.2 e 7
	Implementação: sujeita a disponibilidade orçamentária e disponibilidade de absorção das universidades americanas	5.1.1 5.2.2
	Escolha da instituição de destino: CAPES	5.1.2 5.2.3
	Interlocução da IES com a CAPES: Coordenador-Geral	5.1.3
Participação: (1) por Adesão da IES	Acordo de Adesão, com compromisso de reconhecimento de créditos, assinado pelo Reitor ou equivalente	2.1.1 2.1.3
	Condição para a IES: possuir pelo menos um curso de pós-graduação reconhecido pela CAPES nas áreas ou temas de interesse da chamada	2.1.2
	Coordenador-Geral do Programa na IES, indicado pelo Reitor Responsabilidades: organização, acompanhamento das candidaturas e homologação junto à Capes	2.1.4 4.1
	Para alunos de IES que não assinarem o Acordo de Adesão	2.2.1
(2) Candidatura Individual	Cronograma inicia após a data de envio do Acordo de Adesão	2.2.2
	A CAPES solicitará à IES do candidato firmar o Acordo de Adesão	5.2.1
Requisitos para o candidato	Matriculado em curso de bacharelado nas áreas e temas da chamada	3.1-I 3.2-I
	Nacionalidade brasileira	3.1-II 3.2-II
(1) Todos	Ter integralizado no mínimo 40% e no máximo 80% do currículo do curso, no momento de início previsto da viagem de estudos	3.1-III 3.2-III
	Proficiência em Inglês: nota mínima 79 no TOEFL	3.1-IV 3.2-IV
(2) por Adesão	Perfil de excelência, baseado no bom desempenho acadêmico, segundo critérios da IES	3.1-V
(3) Candidatura individual	Ingresso pelo Prouni ou Sisu, com nota Enem >600 pontos e/ou Premiação como Jovem Cientista, Iniciação Científica e Olimpíadas da Matemática e/ou de Ciências ou outras de mérito acadêmico	3.2-V
	Ter tido ou estar usufruindo de bolsa de iniciação científica do CNPq (PIBIC) ou do PIBID da CAPES	3.2-VI
Inscrição	No site da CAPES, pelo Formulário de Inscrições da CAPES, e Formulário de Inscrições do IIE	Cronograma
Responsabilidades e compromissos do bolsista	Obtenção de passaporte e visto J-1, incluindo custos	8
	Dedicar-se integralmente às atividades-fim no período de estudos	7.7.1
	Retornar ao Brasil no prazo de 30 dias a contar da conclusão do período da bolsa, para concluir o curso de graduação	7.7.2
	Ressarcir a Capes do investimento, na eventualidade de desistência do curso, com ressalvas	7.7.3
	Compromisso de permanecer no Brasil: dobro de meses da graduação sanduíche. Ressalvas sobre futura pós-graduação com bolsa no exterior	3.1-VI 3.2-VII
Custeio	Permanência: 12 meses, sendo 9 ou 10 para estudos em tempo integral, acrescidos de até 3 meses para estágio de pesquisa ou inovação tecnológica em indústria, centro de pesquisa ou laboratório da própria universidade, a ser definido pela CAPES com as universidades de destino	7.2
	(1) Taxas escolares, seguro saúde, alojamento e refeições oferecidas pelas universidades americanas + Montante para despesas pessoais no valor mensal de US\$300.00 OU	7.3 7.4.1
	(2) Taxas escolares + bolsa integral no valor mensal de US\$1,300.00	7.6
	Auxílio deslocamento ou passagem aérea de ida e volta BR/EUA/BR, de acordo com as normas vigentes na CAPES	7.4.2

As dezoito áreas prioritárias do Programa estão no item 6.1 da Chamada Pública. São apresentadas de forma mista, contendo grandes áreas, subáreas e temas de estudo (não são áreas disciplinares), às quais podem se vincular diferentes cursos, no caso da graduação sanduíche, e diferentes programas e projetos, no caso das outras modalidades de bolsa previstas pelo CsF.

Estudos podem ser feitos a respeito das áreas do Programa, confrontando-as, por exemplo, com os desafios brasileiros descritos no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020. (BRASIL, 2010)

O Plano menciona a necessidade de buscar a sinergia com a IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que “escolheu como áreas prioritárias biotecnologia, fármacos, medicamentos e vacinas, materiais avançados, nanotecnologia, tecnologia da informação e da comunicação, microeletrônica, espaço, defesa e energia nuclear” (BRASIL, 2010, p. 20). O capítulo “Recursos Humanos e Programas Nacionais” do PNPG inclui, em consonância com as áreas do CsF, o Programa Espacial, a Política Nacional de Recursos do Mar, entre outros.

Cabe aqui o comentário de Zeleza (2005, p. 35):

Na proporção em que o ensino se torna progressivamente mais valorizado por sua instrumentalidade, maior ênfase passa a ser atribuída às áreas técnicas e profissionais, à pesquisa aplicada, de preferência à pesquisa básica, em detrimento das humanidades e ciências básicas. Esta diferenciação, baseada no valor de mercado da disciplina, coloca o corpo docente diante do problema das disciplinas “não rentáveis”(....)

No que tange à participação das instituições brasileiras, verifica-se que a atuação está centrada no Reitor, que assina o Acordo de Adesão, e no Coordenador-Geral, indicado pelo Reitor, que será responsável pela implementação e acompanhamento do processo de indicação dos alunos pela homologação das candidaturas junto a CAPES.

Destaca-se que, conforme o item 2.1.1 da Chamada, ao assinar a adesão, a instituição assume:

o compromisso de reconhecimento de créditos obtidos pelos estudantes na instituição estrangeira, com pleno aproveitamento dos estudos e do respectivo estágio, entendido tal reconhecimento como sendo parte das exigências e do currículo disciplinar de formação dos seus estudantes nos respectivos cursos de graduação no Brasil. (CAPES, 2011a)

Ao menos na Chamada em estudo, esse é um compromisso redigido pela agência em modelo específico e assinado – digamos – em confiança, previamente à seleção do estudante, em um processo em que a universidade não tem qualquer ingerência sobre a destinação do seu aluno no exterior (a universidade de destino é escolhida pela Capes).

Além de ser o interlocutor com a Capes, o Coordenador-Geral atua marcadamente no processo de seleção dos candidatos à bolsa, para o que se requer o estabelecimento, na instituição, do “perfil de aluno de excelência, baseado no bom desempenho acadêmico” ou seja, critérios de seleção interna dos alunos (CAPES, 2011a, item 3.1-V).

Nessa Chamada, portanto, há menção apenas a esses dois atores institucionais nas IES: o Reitor e o Coordenador-Geral, ambos representando a administração central. Talvez esse seja um reflexo, na primeira chamada, da forma como o programa foi concebido, “decidido na alta cúpula do governo” (JUDD, 2014, p. 52).

A denominação Coordenador-Geral passou a Coordenador Institucional, que “também denominado de Gestor Institucional do CsF (GICsF) possui um papel fundamental na homologação, acompanhamento e avaliação dos candidatos e futuros bolsistas de graduação sanduíche.” (CAPES, s/d) Recentemente (em 19/3/2014), foi estabelecida a figura do Coordenador Institucional Substituto, “com os mesmos acessos e atribuições do coordenador titular quando da impossibilidade da execução das tarefas ou em momento de ausência na IES de vínculo”. (CAPES, s/d)

Na primeira reunião de trabalho do Programa, em 3 de novembro de 2011, a Capes divulgou que a Chamada teve “7.007 estudantes inscritos, de um total de 165 instituições de ensino superior aderentes no país”, e que cerca de 250 universidades dos EUA já haviam firmado acordo para fazer parte do Ciência sem Fronteiras. (CAPES, 2011b)

2.6 Marco legal

O Programa Ciência sem Fronteiras foi instituído pelo Decreto 7.642, de 13 de dezembro de 2011. O texto legal apresenta os objetivos do Programa; dispõe

sobre modalidades de bolsas, viabilização (acordos, convênios) e operacionalização (chamadas públicas); cria comitês para o acompanhamento e execução e estabelece atribuições aos órgãos e instituições envolvidos.

Para apresentar o decreto foram elaborados dois quadros, um com as características gerais e outro com um objetivos, agrupados por “público-alvo”, ou seja, pelos atores envolvidos no Programa. Complementarmente, um terceiro quadro apresenta a composição dos comitês do Ciência sem Fronteiras.

Quadro 11 - CsF – Estrutura do Decreto 7.642/2011

Item	Detalhamento	Artigo Inciso §
Definição (Linhas de ação)	No exterior - Propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, No Brasil - Atrair jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação	1º <i>caput</i>
Objetivos (Ver quadro específico)	País - estimular e aperfeiçoar as pesquisas aplicadas no país, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação.	2º
Áreas: prioritárias	Prioritárias e estratégicas	2º I
	Definidas pelo MEC e MCTI, propostas pelo Comitê de Acompanhamento e Assessoramento	5º II, c
Critério básico (mérito)	Excelência – de pessoas e instituições	1º 2º II 8º I 8º II, §4º
	Padrão internacional	2º III
Inserção do Programa	Atividade complementar de cooperação internacional e de concessão de bolsas no exterior da Capes e do CNPq	1º § único
Viabilização	Concessão de bolsas de estudos	2º. I
	Permissão para realização de convênios com órgãos públicos e entidades privadas	3º
Público-alvo	Por objetivo (ver quadro específico)	2º I - IV
	Por modalidade de bolsa	8º § 1º a 7º
Comitê de Acompanhamento e Assessoramento	Oito membros, indicados, designados em ato conjunto	4º <i>caput</i> 4º § 1º
	Participação de especialistas como convidados, para pareceres/subsídios	4º § 2º
	Presidência alternada, 12 meses, MEC-MCTI	4º § 3º
	Atribuições – inclusive avaliação	5º
	Encaminham propostas aos Ministros MEC-MCTI	5º § 3º
Comitê Executivo	Seis membros, indicados, designados em ato conjunto	6º <i>caput</i> § 1º
	Funcionamento disciplinado pelo MEC-MCTI	6º § 2º
	Coordenação alternada, 12 meses, MEC-MCTI	6º § 3º
	Atribuições – operacionais	7º
	CAPES/CNPq devem consultar para criar ou alterar modalidades de bolsas	8º § 8º
Modalidades de bolsas	No exterior	8º I
	No país	8º II
	Permitido criar outras modalidades, ouvido o Comitê Executivo	8º § 8º
	Permitido adaptar as modalidades, de acordo com as peculiaridades e necessidades do setor produtivo , ouvido o Comitê Executivo	8º § 9º
Operacionalização	Chamadas públicas conjuntas CAPES-CNPq	9º

Atribuições institucionais	MCTI	10
	MEC	11
	Instituições de educação superior: reconhecimento dos créditos ou das atividades de treinamento no exterior, de acordo com o plano de atividades previamente aprovado. Não dispõe sobre seleção interna.	12
Compromissos	Não dispõe sobre compromissos dos participantes.	(s/info)
Implementação	Regras do MCTI e MEC	13
Custeio	Recursos da União, por meio do MCTI e do MEC	14 I
	Outras fontes de recursos, públicas e privadas	14 II

Quadro 12 - CsF – Objetivos por público alvo, conforme Decreto 7.642/2011

Público-alvo		Objetivos
Indivíduos	a) Brasileiros: - estudantes de cursos técnicos, graduação e pós-graduação, - docentes, - pesquisadores, - especialistas, - técnicos, - tecnólogos e engenheiros, pessoal técnico-científico de empresas e centros de pesquisa e de inovação tecnológica brasileiros b) Residentes no exterior: - pesquisadores de reconhecida liderança científica	Promover a formação de estudantes brasileiros, criando oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais; mobilidade internacional;
Grupos de pesquisa	Brasileiros e estrangeiros	Criar oportunidade de cooperação técnico-científica internacional
Instituições	Universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa	Contribuir para o processo de internacionalização; propiciar maior visibilidade internacional à pesquisa acadêmica e científica realizada no Brasil;
Empresas	Brasileiras e estrangeiras	Contribuir para o aumento da competitividade das empresas brasileiras

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro a seguir apresenta a composição dos comitês do Programa.

Quadro 13 - CsF – Composição dos Comitês, conforme Decreto 7.642/2011


Órgão representado	Comitê de Acompanhamento e Assessoramento	Comitê Executivo
Casa Civil da Presidência da República	1	1
Ministério da Educação	1	1
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1	1
Ministério das Relações Exteriores	1	1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1	-
Ministério da Fazenda	1	-
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1	-
Entidades privadas que participem do financiamento do Programa	4	-
Presidente da CAPES	-	1
Presidente do CNPq	-	1
Composição total	11	6

Fonte: Elaborado pela autora

Com o Decreto, fica consolidado o processo de concessão de bolsas por chamadas públicas conjuntas CNPq e Capes, respeitadas as especificidades de cada entidade executora (art. 9º), o que disciplina a forma mista como as bolsas foram inicialmente ofertadas pelas duas agências – o CNPq, por cota ao pesquisador; a Capes, na Chamada Pública 01/2011 –, unificando-se os procedimentos.

Por oportuno, registre-se que a distribuição das modalidades de bolsa entre as agências, e a conseqüente oferta/gestão nas Chamadas Públicas é um aspecto do Programa sobre o qual pairou uma certa indefinição. Na exposição feita pelo Presidente do CNPq ao CDES, em 07 de julho de 2011, o seguinte quadro foi apresentado:

Figura 1 - CSF – Cronograma inicial de bolsas do CNPq e da Capes, por ano e modalidade



CNPq

	Doutorado Sanduíche	Graduação Sanduíche	Pós-Doutorado	Doutorado Pleno	Estágio-sênior	Treinamento de Especialista no Exterior (empresa)	Jovem Cientista de grande talento (no Brasil)	Pesquisador Visitante especial (no Brasil)
2011	700	2000	800	140	40	100	100	10
2012	1500	3000	1000	300	120	100	100	20
2013	3500	4500	1200	500	200	200	100	30
2014	5000	6000	2000	1000	300	300	100	40
Total	10700	15500	5000	1940	660	700	400	100

Capes

Ano	Doutorado sanduíche no exterior	Doutorado pleno no exterior	Pós-doutorado no exterior	Graduação sanduíche no exterior	Estágio Sênior no exterior	Total
2011	2.100	400	500	830	100	3.930
2012	3.500	2.000	1.000	3.000	500	10.000
2013	4.100	2.400	1.200	3.700	600	12.000
2014	4.300	3.200	1.300	4.470	800	14.070
Total	14.000	8.000	4.000	12.000	2.000	40.000

Fonte: Apresentação do Presidente do CNPq ao CDES em 07/7/2011 (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2011)

Ou seja, cinco modalidades seriam oferecidas pelas duas agências, e três dedicadamente pelo CNPq. Nas modalidades em que ambas as agências ofertam bolsas, como a graduação sanduíche, houve um período de gestão conjunta (Chamadas Públicas de 2012, por exemplo).

Ressalte-se que o Decreto não define o processo de seleção nas instituições de educação superior, estabelecendo de forma geral o critério de excelência.

A análise dos documentos estudados neste capítulo permite visualizar o Ciência sem Fronteiras como um programa que partiu de uma iniciativa presidencial e de uma motivação política; como programa de governo, relaciona-se com outras ações governamentais; teve uma agenda de urgência em sua implantação; foi e está sendo amadurecido e ajustado durante sua execução.

A despeito do objetivo expresso de estimular iniciativas de internacionalização das instituições de educação superior, a estruturação formal do Programa não institucionaliza esse objetivo, em vista da pouca participação das IES.

Pensando no que diz Morosini (2006) sobre o modelo periférico de internacionalização ainda prevalente nas universidades brasileiras, e fazendo-se as alterações necessárias (*mutatis mutandis*), poder-se-ia dizer que, em seu primeiro momento, o Programa ainda reflete, em nível macro, um viés periférico de internacionalização, caracterizado por interesses mais isolados e/ou individuais do que institucionais (do ponto de vista das universidades), – ainda que promovido pelo governo federal.

Discussões como essa serão trazidas mais adiante, após apresentarmos a opinião de participantes do Programa, assunto do próximo capítulo.

3 A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Este capítulo contextualizará a implantação do Programa Ciência sem Fronteiras na Universidade Federal Fluminense e apresentará o edital correspondente à primeira concessão de bolsas, com o mapeamento dos bolsistas da Primeira Chamada Pública. Com o intuito de conhecer o programa não só pela análise documental, mas também pelo ponto de vista dos seus atores, apresentaremos também o resultado de entrevistas com os gestores internos da universidade e de questionários respondidos pelos alunos participantes.

3.1 Implementação do Programa – estruturas institucionais

Ao ser lançado em 2011, o Programa Ciência sem Fronteiras encontrou a Universidade Federal Fluminense em um processo de forte reformulação do setor de relações internacionais. A estrutura anterior era a Assessoria de Assuntos Internacionais, integrante do Gabinete do Reitor. Além do assessoramento direto ao Reitor nos assuntos de representação internacional, as principais atividades da Assessoria eram: o estabelecimento de acordos de cooperação internacional; a gestão do intercâmbio de alunos – em número bastante modesto, se comparado com a dimensão do corpo discente da universidade; a operacionalização de um Mestrado Internacional, no âmbito do Programa Erasmus Mundus, e a viabilização de alguns núcleos de cooperação internacional, como o Núcleo de Estudos Canadenses.⁷⁶

Em fins de 2010 assumia uma nova gestão na Assessoria. Processava-se uma mudança na filosofia de trabalho, com base em um entendimento mais orgânico da cooperação internacional e da internacionalização. Pelo ritmo de reestruturação e proposição de novas frentes, pode-se dizer que a UFF começava a sair de um primeiro estágio de internacionalização, mais voltado para a mobilidade estudantil,

⁷⁶ Núcleo de estudos de francofonia, vinculado ao Instituto de Letras da UFF. Página eletrônica oficial disponível em: <http://www.nec-uff.com.br/index.html#!/>. Acesso em: 24 set. 2014.

para avançar na direção da institucionalização da internacionalização. Esses estágios são descritos por Minna Söderqvist (2007) em trabalho acadêmico sobre internacionalização das instituições de educação superior. Segundo a autora, o estágio de institucionalização tem em suas características o dar à internacionalização uma estratégia e uma estrutura; o multiculturalismo; a criação de redes e parcerias; e mais atenção à qualidade da internacionalização.

3.1.1 Estratégia e estrutura

A Assessoria foi reconfigurada como Diretoria de Relações Internacionais em 2011, permanecendo o vínculo direto ao Gabinete do Reitor. Sua estrutura passou a compreender, além do setor de convênios e de mobilidade estudantil – “in” e “out” – um setor de Projetos Especiais.

O CsF chegou para ser operacionalizado na UFF já pela Diretoria de Relações Internacionais, que não só buscava a ampliação do seu corpo técnico e estrutura física, como expandia sua ação para além dos limites do Gabinete, para interagir com as Pró-Reitorias, com a Procuradoria, com os órgãos “na ponta” – como se costuma dizer na universidade, ao contrapor a administração central e os setores acadêmicos propriamente ditos: institutos, faculdades, departamentos, coordenações de curso.

Ao longo da execução da primeira fase do Programa, a DRI/UFF tem trabalhado para a institucionalização da internacionalização. Em 2013 a DRI/UFF foi contemplada com recursos do Plano de Desenvolvimento Institucional, o que sinaliza sua forte inserção na estrutura da universidade, com dotação orçamentária. e torna possível a execução de programas específicos, como o Programa de Apoio a Projetos de Internacionalização da UFF (PIUFF).

3.1.2 Multiculturalismo e redes internacionais

Em janeiro de 2011, A DRI/UFF participou de uma Convocatória do Projeto de

Apoio ao Programa de Mobilidade Mercosul em Educação Superior, financiado pela União Europeia em cooperação com o Setor Educacional do Mercosul (Mercosul Educacional)⁷⁷. A proposta foi aprovada e a UFF liderou uma rede com outras nove universidades, dos quatro países membros do Mercosul, com o projeto *MERCOSUL, Integração e Interlocução: Língua e Cultura*. (MERCOSUR, 2011)

O primeiro ano do Ciência sem Fronteiras foi também o ano de consolidação do Congresso das Américas sobre Educação Internacional (CAEI) como espaço comum para a educação superior nas Américas. A UFF participou da organização do evento do ano seguinte, o CAEI Brasil 2012 – que se realizou no Rio de Janeiro, com o tema “O Ensino Superior e os Diálogos Interamericanos”. (CONGRESSO....., s/d)

3.1.3 Rede de assessorias

Em junho de 2011, a UFF esteve presente ao primeiro encontro de representantes de escritórios internacionais do Rio de Janeiro, para formarem o que se tornaria a Rede das Assessorias de Relações Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro (Reari-RJ). Em 16 de agosto do mesmo ano realizou-se o Primeiro Fórum da Rede, na sede da UFRRJ, e nessa ocasião os onze integrantes – UFF, Cefet/RJ, IFRJ, PUC-Rio, Uenf, Uerj, Uezo, UFRJ, UFRRJ, Uni-Rio e Colégio Pedro II firmaram documento, manifestando o interesse em formar a rede. A criação da Reari foi oficializada com a assinatura de seu Estatuto, em 25 de abril de 2013, com quase dois anos de funcionamento. O objetivo da Rede é “reunir as assessorias internacionais de todas as instituições de ensino fluminenses, para que, unidas, ganhem mais representatividade, e tenham mais facilidade para participarem de eventos no exterior e agilidade no intercâmbio de informações” (MOTTA, 2013).

⁷⁷ O Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), conhecido como ‘MERCOSUL Educacional’, tem sua origem no Protocolo de Intenções assinado em 1991 em Brasília, pelos Ministros da Educação dos quatro países fundadores. Nele, os ministros consideram ‘que a Educação tem um papel fundamental para que esta integração se consolide e se desenvolva’ e declaram ‘a conveniência de fomentar os programas de formação e intercâmbio de docentes, especialistas e alunos, com o objetivo de facilitar o conhecimento da realidade que caracteriza a Região e promover um maior desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico’. (MERCOSUL, s/d)

3.1.4 Reconfiguração e expansão da mobilidade acadêmica internacional

Na época do lançamento do CsF, o programa de intercâmbio internacional da UFF se institucionalizara e, como marco disso, passara a ser nomeado como programa de mobilidade acadêmica internacional. A mobilidade internacional, na UFF, se fortalecia com o lançamento de projetos especiais, como o Programa de Universalização de Línguas Estrangeiras (Pule), em parceria com o Instituto de Letras⁷⁸, e ações de natureza inclusiva, voltadas para a ampliação do acesso à mobilidade por alunos em situação de fragilidade econômica. Outros programas de mobilidade estavam, portanto, em reestruturação, elaboração ou já sendo operacionalizados pela DRI/UFF quando do lançamento da Primeira Chamada Pública do CsF.

Naquele ano de lançamento do Ciências sem Fronteiras, os seguintes editais, vinculados ao processo de internacionalização da universidade, foram gerenciados na DRI/UFF:

Quadro 14 - UFF – Editais de mobilidade internacional 2011

Edital Conjunto Proppi/Prograd/DRI 01/2011	Ciência sem Fronteiras
Edital 02/2011 - AAI	Bolsas Top China Santander
Edital 03/2011 - AAI	Bolsas Ibero-Americanas Santander
Edital 04/2011 - AAI	Bolsas Luso-Brasileiras Santander
Edital 05/2011 - AAI	Bolsas Fórmula Santander
Edital DRI 06/11	Programa de Mobilidade Internacional UFF 2012/13
Edital DRI 07/11	Programa de Universalização de Línguas Estrangeiras (Pule)
Edital 08/ Conjunto DRI/Proppi/Prograd 2011	Ciência sem Fronteiras

Atualmente a Divisão de Mobilidade “Out” operacionaliza os seguintes programas institucionais: Mobilidade Acadêmica Internacional da UFF (Bolsas UFF), Mobilidade Internacional para América Latina, Mobilidade Acadêmica Internacional da Fundação Euclides da Cunha (FEC) (Bolsas FEC), e o Programa de Excelência Acadêmica da FEC (Bolsas FEC-Excelência). Com financiamento externo são operacionalizados o Programa Ciência sem Fronteiras e outros, como os

⁷⁸ O Pule é oferecido em parceria com o Instituto de Letras-Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas, a Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos e a Fundação Euclides da Cunha.

patrocinados pelo Santander Universidades e os decorrentes de acordos bilaterais específicos, como o Programa de Mobilidade Brasil-Colômbia (Bracol), por exemplo.

A Divisão de Mobilidade “In” coordena o Programa de Apadrinhamento do Intercambista (PAI), o Curso de Português para Estrangeiros, voltado para alunos em Mobilidade Internacional, e o Programa de Moradia para Alunos Estrangeiros (MAE).

3.2 Participação da UFF na primeira Chamada Pública

O Ciência sem Fronteiras é operacionalizado na UFF pela Divisão de Mobilidade “Out”. Desde o início do Programa, a partir do lançamento de cada Chamada Pública, é elaborado o respectivo edital de seleção interna, que é sempre um edital conjunto da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proppi), Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e Diretoria de Relações Internacionais (DRI). A seleção dos candidatos é feita por uma comissão de bolsas.

O Edital Conjunto Proppi/Prograd/DRI 01/2011 (UNIVERSIDADE..., 2011) trata da candidatura de alunos às bolsas sanduíche no exterior para graduação (SWG) da Capes e às bolsas por cota do pesquisador do CNPq. Será apresentada a estrutura geral do documento, mencionando-se ambas as bolsas, embora nossa atenção recaia sobre as bolsas da Capes, que correspondem à Chamada Pública objeto do nosso estudo.

Os editais da UFF aglutinam várias Chamadas do CsF e formalizam um único processo de seleção interna para vários países, destacando que o aluno só pode inscrever-se em uma Chamada, à qual deve estar atento quanto às exigências específicas e ao cronograma próprio. As Chamadas constam dos anexos de cada edital. Até setembro de 2014 a UFF estava com um edital aberto e dez encerrados, correspondendo às diversas Chamadas do CsF. O Quadro 15 apresenta os dois primeiros editais, ambos de 2011.

Quadro 15 - UFF/CSF – Primeiros editais UFF e respectivas Chamadas Públicas

Edital UFF	País de destino	Chamada Pública Programa Ciência sem Fronteiras
Edital Conjunto Proppi/Prograd/DRI 01/2011	Estados Unidos da América	01/2011 - CAPES
	“Melhores instituições disponíveis”	(Bolsas por cota - CNPq)
Edital Conjunto DRI/Proppi/Prograd 08/2011 – Ciência sem Fronteiras	Estados Unidos da América	102/2011 – IIE
	Alemanha	103/2011 – DAAD
	França	104/2011 – CAMPUS FRANCE
	Itália	105/2011 – BOLONHA
	Reino Unido	106/2011 – UUK

Fonte: Página eletrônica oficial da DRI/UFF. Elaboração da autora.

3.2.1 Edital Conjunto Proppi/Prograd/DRI 01/2011

Além das disposições gerais estabelecidas pelo Programa, destaca-se no edital da UFF o seguinte aspecto: a composição de banca de seleção de bolsistas, formada pelos membros do Comitê Multidisciplinar da Proppi das áreas contempladas no edital, dois representantes da Prograd, dois representantes da Proppi e dois representantes da DRI.

3.2.2 Mapeamento

No primeiro edital da UFF, houve a inscrição de 62 alunos, assim distribuídos:

Tabela 1 - UFF/CSF – Inscrições Edital Conjunto Proppi/Prograd/DRI 01/2011

Agência	Inscritos
CAPES (Chamada Pública 01/2011)	14
CNPq (Bolsas por cota)	33
Ambas as agências	15
Total	62

Doze alunos da UFF foram aprovados pela Capes, dos quais um desistiu da bolsa.⁷⁹ Para este estudo, a DRI/UFF, a partir de seus arquivos eletrônicos, forneceu

⁷⁹ Em telefonema, o pai desse aluno, do curso de Física, informou que a desistência se deu em função da universidade para a qual ele fora indicado, que não correspondia às suas expectativas de qualidade. O aluno se candidatou e foi selecionado posteriormente, e, apesar de dessa vez ter sido selecionado para uma universidade de excelência – Wisconsin-Madison – ele optou por não participar da mobilidade, para não atrasar a conclusão do curso. Logo após graduar-se, foi aprovado para o mestrado no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e, em seguida, para o mestrado na Scuola Internazionale Superiore di Studi Avanzati (SISSA) em Trieste, Itália, para onde viajou em setembro de 2014.

a listagem dos bolsistas; pelo Sistema Acadêmico (IdUFF) emitiu histórico escolar desse alunos; e no Sistema de Controle de Processos (SCP) fez uma busca para saber se havia processo de dispensa de disciplinas, e em caso positivo requisitou o desarquivamento. Paralelamente, foi feita consulta na Plataforma Lattes do CNPq.⁸⁰

O histórico e o *curriculum vitae* foram consultados para se avaliar como a mobilidade estava refletida nesses documentos. No histórico se procurou verificar se havia trancamento de matrícula e pedidos de dispensa de disciplinas,⁸¹ a partir do que se fez a busca no Sistema de Controle de Processos. No Currículo Lattes, procurou-se informação sobre o período no exterior, conclusão do curso e ingresso na pós-graduação.

Vale esclarecer que na época do Edital 01/2011, o aluno em mobilidade entrava em trancamento automático. No âmbito do programa de internacionalização, essa rotina foi alterada e, atualmente, quando o aluno envia o certificado de chegada – documento assinado na instituição estrangeira, confirmando sua apresentação e início das atividades – a DRI/UFF atualiza o sistema acadêmico com a informação “afastamento para mobilidade”.

Além de fazer distinção entre o trancamento simples, que em geral tem motivos não acadêmicos, o afastamento para mobilidade passa a integrar o histórico escolar do aluno e permite a apuração de dados sobre mobilidade internacional na universidade, para fins estatísticos e para integrar relatórios e outras informações oficiais.

Os 11 alunos da UFF aprovados pela Capes estavam matriculados nos seguintes cursos: Arquitetura e Urbanismo (n=1), Ciência da Computação (n=3), Engenharia Mecânica (n=1), Engenharia de Petróleo (n=2), Engenharia de Produção (n=1), Engenharia de Recursos Hídricos (n=2) e Química Industrial (n=1). O Quadro 15 traz o mapeamento desses bolsistas, informando a universidade de destino nos Estados Unidos, o Coeficiente de Rendimento (CR) na UFF – um fator importante no processo de seleção do aluno – e outras informações.

⁸⁰ Consultas feitas em agosto/2014.

⁸¹ O Regulamento dos cursos de graduação da UFF, art. 1º, assim define: “Dispensa de disciplina/atividade – Dispensa feita a aluno da UFF de inscrever-se em disciplina/atividade de seu Curso, com base: no reconhecimento do valor formativo equivalente à disciplina/atividade do Currículo de um Curso desta Universidade, cursadas com aproveitamento nesta ou em outra Instituição de Ensino Superior, ou na aprovação em Exame de Proficiência.” (UNIVERSIDADE..., 2008).

Quadro 16 - UFF/CsF – Mapeamento dos bolsistas aprovados pela Capes

Chamada Pública CAPES 01/2011-CsF - EUA				Histórico escolar			Sistema de processos	Currículo Lattes ⁸²		
No.	Período exterior	Curso UFF	Universidade de destino	CR	Afastamento para mobilidade	obs.	Dispensa ou equivalência	Conclusão do curso	Intercâmbio CsF	Info. Compl.
1	2012.1	Ciência da Computação	University of Nebraska-Lincoln	n/c	não consta	o sem. 2012.1 não consta do histórico	dispensa de disciplina	2014	consta intercâmbio	
2	2012.1	Eng. Petróleo	University of Wyoming	7,41	s/info	s/info	não tem processo	2013	consta intercâmbio	Mestrando Espanha
3	2012.1	Eng. Produção	Kettering University	6,97	não consta	o sem. 2012.1 não consta do histórico	dispensa de disciplina	formado	consta intercâmbio	ultima atualiz. 2013
4	2012.1	Eng. Recursos Hídricos	San Diego State University	7,08	não consta	o ano de 2012 não consta do histórico	dispensa de disciplina	formado	não consta intercâmbio	última atualiz. set/2011
5	2012.1	Ciência da Computação	University of Wisconsin-Madison	7,22	2012.1 e 2012.2	possui dispensa	não tem processo	cursando	consta intercâmbio	ultima atualiz. Julho/2014
6	2012.1	Eng. Petróleo	University of Wyoming	7,56	2012.1 e 2012.2	possui dispensa	não tem processo	2013	consta intercâmbio	ultima atualiz. nov/2013
7	2012.1	Ciência da Computação	Colorado School of Mines	7,09	não consta	possui disciplinas cursadas e dispensa em 2012.1 e 2012.2	não tem processo	cursando	consta intercâmbio	ultima atualiz. Jan/2014
8	2012.1	Eng. Mecânica	Bucknell University	7,15	não consta	o ano de 2012 não consta do histórico; dispensa: créditos eletivos de outras IES	dispensa de disciplina	graduado em 2014	consta intercâmbio	ultima atualiz. abril/2014
9	2012.1	Eng. Recursos Hídricos	Rensselaer Polytechnic Institute	8,07	2012.1 e 2012.2	não tem dispensa no histórico escolar	validação de carga horária equivalente (Ativ. Complem.)	cursando	consta intercâmbio	ultima atualiz. dez/2013
10	2012.2	Arquitetura e Urbanismo	University of Florida	7,75	2012.2	não tem dispensa no histórico escolar	não tem processo	graduada em 2013	consta intercâmbio	Mestrando UFRJ
11	2012.2	Química Industrial	Purdue University	8,23	2012.2 e 2013.1	possui dispensa em 2013.1	dispensa de disciplina	cursando	consta intercâmbio	ultima atualiz. nov/2013

⁸² Dados coletados em 09/8/14. Feita atualização em 01/10/14 (bolsistas 1 e 2).

Os Quadros 17 e 18 apresentam a classificação das universidades de destino nos Estados Unidos dos 11 alunos da UFF, de acordo com os *rankings* internacionais adotados pelo Ciência sem Fronteiras: *QS World University Rankings* e *Times Higher Education*.⁸³ Vale destacar que a escolha da universidade de destino foi realizada pela Capes. O critério do Programa é enviar os bolsistas para “as melhores instituições disponíveis”. Conforme a página eletrônica institucional do Ciência sem Fronteiras, o *Times Higher Education* é um *ranking* desenvolvido pela Thomson Reuters, que visa classificar as principais universidades do mundo quanto aos seguintes aspectos: ensino, pesquisa, transferência de conhecimento e perspectiva internacional. Esse *ranking* é atualizado anualmente, trazendo uma lista de cerca de 400 universidades em todo o mundo, divididas por regiões geográficas e áreas do conhecimento. Já o *QS World University Rankings* é um *ranking* com as 700 melhores universidades do mundo, segundo Symonds Quacquarelli, publicado desde 2004. O QS Ranking toma como base seis indicadores de desempenho, tais como reputação acadêmica, empregabilidade e produção científica e tecnológica das instituições avaliadas. (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2013b)

Quadro 17 - UFF/CSF – Classificação das universidades de destino dos bolsistas pelo Times Higher Education

Instituição	Rank 2011-2012	Rank 2012-2013	Rank 2013-2014
University of Nebraska-Lincoln	Não há resultados	Não há resultados	251-275
University of Wyoming	350-400	351-400	351-400
Kettering University	Não há resultados	Não há resultados	Não há resultados
San Diego State University	Não há resultados	Não há resultados	351-400
University of Wisconsin-Madison	27	31	30
Colorado School of Mines	201-225	184	139
Bucknell University	Não há resultados	Não há resultados	Não há resultados
Rensselaer Polytechnic Institute	144	174	181
University of Florida	125	122	128
Purdue University	98	69	62

Fonte: THE, 2014 (tradução nossa)

Quadro 18 - UFF/CSF – Classificação das universidades de destino dos bolsistas pelo QS World University Rankings

Institution	Rank 2011	Rank 2012 - 2013	Rank 2013 - 2014
University of Nebraska-Lincoln	Não há resultados	Não há resultados	491-500
University of Wyoming	Não há resultados	Não há resultados	Não há resultados
Kettering University	Não há resultados	Não há resultados	Não há resultados
San Diego State University	Não há resultados	Não há resultados	Não há resultados
University of Wisconsin-Madison	Não há resultados	38	37
Colorado School of Mines	Não há resultados	Não há resultados	Não há resultados

⁸³ Esses rankings foram analisados por Altbach et al (2009).

Institution	Rank 2011	Rank 2012 - 2013	Rank 2013 - 2014
Bucknell University	<i>Não há resultados</i>	<i>Não há resultados</i>	<i>Não há resultados</i>
Rensselaer Polytechnic Institute	<i>Não há resultados</i>	296	353
University of Florida	<i>Não há resultados</i>	169	179
Purdue University	<i>Não há resultados</i>	95	99

Fonte: QS, 2014 (tradução nossa).

Consultando-se os quadros, duas universidades não constam em nenhum dos dois rankings, em nenhum dos períodos: Kettering University e Bucknell University.⁸⁴ Essa constatação, sem que necessariamente constitua demérito para as instituições – considerando-se as complexidades que envolvem essas classificações, apontadas no capítulo 1 – já constitui exceção à determinação de as instituições estarem prioritariamente entre as 50 melhores do mundo.

É de se ressaltar que até o momento da redação deste capítulo a UFF não possui convênio de cooperação com as universidades que receberam os alunos da Chamada 01/2011. Isso é um indicador de que a participação desses estudantes não gerou, ao menos no nível formal, relacionamento entre as instituições que se desdobrasse em ações educacionais conjuntas.

3.2.3 Acompanhamento pela UFF

Embora esteja à disposição dos alunos a qualquer tempo, a atuação da Divisão de Mobilidade “Out” é mais voltada para a fase que antecede a ida para o exterior (editais internos, seleção, expedição de documentos e preparação para a saída do aluno) e o retorno (recebimento do termo de chegada). Durante a permanência na universidade de destino não há um acompanhamento específico da DRI/UFF, ficando sob responsabilidade do aluno o cumprimento das atividades a que se propôs.

No entanto, modificações efetuadas no sistema acadêmico, que contribuem para a institucionalização da mobilidade internacional, podem abrir caminho para seu acompanhamento – não apenas pela DRI/UFF, mas também pelas unidades acadêmicas e órgãos de planejamento. Um exemplo disso é a criação, no sistema

⁸⁴ As duas universidades são instituições privadas. Kettering, fundada em 1919, e Bucknell, em 1846.

acadêmico, das opções “Afastamento para mobilidade” e, no caso da pós-graduação, “Atividades de cotutela no exterior”.

3.3 O programa pelos seus atores

3.3.1 Opinião dos bolsistas da UFF

Para coletar a opinião dos bolsistas da UFF da primeira Chamada Pública sobre o Programa, foi elaborado questionário estruturado, contemplando-se quatro momentos: etapas prévias à mobilidade, o período no exterior, o retorno às atividades na UFF, o impacto da experiência.

O questionário foi encaminhado aos alunos pela Plataforma Survey Monkey, que calculou as estatísticas automaticamente.

Dos onze bolsistas, nove responderam, e as respostas serão apresentadas e comentadas a seguir.

3.3.1.1 Perfil dos bolsistas

No grupo de bolsistas, tem-se oito alunos (73%) e três alunas (27%). Um estudante de cada gênero não respondeu.

Gráfico 2 - UFF/CSF Chamada 01/2011 Bolsistas do Programa, por gênero (n=11)

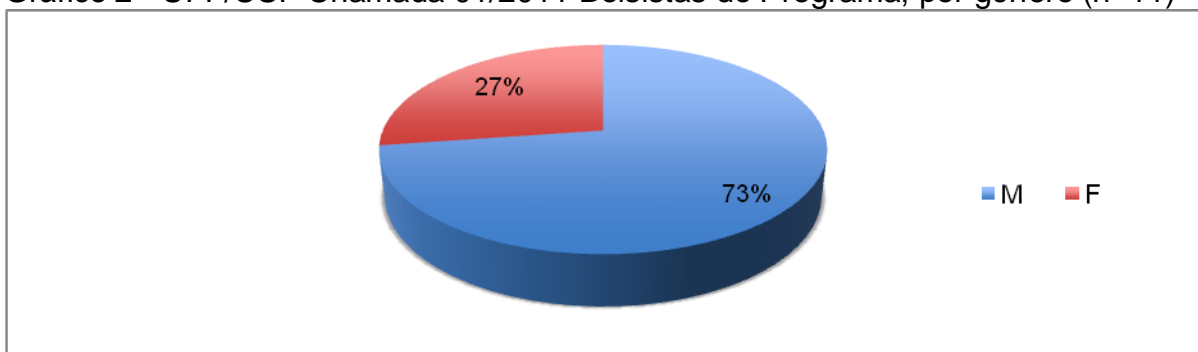
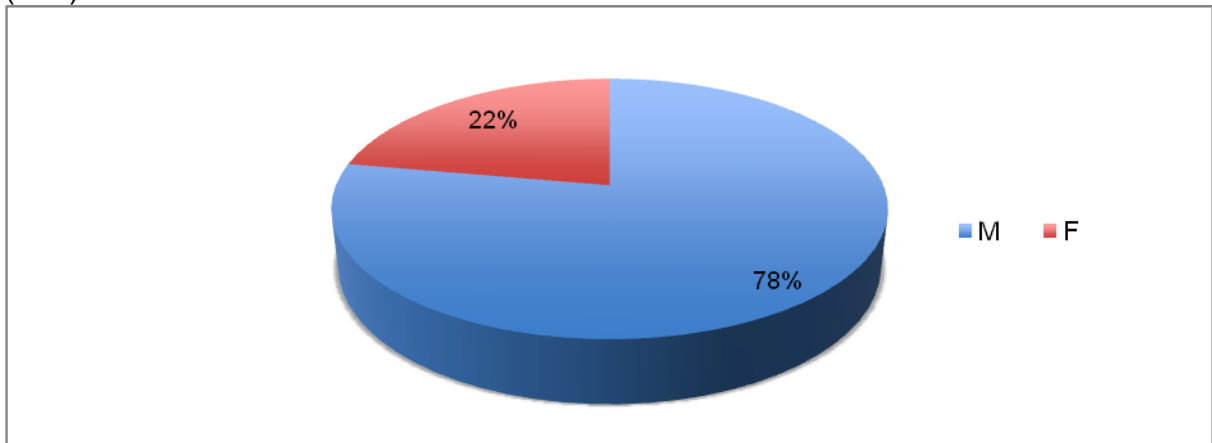


Gráfico 3 - UFF/CSF Chamada 01/2011 Participantes da pesquisa, por gênero (n=9)



Quanto à idade dos bolsistas, uma não pôde ser confirmada. O intervalo de idade em anos (desconsiderando os meses) foi: mínima de 19 (n=1) e máxima de 25 anos, (n=1), obtendo-se a média de 21 anos.

Tabela 2 - UFF/CSF – Faixa etária dos bolsistas

Idade	No. Bolsistas
19	1
20	2
21	1
22	5
25	1
Total	10

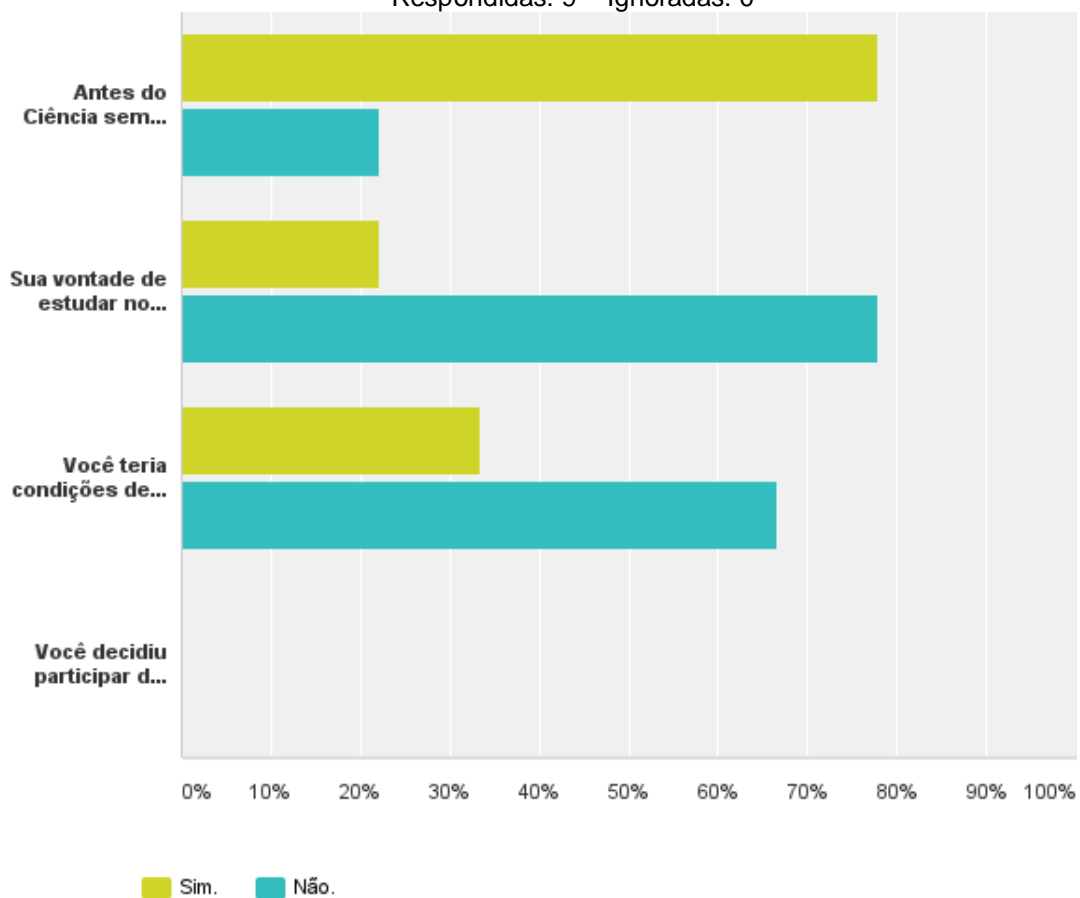
3.3.1.2 Informações sobre a participação

Considerando que o Programa se estrutura por áreas, e não por curso, a primeira questão visava identificar como se configurou o período de formação no exterior no que tange à pertinência/equivalência do curso de origem. O resultado indica que houve coincidência em quase 80% dos casos. Apenas dois alunos (22,2%) frequentaram cursos diferentes: de Química Industrial na UFF para Química/Bioquímica na Purdue University; de Engenharia de Produção na UFF para Engenharia Industrial na Kettering University.

3.3.1.3 Conhecimento prévio sobre mobilidade internacional

As respostas a esta questão demonstram que esse primeiro grupo de alunos não apenas tinha conhecimento sobre, como intenção de participar de mobilidade internacional, embora para a maioria (66,6%) o Programa possa ter sido decisivo para a concretização dessa intenção.

Gráfico 4 - Q2: Conhecimento prévio sobre mobilidade internacional:
Respondidas: 9 Ignoradas: 0

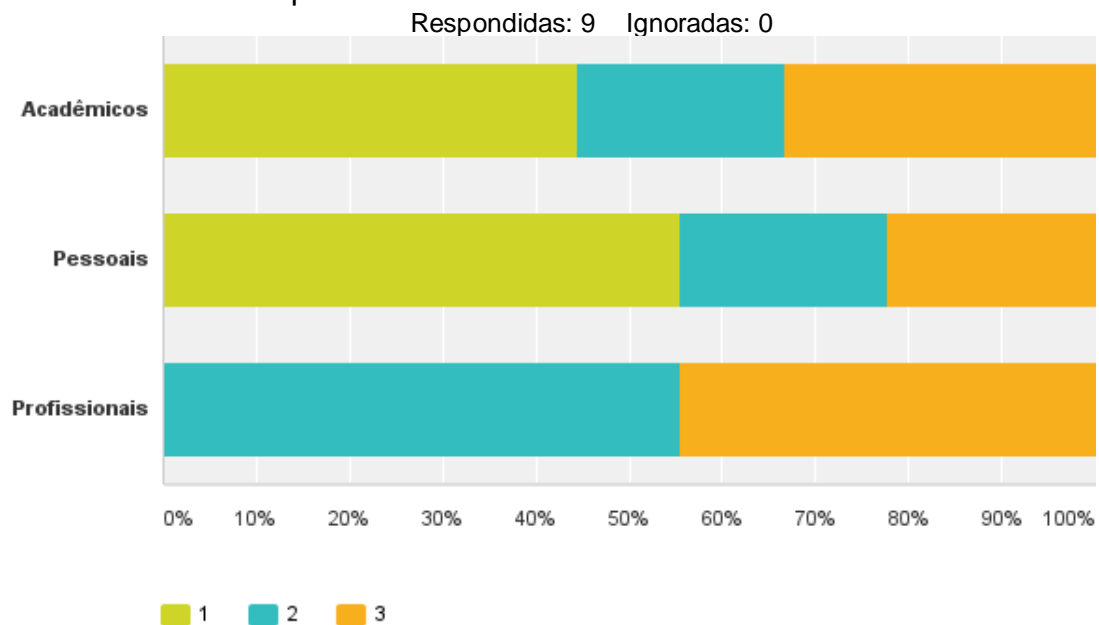


	Sim.	Não.	Total
Antes do Ciência sem Fronteiras, você sabia da existência de programas de mobilidade internacional na UFF?	77,78% 7	22,22% 2	9
Sua vontade de estudar no exterior foi deflagrada pelo Ciência sem Fronteiras?	22,22% 2	77,78% 7	9
Você teria condições de estudar no exterior sem o Ciência sem Fronteiras?	33,33% 3	66,67% 6	9
Você decidiu participar do Ciência sem Fronteiras pela possibilidade de morar no exterior?	0,00% 0	0,00% 0	0

3.3.1.4 Motivações

As respostas a esta pergunta apontam o aperfeiçoamento da formação profissional como principal fator de motivação para a mobilidade internacional. Nesse aspecto, o comportamento da amostra responde à finalidade do Programa no que tange à capacitação profissional.

Gráfico 5 - Q3: Que motivos levaram você a participar do Ciência sem Fronteiras? Selecione por ordem de prioridade, sendo 1 o mais importante e 3 o de menor importância.



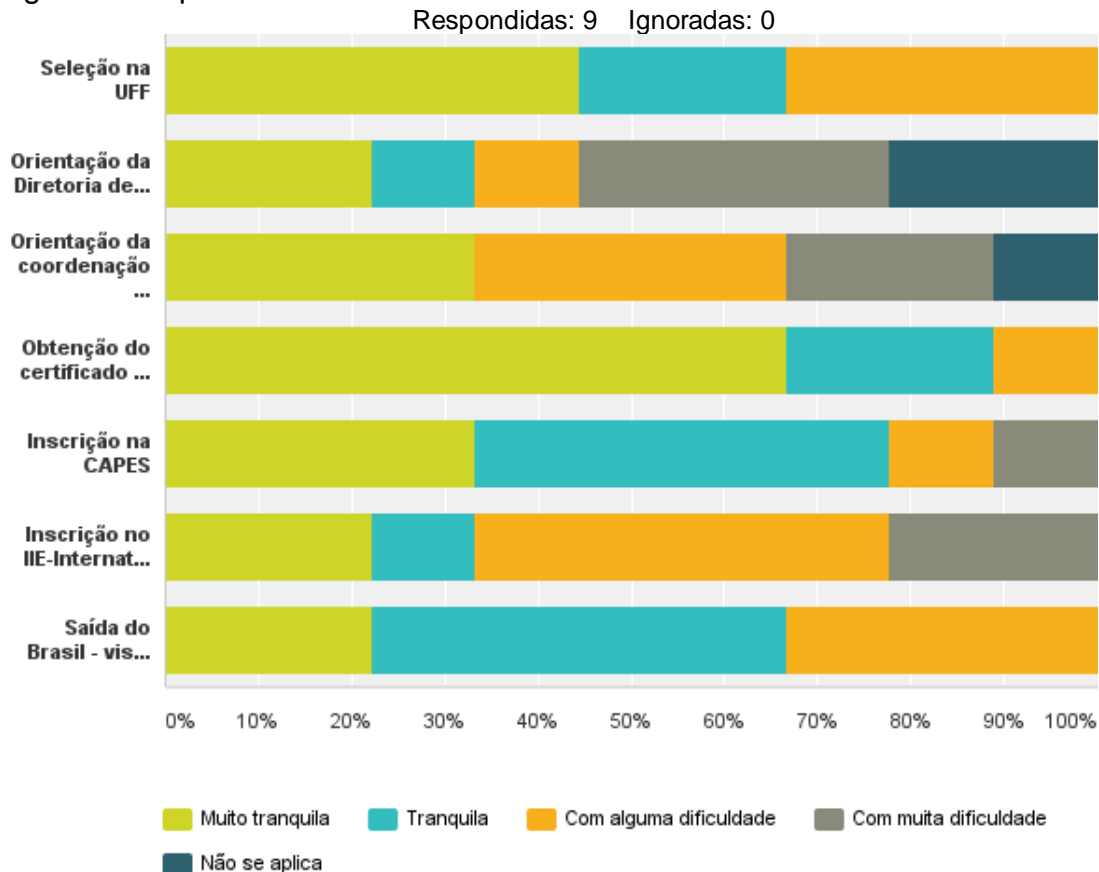
	1	2	3	Total	Classificação média
Acadêmicos	44,44% 4	22,22% 2	33,33% 3	9	2,11
Pessoais	55,56% 5	22,22% 2	22,22% 2	9	2,33
Profissionais	0,00% 0	55,56% 5	44,44% 4	9	1,56

3.3.1.5 Seleção

Esta pergunta foi elaborada para avaliar as etapas de seleção e indicação dos bolsistas, até a saída do Brasil. Apesar da urgência da implantação do Programa,

em geral essas etapas foram consideradas tranquilas. As dificuldades se concentraram na inscrição com o parceiro internacional (IIE). Chama atenção a avaliação da etapa relativa à obtenção do certificado de proficiência em inglês, o que sinaliza que esses bolsistas já possuíam domínio elevado da língua.

Gráfico 6 - Q4: Como foi sua preparação para o período no exterior? Avalie as seguintes etapas:

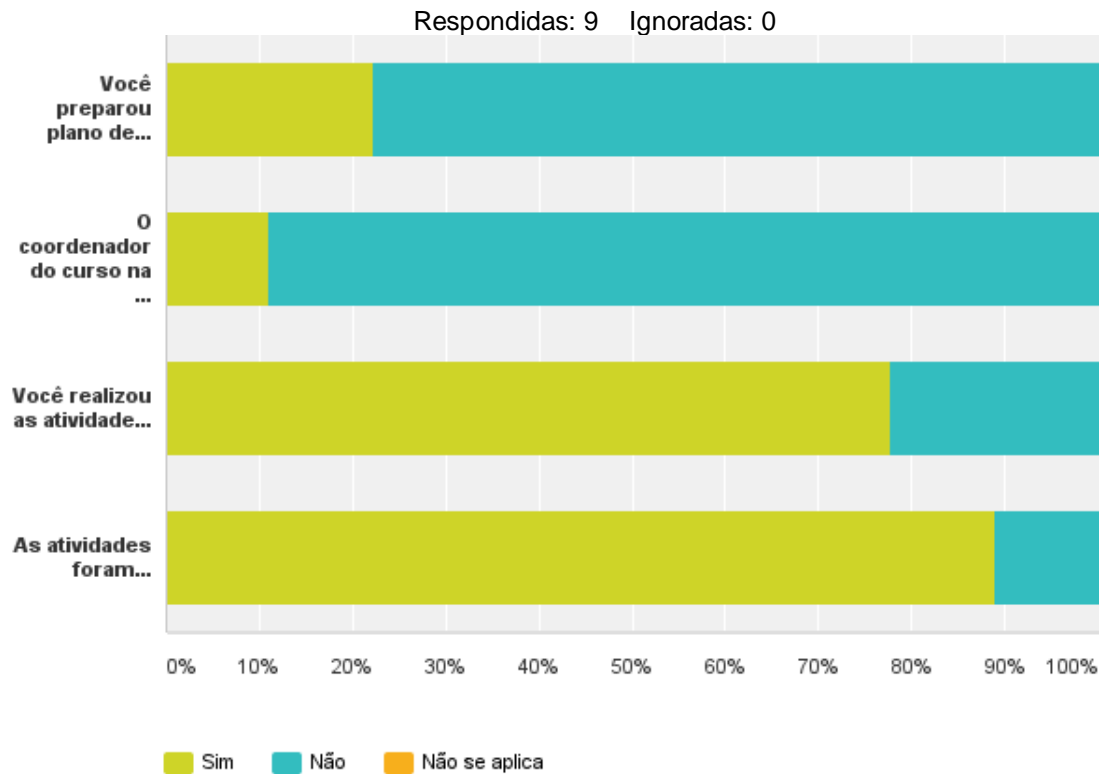


	Muito tranquila	Tranquila	Com alguma dificuldade	Com muita dificuldade	Não se aplica	Total
Seleção na UFF	44,44% 4	22,22% 2	33,33% 3	0,00% 0	0,00% 0	9
Orientação da Diretoria de Relações Internacionais	22,22% 2	11,11% 1	11,11% 1	33,33% 3	22,22% 2	9
Orientação da coordenação do curso na UFF	33,33% 3	0,00% 0	33,33% 3	22,22% 2	11,11% 1	9
Obtenção do certificado de proficiência em Inglês	66,67% 6	22,22% 2	11,11% 1	0,00% 0	0,00% 0	9
Inscrição na CAPES	33,33% 3	44,44% 4	11,11% 1	11,11% 1	0,00% 0	9
Inscrição no IIE-International Institute of Education	22,22% 2	11,11% 1	44,44% 4	22,22% 2	0,00% 0	9
Saída do Brasil - visto, seguro-saúde, providências para o recebimento da bolsa etc	22,22% 2	44,44% 4	33,33% 3	0,00% 0	0,00% 0	9

3.3.1.6 Planejamento

Esta questão buscava identificar a interação da coordenação de curso na participação do estudante no Programa, bem como se as atividades previstas foram cumpridas no exterior. As respostas evidenciam que, no grupo estudado, não houve planejamento, antes da viagem. No entanto, na maioria dos casos ($n=7$), as atividades programadas foram realizadas e, com maior incidência ($n=8$), houve reconhecimento na UFF para fins de histórico escolar – que sinaliza o envolvimento (favorável) da coordenação do curso após o retorno do aluno.

Gráfico 7 - Q5: Sobre o planejamento das atividades acadêmicas a serem realizadas no exterior:



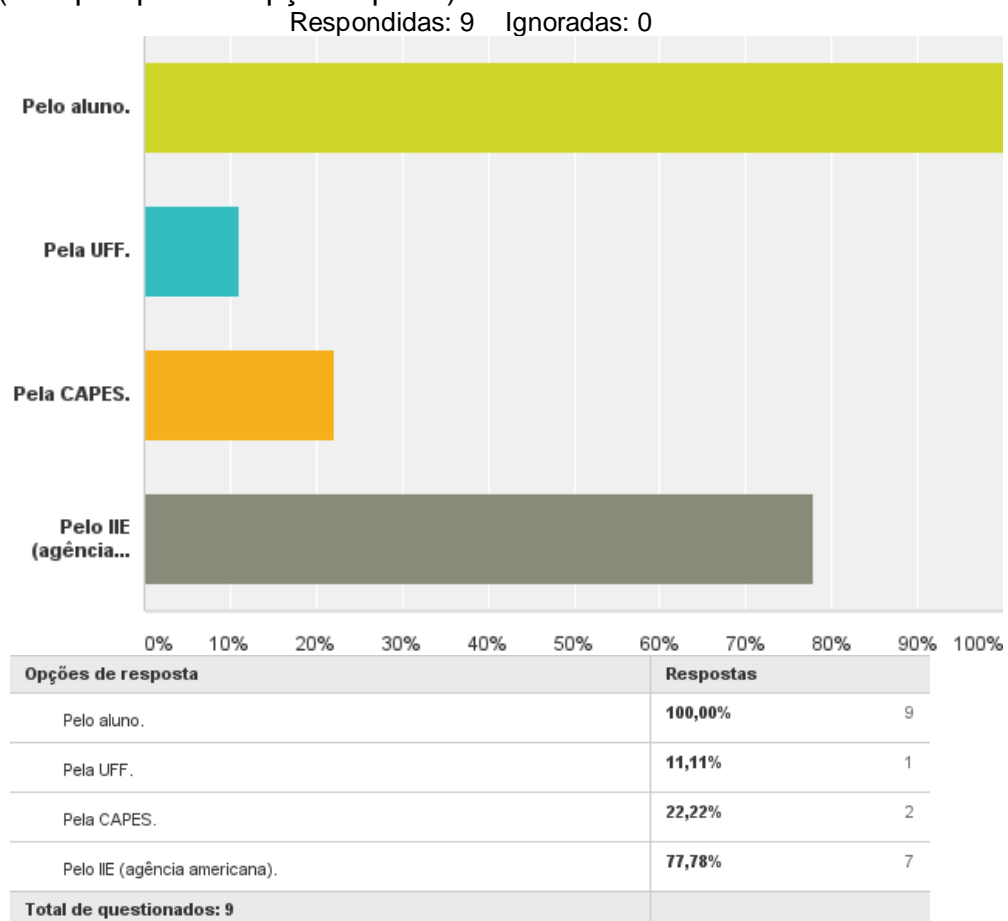
	Sim	Não	Não se aplica	Total
Você preparou plano de estudos antes de viajar?	22,22% 2	77,78% 7	0,00% 0	9
O coordenador do curso na UFF orientou o seu planejamento?	11,11% 1	88,89% 8	0,00% 0	9
Você realizou as atividades planejadas?	77,78% 7	22,22% 2	0,00% 0	9
As atividades foram reconhecidas na UFF para fins de histórico escolar?	88,89% 8	11,11% 1	0,00% 0	9

3.3.1.7 Escolha da universidade de destino

Na Chamada estudada, a escolha da Universidade de destino foi feita pela Capes, em parceria com a agência americana, de acordo com a oferta de vagas das instituições participantes. Na opinião de 100% dos bolsistas consultados, o aluno deveria participar da escolha da universidade em que realizaria parte de sua formação, majoritariamente com orientação do IIE. Dois alunos incluíram a Capes nessa escolha – um deles justificando sua resposta – e apenas um julgou que a universidade de origem também deveria participar.

Essa opinião faz pensar no caráter individual da participação dos bolsistas. Considerando essa pequena amostragem, pode-se interpretar que o Programa foi entendido menos como uma ação para internacionalizar a universidade, do que para complementar a formação que nela estavam realizando.

Gráfico 8 - Q6: No seu ponto de vista, a escolha da Universidade no exterior deveria ser feita: (marque quantas opções quiser)

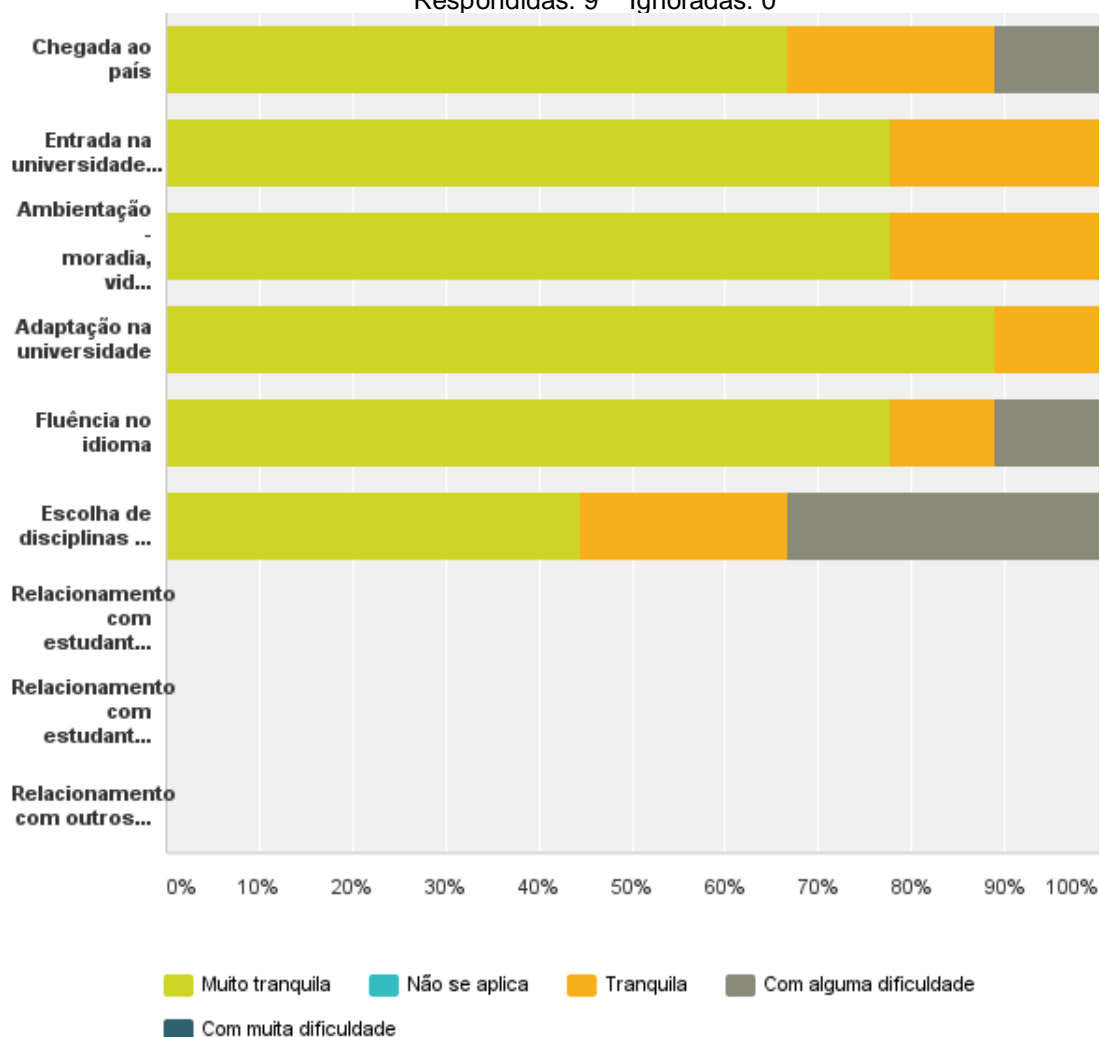


3.3.1.8 Experiência no exterior

As respostas a esta questão indicam boa adaptabilidade dos estudantes à experiência acadêmica no exterior, com alguma dificuldade sendo apontada na escolha de disciplinas e atividades na universidade americana (n=3), na chegada ao país e na barreira linguística (n=1). As respostas abertas complementam as fechadas e relatam falta de apoio da Capes (n=1) e dificuldade com o estágio (n=2).

Gráfico 9 - Q7: Como foi sua experiência no exterior quanto a:

Respondidas: 9 Ignoradas: 0



	Muito tranquila	Não se aplica	Tranquila	Com alguma dificuldade	Com muita dificuldade	Total
Chegada ao país	66,67% 6	0,00% 0	22,22% 2	11,11% 1	0,00% 0	9
Entrada na universidade - formalidades	77,78% 7	0,00% 0	22,22% 2	0,00% 0	0,00% 0	9
Ambientação - moradia, vida diária	77,78% 7	0,00% 0	22,22% 2	0,00% 0	0,00% 0	9
Adaptação na universidade	88,89% 8	0,00% 0	11,11% 1	0,00% 0	0,00% 0	9
Fluência no idioma	77,78% 7	0,00% 0	11,11% 1	11,11% 1	0,00% 0	9
Escolha de disciplinas e atividades	44,44% 4	0,00% 0	22,22% 2	33,33% 3	0,00% 0	9
Relacionamento com estudantes do país	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0
Relacionamento com estudantes de outros países	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0
Relacionamento com outros estudantes brasileiros	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0

Q7: Respostas abertas

Qual a maior dificuldade que você enfrentou durante sua participação no Programa?

- 1 A escolha de disciplinas, pois não tive nenhuma orientação, tanto da UFF quanto nos Estados Unidos.
- 2 No início a língua (primeira vez no exterior) e o fato de estar longe de casa.
- 3 Bolsa durante o período de estágio.
- 4 Assegurar um estágio para o período de férias
- 5 Falta de apoio da Capes
- 6 A inscrição foi muito corrida, o que é de se esperar da primeira chamada, no entanto tudo foi muito bem.
- 7 Nenhuma

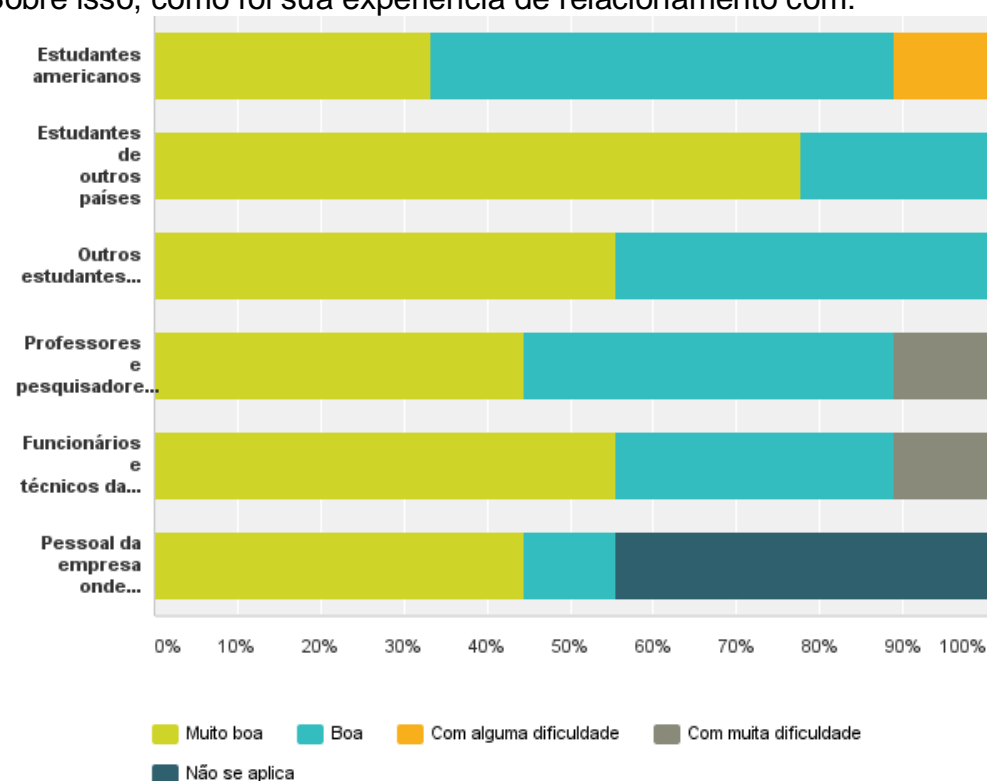
3.3.1.9 Interação dos estudantes no ambiente internacional

Esta questão complementa a anterior no que tange à adaptabilidade dos estudantes da UFF no exterior. Interessante notar que a interação com estudantes de outras nacionalidades foi considerada melhor do que com os americanos e mesmo com outros brasileiros, embora em todos os casos a incidência de dificuldade tenha sido mínima.

O bom relacionamento com os professores, pesquisadores, funcionários e técnicos pode ser indicador do nível de internacionalização das universidades receptoras, no sentido da internacionalização *at home* (KNIGHT, 2008, p. 22-24).

As respostas sobre a interação com as pessoas no estágio demonstram um nível muito bom (n=4) ou bom (n=1) de relacionamento para aqueles que cumpriram essa etapa e, por outro lado, apontam o número de alunos que não a realizaram (n=4), polarizando o resultado dessa experiência entre positivo e inexistente.

Gráfico 10 - Q8: Um dos objetivos do Ciência sem Fronteiras é aumentar a interação dos estudantes brasileiros com um ambiente internacional. Sobre isso, como foi sua experiência de relacionamento com:



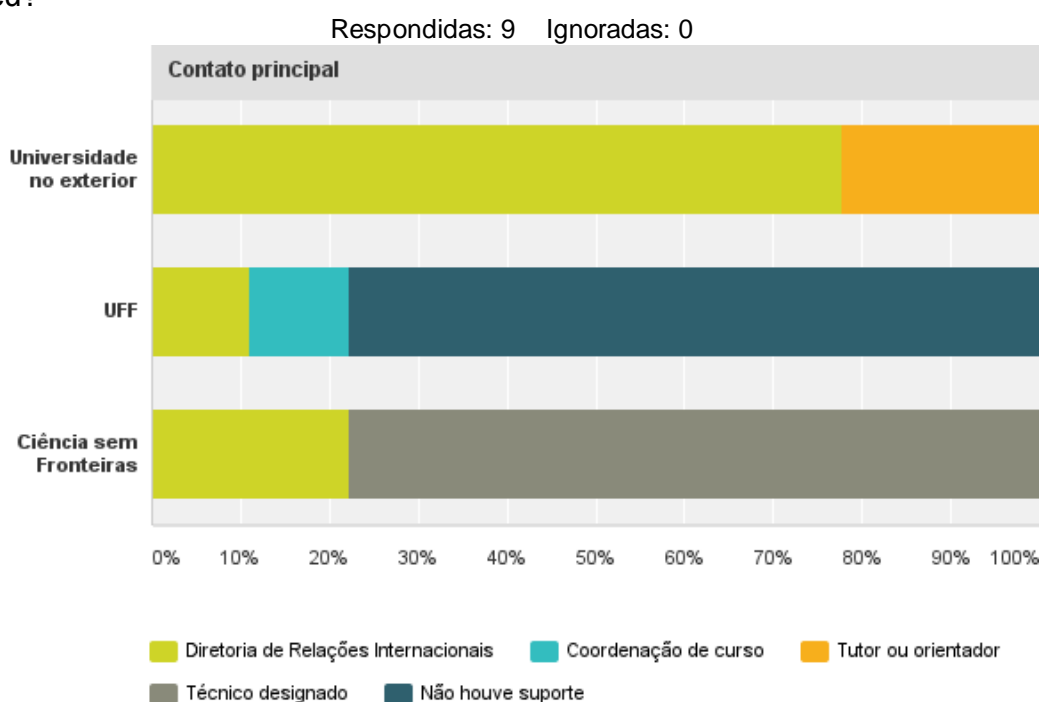
	Muito boa	Boa	Com alguma dificuldade	Com muita dificuldade	Não se aplica	Total
Estudantes americanos	33,33% 3	55,56% 5	11,11% 1	0,00% 0	0,00% 0	9
Estudantes de outros países	77,78% 7	22,22% 2	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	9
Outros estudantes brasileiros	55,56% 5	44,44% 4	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	9
Professores e pesquisadores da universidade americana	44,44% 4	44,44% 4	0,00% 0	11,11% 1	0,00% 0	9
Funcionários e técnicos da universidade americana	55,56% 5	33,33% 3	0,00% 0	11,11% 1	0,00% 0	9
Pessoal da empresa onde realizou estágio nos Estados Unidos	44,44% 4	11,11% 1	0,00% 0	0,00% 0	44,44% 4	9

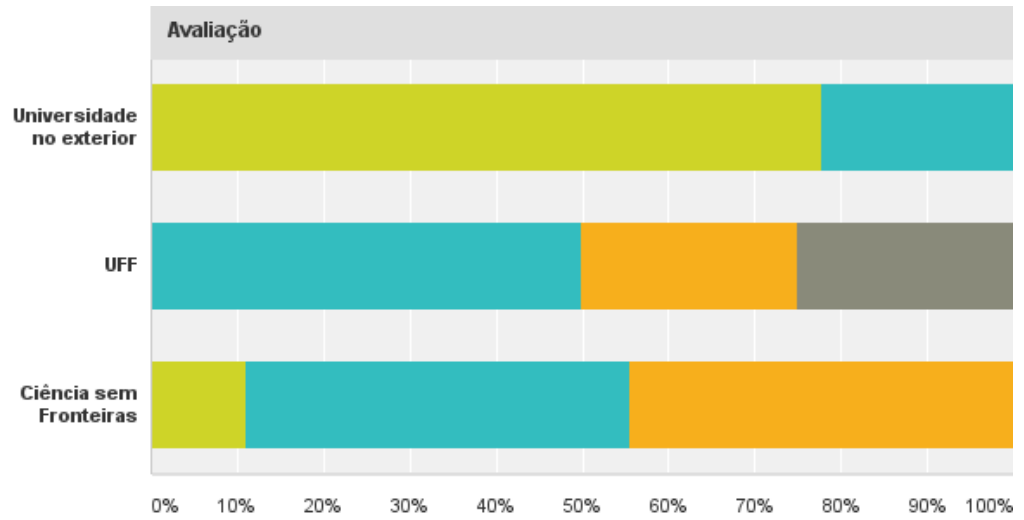
3.3.1.10 Suporte institucional durante a mobilidade

Nesta questão, os alunos registraram que durante o período no exterior o suporte ao aluno foi dado prioritariamente pelo setor de relações internacionais no exterior (n=7) e pelo técnico da Capes (n=7), surgindo em dois casos a figura do tutor ou orientador no exterior. A avaliação do suporte no exterior foi muito boa (n=7) ou boa (n=2). O suporte da Capes foi avaliado como bom (n=4) ou ruim (n=4). A pouca participação da universidade brasileira – pela própria configuração do Programa – fica manifesta nestas respostas e avaliações.

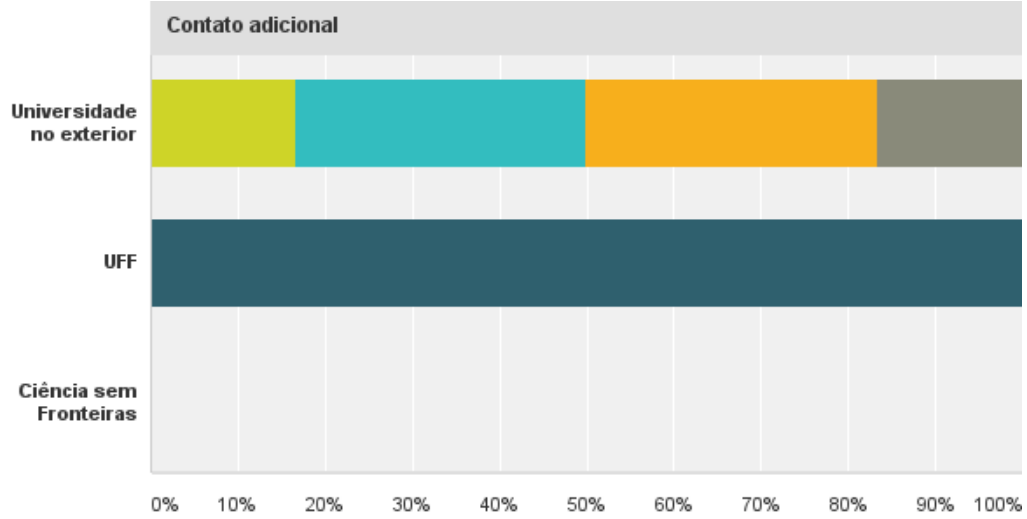
No entanto, com base nos dois comentários recebidos, nota-se que pode ter havido, por falha na construção do questionário, falta de clareza no entendimento do que seria a “Diretoria de Relações Internacionais” ou órgão equivalente na instituição americana. Esse problema foi detectado pois os comentários mencionam o IIE como contato. Embora gere imprecisão em localizar se o suporte foi dado diretamente pela Universidade ou pela agência, o fato é que ele se deu majoritariamente no exterior. A vinculação institucional com o Brasil – seja com a universidade ou com a fonte de financiamento – ocorreu mais no plano formal do que operacional, durante o período de mobilidade.

Gráfico 11 - Q9: Durante o período no exterior, que suporte institucional você recebeu?

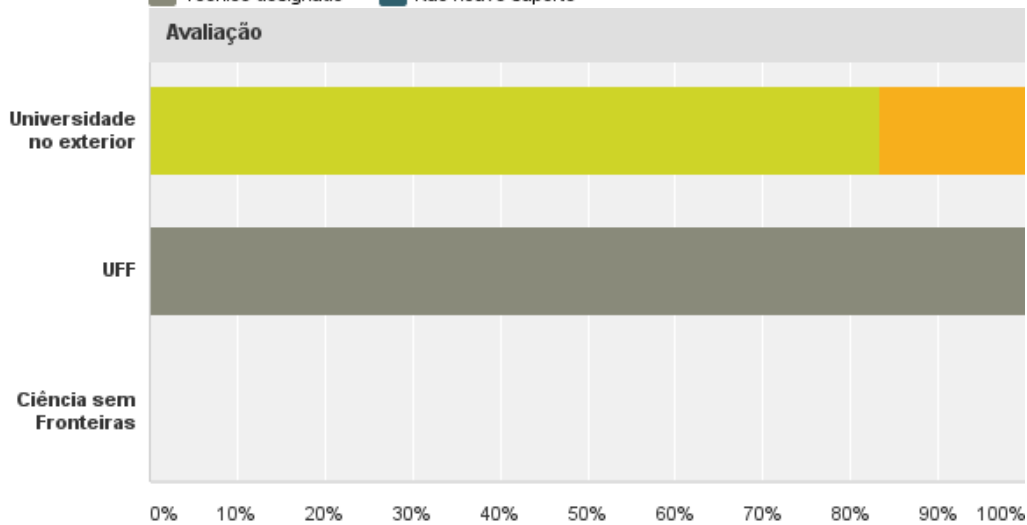




■ Muito bom.
 ■ Bom.
 ■ Ruim.
 ■ Não se aplica.



■ Diretoria de Relações Internacionais
 ■ Coordenação de curso
 ■ Tutor ou orientador
■ Técnico designado
 ■ Não houve suporte



■ Muito bom.
 ■ Bom.
 ■ Ruim.
 ■ Não se aplica.

Contato principal						
	Diretoria de Relações Internacionais	Coordenação de curso	Tutor ou orientador	Técnico designado	Não houve suporte	Total
Universidade no exterior	77,78% 7	0,00% 0	22,22% 2	0,00% 0	0,00% 0	9
UFF	11,11% 1	11,11% 1	0,00% 0	0,00% 0	77,78% 7	9
Ciência sem Fronteiras	22,22% 2	0,00% 0	0,00% 0	77,78% 7	0,00% 0	9
Avaliação						
	Muito bom.	Bom.	Ruim.	Não se aplica.	Total	
Universidade no exterior	77,78% 7	22,22% 2	0,00% 0	0,00% 0	9	
UFF	0,00% 0	50,00% 2	25,00% 1	25,00% 1	4	
Ciência sem Fronteiras	11,11% 1	44,44% 4	44,44% 4	0,00% 0	9	
Contato adicional						
	Diretoria de Relações Internacionais	Coordenação de curso	Tutor ou orientador	Técnico designado	Não houve suporte	Total
Universidade no exterior	16,67% 1	33,33% 2	33,33% 2	16,67% 1	0,00% 0	6
UFF	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	100,00% 1	1
Ciência sem Fronteiras	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0
Avaliação						
	Muito bom.	Bom.	Ruim.	Não se aplica.	Total	
Universidade no exterior	83,33% 5	0,00% 0	16,67% 1	0,00% 0	6	
UFF	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	100,00% 1	1	
Ciência sem Fronteiras	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	0	

Q9: Respostas abertas

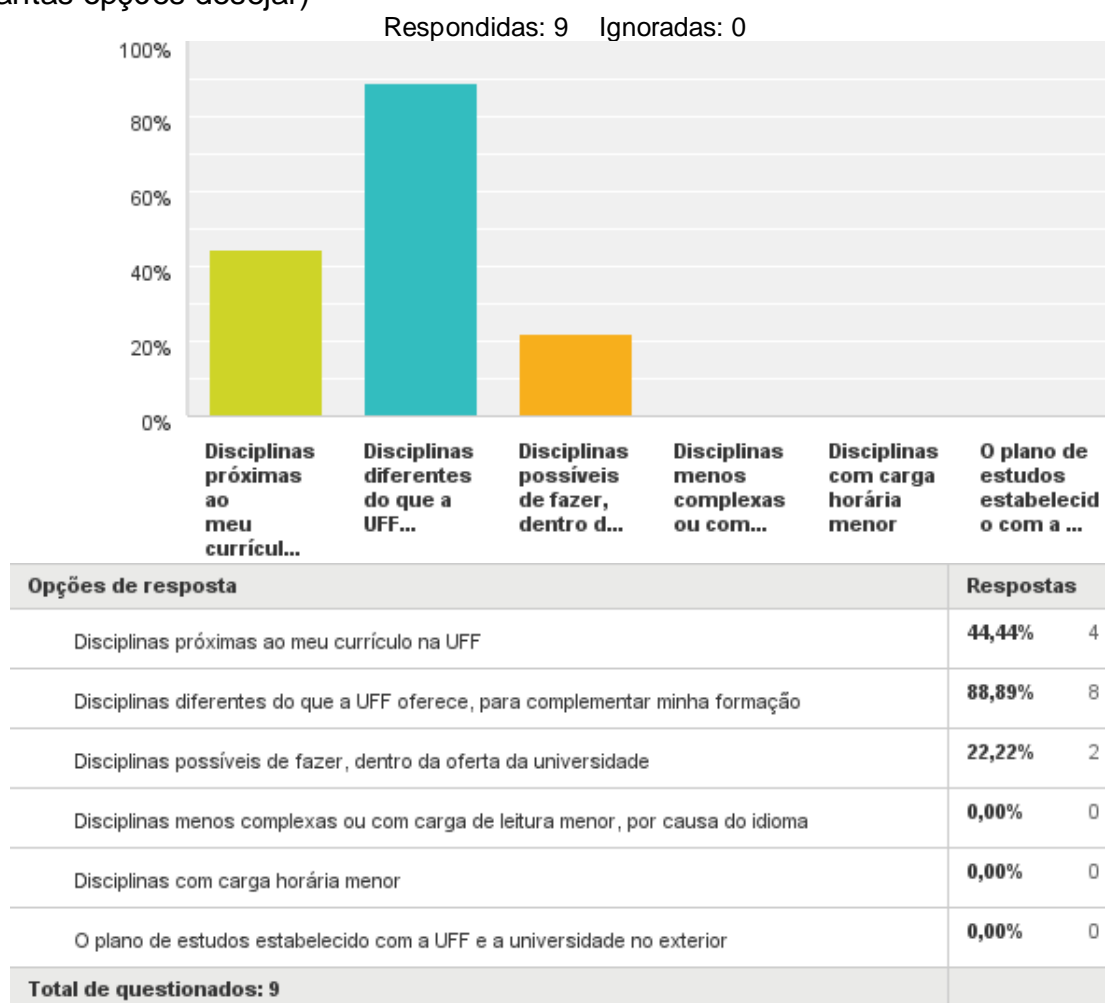
Outro (especifique e avalie)

- 1 IIE era o maior contato pelo CSF.
O técnico demorava a responder e quando respondia, parecia um robô que copiava e colava textos.
- 2
- 3 O suporte foi delegado pela CAPES ao IIE, que o fez muito bem.

3.3.1.11 Atividades no exterior

A oportunidade de cursar disciplinas diferentes das que são oferecidas na universidade de origem presidiu o critério de escolha das disciplinas durante a mobilidade e foi registrada como opção por 88,9% (n=9) bolsistas. A ausência de planejamento para as atividades no exterior ficou evidenciada nesta questão.

Gráfico 12 - Q10: Ao escolher as disciplinas, você usou como critério: (marque quantas opções desejar)



Q10: Respostas abertas

Outro (especifique)

1

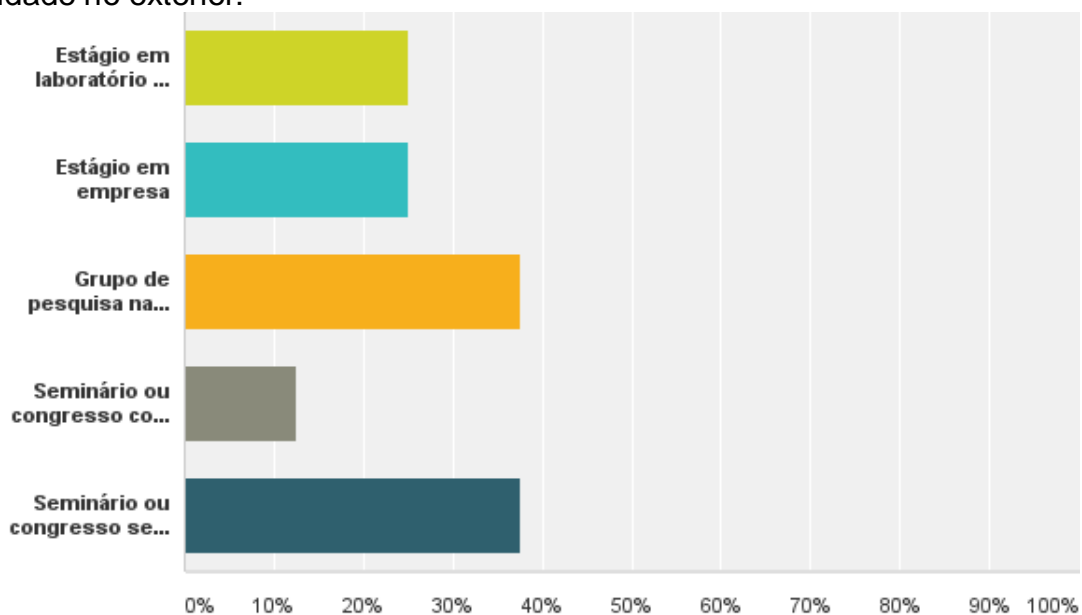
Durante o verão cursei o equivalente a dois semestres de Francês, o qual dei continuidade no segundo semestre do CsF.

3.3.1.12. Atividades acadêmicas extracurriculares

Apesar de imersos em um ambiente acadêmico avaliado como de excelência, a participação dos bolsistas em outras atividades além das disciplinas não foi muito expressiva, se consideradas uma a uma, com o índice máximo de 37,5% (n=3) em duas dessas atividades. Talvez tenha contribuído para isso a ausência de um plano e/ou de orientação mais acadêmica no exterior, além do suporte da área de relações internacionais identificado na Questão 9.

Um dos bolsistas informou a participação na Society of Petroleum Engineers (SPE) 2012 Annual Technical Conference and Exhibition (ATCE), realizada em San Antonio, Texas, e em “job fairs”.

Gráfico 13 - Q11: Assinale as atividades extras das quais participou durante a mobilidade no exterior:



Opções de resposta	Respostas
Estágio em laboratório da própria universidade	25,00% 2
Estágio em empresa	25,00% 2
Grupo de pesquisa na universidade	37,50% 3
Seminário ou congresso com apresentação de trabalho	12,50% 1
Seminário ou congresso sem apresentação de trabalho	37,50% 3
Total de questionados: 8	

Q11: Respostas abertas

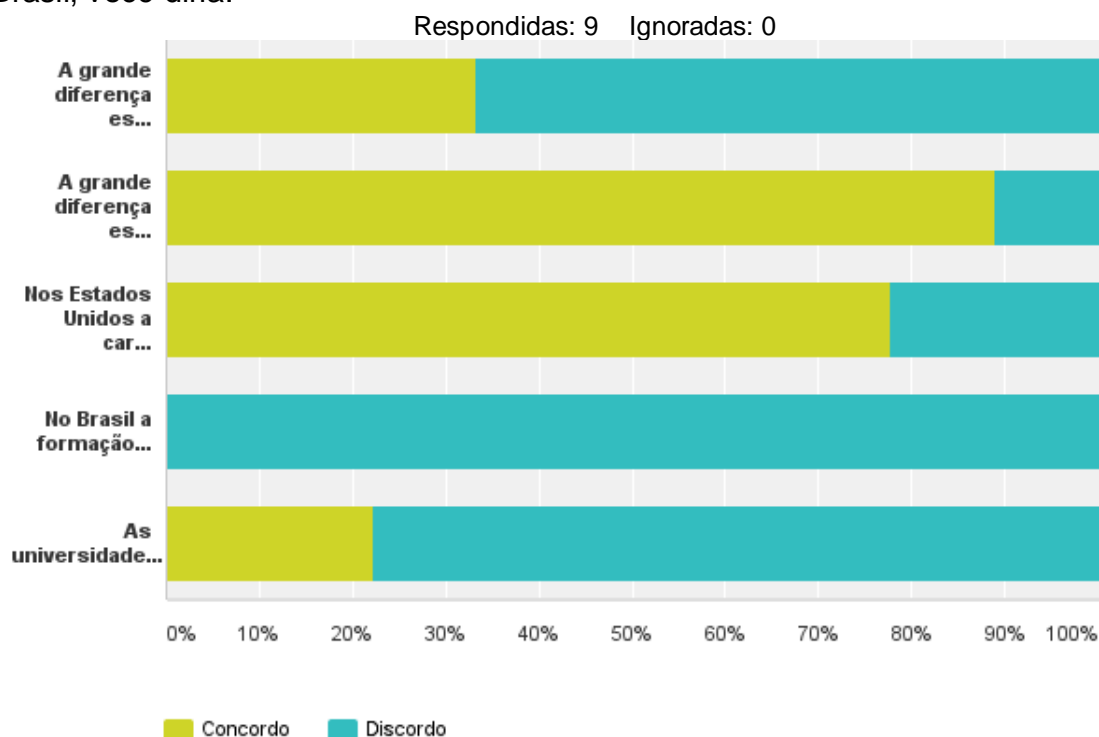
Outra (especifique)

1 ATCE - San Antonio, TX; Job fairs.

3.3.1.13 Vivência acadêmica – comparação Estados Unidos e Brasil

As respostas a esta questão podem ser consideradas para ilustrar as diferenças “no campo de jogo” a que se refere Altbach (2013b, p. 9). O preparo dos professores não foi considerado o diferencial entre a UFF e as instituições americanas pela maioria dos respondentes (n=6), mas a infraestrutura e instalações, sim (n=8), o que pode ser fator decisivo para a opinião de que no Brasil a formação é mais teórica (pela insuficiência de infraestrutura). Nisso pode residir a majoritária discordância (n=7) de que as universidades brasileiras estejam no caminho certo.

Gráfico 14 - Q12: Comparando a sua vivência acadêmica nos Estados Unidos e no Brasil, você diria:

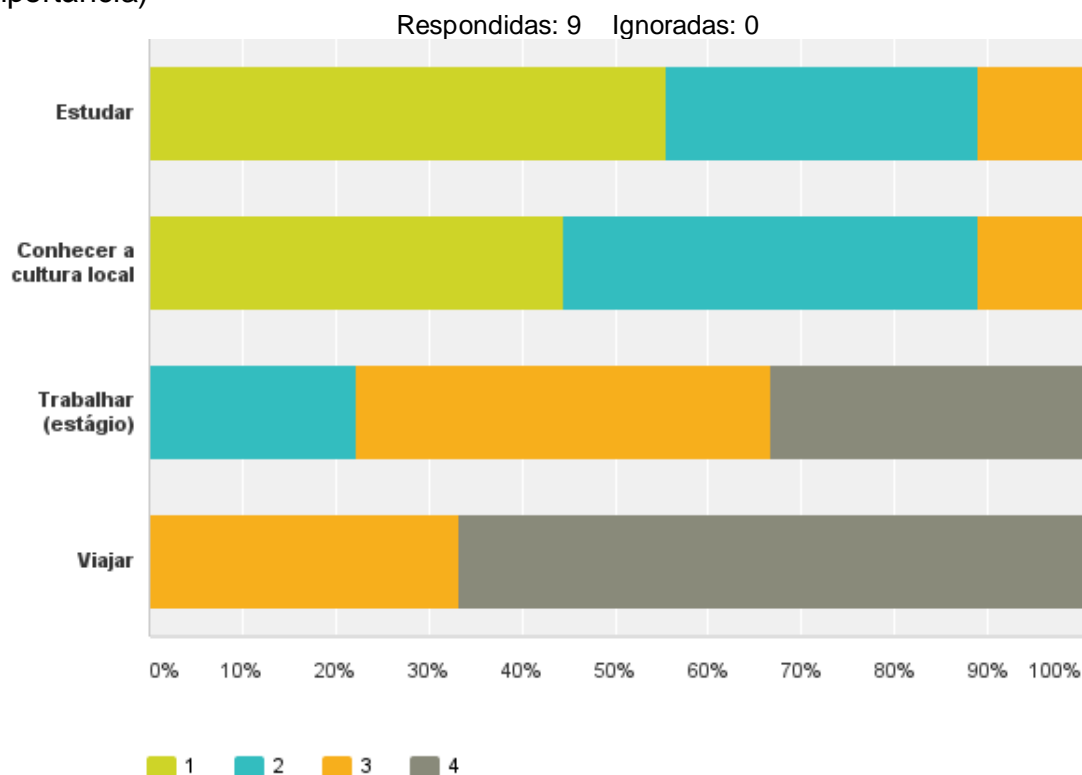


	Concordo	Discordo	Total
A grande diferença está no melhor preparo dos professores, nos Estados Unidos.	33,33% 3	66,67% 6	9
A grande diferença está na qualidade da infraestrutura e instalações, nos Estados Unidos.	88,89% 8	11,11% 1	9
Nos Estados Unidos a carga horária de disciplinas é menor.	77,78% 7	22,22% 2	9
No Brasil a formação prática é mais forte do que a teórica.	0,00% 0	100,00% 9	9
As universidades brasileiras estão no caminho certo.	22,22% 2	77,78% 7	9

3.3.1.14 Dedicção às atividades

Na amostra estudada, os alunos informaram ter se dedicado prioritariamente a estudar e, com quase o mesmo índice, a conhecer a cultura local. A informação sobre trabalho/estágio é consistente com respostas anteriores.

Gráfico 15 - Q13: Durante a sua permanência no exterior, você se dedicou a: (em ordem de prioridade, sendo 1 a atividade mais importante e 4 a de menor importância)



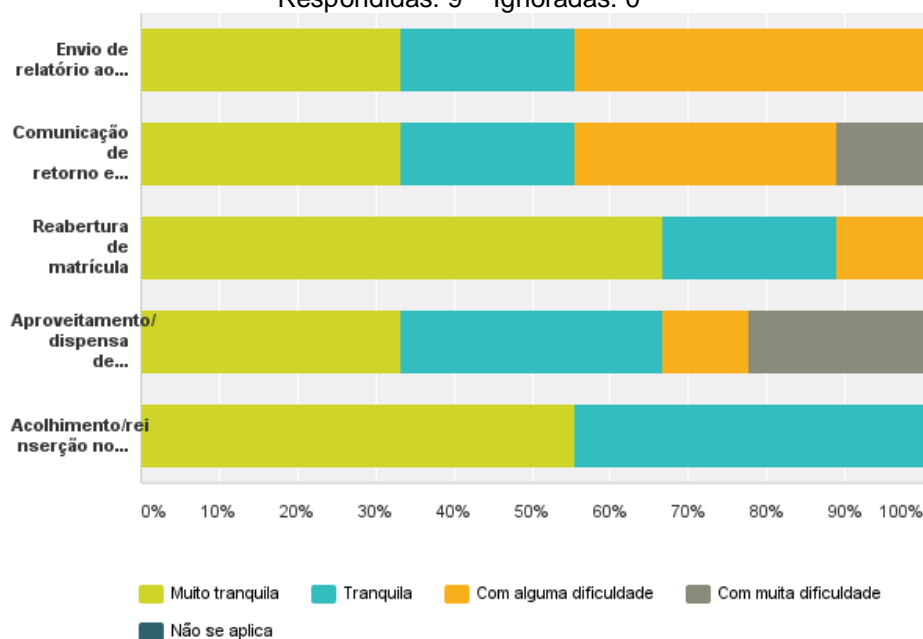
	1	2	3	4	Total	Classificação média
Estudar	55,56% 5	33,33% 3	11,11% 1	0,00% 0	9	3,44
Conhecer a cultura local	44,44% 4	44,44% 4	11,11% 1	0,00% 0	9	3,33
Trabalhar (estágio)	0,00% 0	22,22% 2	44,44% 4	33,33% 3	9	1,89
Viajar	0,00% 0	0,00% 0	33,33% 3	66,67% 6	9	1,33

3.3.1.15 Retorno às atividades acadêmicas na UFF

Como demonstra o gráfico, para a maioria dos estudantes o retorno foi tranquilo ou muito tranquilo. Alguns alunos relataram alguma dificuldade no envio de relatórios à Capes (n=4). Também foi registrada alguma (n=3) ou muita (n=1) dificuldade na comunicação de retorno à DRI/UFF.

No retorno, a questão mais relevante para o prosseguimento dos estudos – e que constitui compromisso da instituição brasileira na regulamentação do Programa – foi o aproveitamento das disciplinas, e nesse quesito ainda houve dificuldade, embora menos expressiva do que o envio dos relatórios à Capes.

Gráfico 16 - Q14: Como foi sua experiência no retorno quanto a:
Respostas: 9 Ignoradas: 0



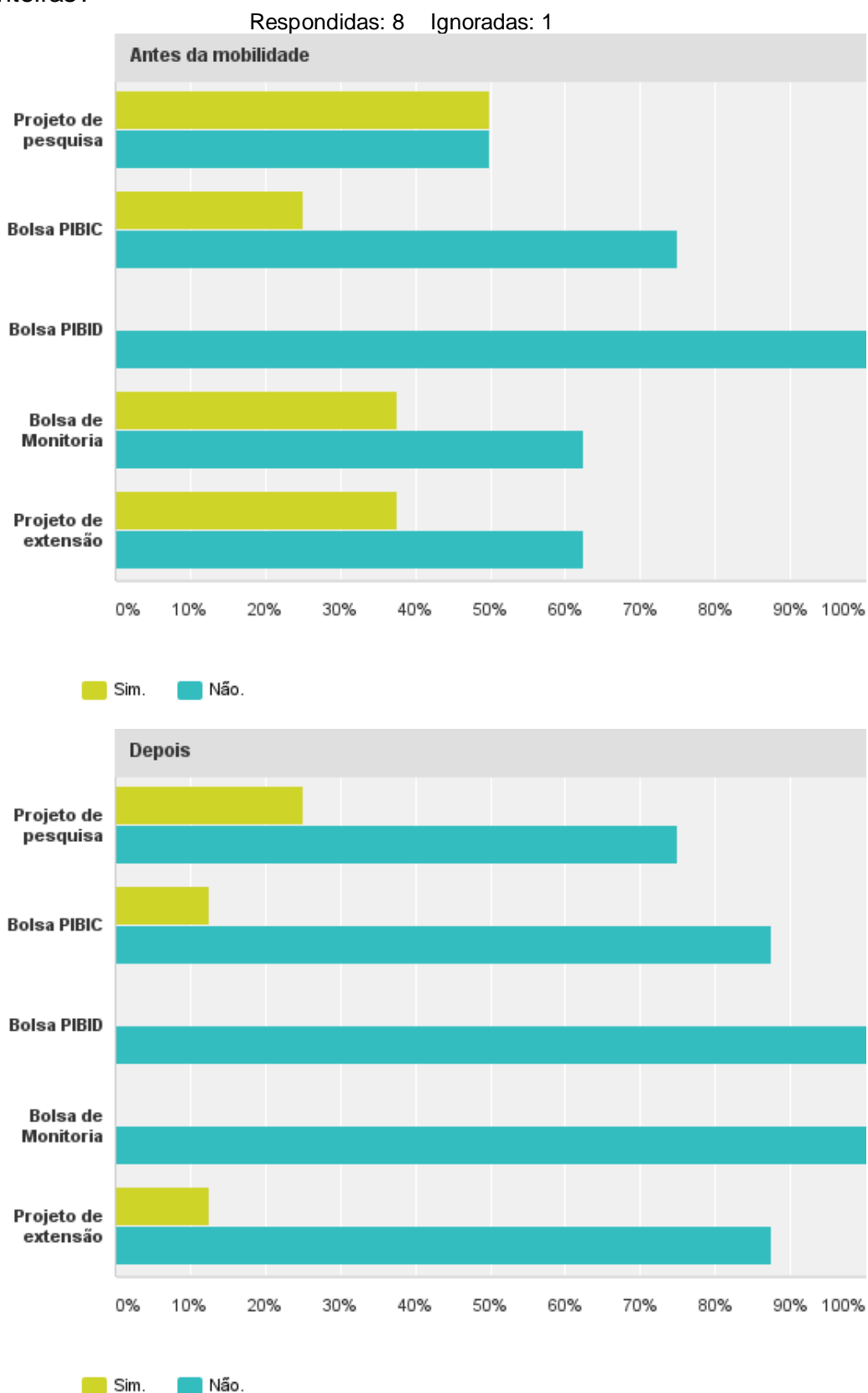
	Muito tranquila	Tranquila	Com alguma dificuldade	Com muita dificuldade	Não se aplica	Total
Envio de relatório ao Ciência sem Fronteiras	33,33% 3	22,22% 2	44,44% 4	0,00% 0	0,00% 0	9
Comunicação de retorno e entrega de documentos à Diretoria de Relações Internacionais da UFF	33,33% 3	22,22% 2	33,33% 3	11,11% 1	0,00% 0	9
Reabertura de matrícula	66,67% 6	22,22% 2	11,11% 1	0,00% 0	0,00% 0	9
Aproveitamento/dispensa de disciplinas	33,33% 3	33,33% 3	11,11% 1	22,22% 2	0,00% 0	9
Acolhimento/reinserção no curso	55,56% 5	44,44% 4	0,00% 0	0,00% 0	0,00% 0	9

3.3.1.16 Participação em projetos

A inserção do aluno em projetos foi avaliada nesta questão, antes e depois da mobilidade internacional. O resultado mostra uma participação baixa antes do Programa, que diminuiu após o período no exterior. O envolvimento do aluno que retorna do exterior inclui-se entre as atividades de internacionalização *at home* identificadas por Knight (2008) e constitui uma via que pode ser explorada no futuro.

Em nenhum dos dois momentos houve participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), o que pode ser decorrente das áreas de estudo dos alunos, mais voltadas para a formação de bacharelado do que de licenciatura.

Gráfico 17 - Q15: Você participou de projetos na UFF, antes e depois do Ciência Sem Fronteiras?



Antes da mobilidade			
	Sim.	Não.	Total
Projeto de pesquisa	50,00% 4	50,00% 4	8
Bolsa PIBIC	25,00% 2	75,00% 6	8
Bolsa PIBID	0,00% 0	100,00% 8	8
Bolsa de Monitoria	37,50% 3	62,50% 5	8
Projeto de extensão	37,50% 3	62,50% 5	8
Depois			
	Sim.	Não.	Total
Projeto de pesquisa	25,00% 2	75,00% 6	8
Bolsa PIBIC	12,50% 1	87,50% 7	8
Bolsa PIBID	0,00% 0	100,00% 8	8
Bolsa de Monitoria	0,00% 0	100,00% 8	8
Projeto de extensão	12,50% 1	87,50% 7	8

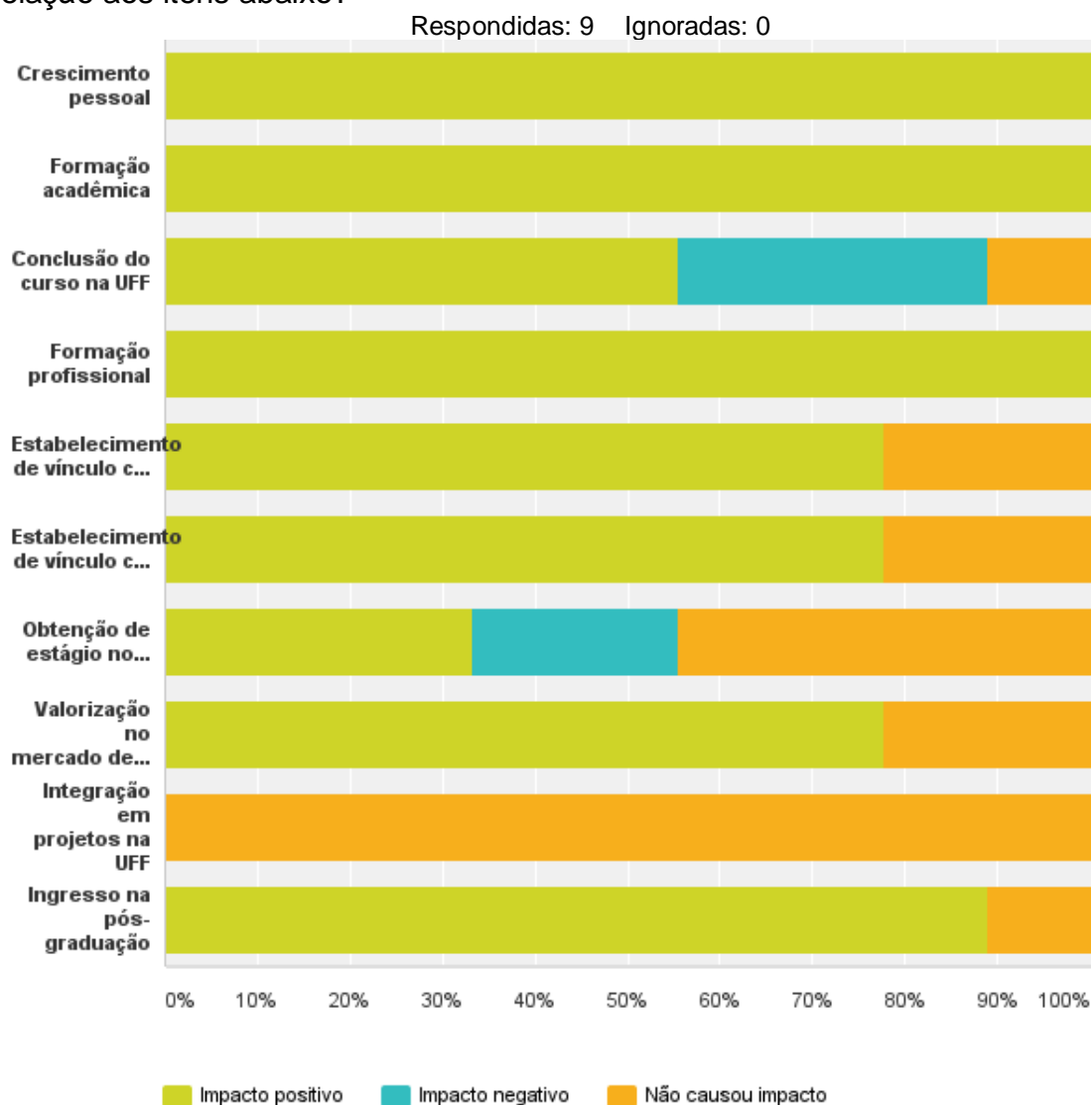
3.3.1.17 Impacto do Programa para o estudante

O gráfico a seguir sinaliza o impacto positivo do Programa em quase todas as dimensões avaliadas. Alguns alunos (n=3) relataram impacto negativo na conclusão do curso. O resultado mais preocupante foi a unanimidade (100%) no fato de a participação no Programa não causar impacto na inserção do ex-bolsista em projetos na universidade (n=9). Isso demonstra que, pelo menos em sua fase inicial, o Ciência sem Fronteiras não contemplava uma continuidade ou desdobramento das atividades realizadas no exterior. Indica, ainda, que o programa se encerrava com o retorno do aluno, não havendo, necessariamente, previsão de acolhimento do aluno em projetos específicos, por exemplo, de iniciação científica ou de pesquisa.

Este aspecto poderia ser explicado por se tratar da primeira Chamada, e seria oportuno verificar se esse padrão permaneceu ao longo da execução do Programa.

A argumentação, no entanto, fica um tanto comprometida ao se considerar que, enquanto os alunos estavam no exterior (ano de 2012 e primeiro semestre de 2013), muitas outras chamadas aconteceram e o Programa foi se consolidando.

Gráfico 18 - Q16: Como você avalia o impacto do Ciência sem Fronteiras, em relação aos itens abaixo?



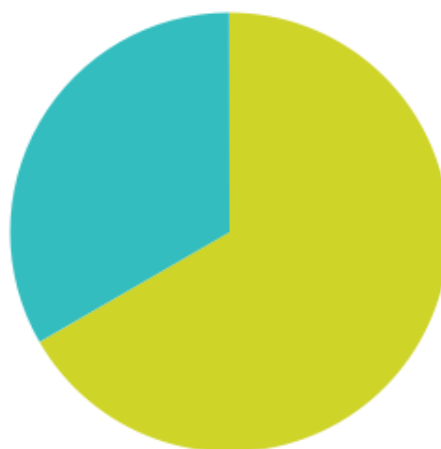
	Impacto positivo	Impacto negativo	Não causou impacto	Total
Crescimento pessoal	100,00% 9	0,00% 0	0,00% 0	9
Formação acadêmica	100,00% 9	0,00% 0	0,00% 0	9
Conclusão do curso na UFF	55,56% 5	33,33% 3	11,11% 1	9
Formação profissional	100,00% 9	0,00% 0	0,00% 0	9
Estabelecimento de vínculo com a universidade no exterior	77,78% 7	0,00% 0	22,22% 2	9
Estabelecimento de vínculo com colegas no exterior	77,78% 7	0,00% 0	22,22% 2	9
Obtenção de estágio no Brasil	33,33% 3	22,22% 2	44,44% 4	9
Valorização no mercado de trabalho	77,78% 7	0,00% 0	22,22% 2	9
Integração em projetos na UFF	0,00% 0	0,00% 0	100,00% 9	9
Ingresso na pós-graduação	88,89% 8	0,00% 0	11,11% 1	9

3.3.1.18 Portal Estágios e Empregos

Os bolsistas da UFF indicaram conhecimento atual do Portal Estágios e Empregos, em sua maioria (n=6). Um dos alunos incluiu comentário a respeito do Portal na questão 22, informando que não existia na época em que fez a mobilidade.

Gráfico 19 - Q17: Você conhece o Portal Estágios e Empregos, para bolsistas e ex-bolsistas do Ciência sem Fronteiras?

Respondidas: 9 Ignoradas: 0



■ Sim. ■ Não.

Opções de resposta	Respostas	
Sim.	66,67%	6
Não.	33,33%	3
Total		9

3.3.1.19 Atingimento dos objetivos da Chamada

As respostas a esta questão novamente reforçam as dificuldades com estágio no exterior, apontadas anteriormente e consideradas, nestas respostas, como um objetivo não atingido. A avaliação de excelência das universidades teve duas opiniões discordantes da maioria – para um estudante, esse objetivo foi parcialmente atingido e, para outro, não foi atingido.

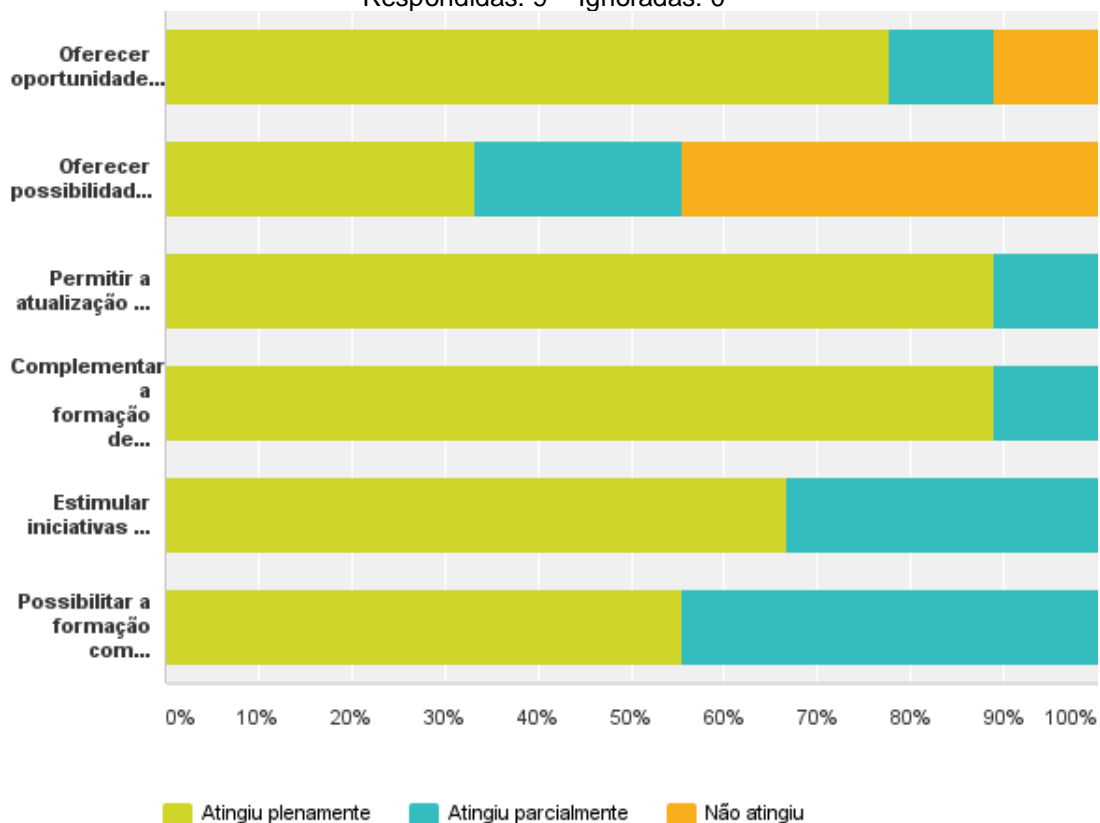
Na percepção da maioria dos alunos (66,67%) o Programa cumpre o objetivo de estimular iniciativas para a internacionalização das universidades brasileiras.

No entanto, a despeito de 88,89% concordarem que o Programa atinge plenamente o objetivo de “complementar a formação dos estudantes em uma vivência educacional voltada para a qualidade, empreendedorismo, competitividade e inovação”, para uma incerteza quanto à “formação de força de trabalho técnico-científica especializada”. Neste item as respostas se dividiram entre o atingimento

pleno (55,56%) e parcial (44,44%). Pode ter contribuído para essa avaliação a não realização do estágio.

Gráfico 20 - Q18: Pela sua experiência como bolsista, o Programa atingiu os objetivos previstos na Chamada Pública da qual você participou?

Respondidas: 9 Ignoradas: 0



	Atingiu plenamente	Atingiu parcialmente	Não atingiu	Total
Oferecer oportunidade de estudo a estudantes brasileiros em universidades de excelência	77,78% 7	11,11% 1	11,11% 1	9
Oferecer possibilidade de estágio de pesquisa ou inovação tecnológica	33,33% 3	22,22% 2	44,44% 4	9
Permitir a atualização de conhecimentos em grades curriculares diferenciadas, visando complementar a formação técnico-científica em áreas prioritárias e estratégicas para o Brasil	88,89% 8	11,11% 1	0,00% 0	9
Complementar a formação de estudantes brasileiros, dando-lhes a oportunidade de vivenciar experiências educacionais voltadas para a qualidade, o empreendedorismo, a competitividade e a inovação	88,89% 8	11,11% 1	0,00% 0	9
Estimular iniciativas de internacionalização das universidades brasileiras	66,67% 6	33,33% 3	0,00% 0	9
Possibilitar a formação com qualidade de uma força de trabalho técnico-científica altamente especializada	55,56% 5	44,44% 4	0,00% 0	9

3.3.1.20 Impacto individual do Programa

As respostas a esta questão apontam para o crescimento pessoal como o principal ganho com a experiência. É interessante notar que os motivos pessoais ficaram em terceiro lugar entre as motivações objeto da Questão 3. Esse resultado coincide com pesquisa internacional apresentada por Altbach em sessão do Going Global 2014: o crescimento é, mais do que tudo, do indivíduo (GOING GLOBAL, 2014).

Quadro 19 – Q19: O que ficou como mais importante, para você, do Ciência sem Fronteiras? O que você ganhou com sua participação?

#	Respostas
1	Experiência acadêmica.
2	A interação cultural gigantesca proporcionada por estar em países que de fato são internacionais. A experiência de vida é uma métrica um tanto quanto subjetiva, mas foi o meu maior ganho.
3	A vivência no exterior, me sinto mais confortável em interagir com pessoas de diferentes culturas. No caso de uma oportunidade futura de trabalho ou estudo no exterior acredito que conseguiria aproveitar melhor a oportunidade.
4	Engrandecimento do currículo
5	Crescimento pessoal e atuação em áreas mais aplicadas, indisponível na UFF.
6	O crescimento pessoal e a sede de vivenciar ambientes multi-culturais.
7	Os contatos mantidos na universidade no exterior e na empresa na qual realizei estagio.
8	Uma melhor visão do mundo e crescimento cultural.

3.3.1.21 Impacto na universidade brasileira

A opinião dos alunos sobre o impacto do Programa na universidade brasileira manifesta, na maioria das respostas, uma visão positiva e até entusiasmada da experiência no exterior. Duas respostas, no entanto, apontam na direção oposta, evidenciando pouco interesse da universidade no retorno dos bolsistas.

Quadro 20 – Q20: O que a universidade brasileira, no caso a UFF, ganha com o Ciência sem Fronteiras?

#	Respostas
1	Alunos mais críticos, tanto em relação ao ensino quanto a infraestrutura da universidade,
2	Uma nova massa críticas de estudantes, com uma vivência além do que é visto atualmente no Brasil.
3	Depende muito da coordenação e dos professores, individualmente comigo acredito que ganhou pouco pois foram poucos os professores que ouviram de mim as diferenças entre as instituições de ensino e minha opinião sobre quais são as melhores práticas.
4	Motivação dos estudantes para conseguir boas notas e a troca de experiência entre alunos regressos e professores.
5	Inserção de novas ideias e metodologias de ensino e estudos.
6	Graduados mais bem qualificados.
7	Possibilidades de colaborações com laboratórios internacionais através dos alunos que retornam.
8	Nada

3.3.1.22 Impacto para o país

A ênfase das respostas recaiu sobre a formação profissional e qualificação de mão de obra, com alargamento cultural. Dois alunos destacaram o impacto para o aperfeiçoamento da educação superior e da pesquisa – e desta, com o desenvolvimento nacional. Um aluno destacou o impacto para a notabilidade e presença internacional do Brasil, enquanto outro manifestou-se desesperança quanto à situação do país.

Quadro 21 – Q21: O que o País ganha com o Ciência sem Fronteiras?

#	Respostas
1	Profissionais mais capacitados.
2	O país ganha a curto prazo, alunos com experiências internacionais e possibilidades ainda maiores de internacionalização do nosso ensino. A longo prazo, ganhará com uma métrica imensurável que é recarregar a massa universitária com propostas inovadoras, sempre aliada a boa imaginação dos nossos alunos.
3	Ganha mão de obra e pesquisadores mais qualificados, o que na minha opinião pode fazer muita diferença para o futuro do país no caso de pesquisadores.
4	Mão de obra com experiência internacional e conhecimento técnico avançado.
5	Profissionais com um maior conhecimento, tanto em diversificação técnica quanto cultural.
6	Profissionais mais bem qualificados e pessoas capazes de trazer o que há de melhor em outras culturas e assim complementar a nossa.
7	Notabilidade e presença internacional.
8	Na minha opinião nada, apenas aumenta em pessoas como eu a vontade de sair do país, pelos absurdos que temos que aturar aqui.

3.3.1.23 Críticas e sugestões

Do conjunto de respostas, depreende-se que, embora considerando que o Programa estava iniciando e por isso algumas falhas possam ser compreensíveis, o centro das críticas e sugestões está no acompanhamento do bolsista e em um processo seletivo mais competitivo, para garantir o compromisso de excelência acadêmica, um dos fundamentos do Programa.

Quadro 22 – Q22: Qual sua principal crítica ao Ciência sem Fronteiras? Que sugestões você daria para o aperfeiçoamento do programa?

#	Respostas
1	Maior controle do desempenho acadêmico dos alunos no exterior. Acredito que deveria existir um acompanhamento do desempenho acadêmico dos alunos desde o primeiro semestre na universidade no exterior e o resultado definiria a permanência do estudante durante segundo período. Também acredito que disciplinas completamente alheias à sua área de formação não deveriam estar disponibilizadas para os alunos do csf, ou pelo menos deveriam ser restritas a poucos créditos, pois muitos alunos aproveitam essa oportunidade para realizar disciplinas alheias que não contribuem para o crescimento profissional.
2	Maior fiscalização e um maior foco nos cursos de pós-graduação, visto que são esses que a médio prazo irão gerar um resultado mais concreto no Ensino Público do país.
3	A falta de acompanhamento de como o aluno está ao retornar ao Brasil, acredito que o aluno deva ser acompanhado mais de perto quanto a oportunidade de emprego e estudo. A ideia do portal de empregos e estágios para mim pareceu bem legal mas não me apareceram nenhuma oportunidade e me pareceu que as vagas não eram atualizadas.
4	Eu fui do primeiro edital, acho que já mudaram muitas coisas.
5	Como bolsista do primeiro edital, a organização do programa deixou a desejar um pouco, principalmente quanto à clareza de envio e necessidade de documentos e agilidade em responder dúvidas e problemas, tanto na fase de inscrição à bolsa quanto durante os estudos. No quesito remuneração e ajuda de custo, o suporte dado pelo Ciência sem Fronteiras foi mais que o suficiente, para o meu caso (estrutura de minha universidade e cidade no exterior). O portal de estágios parece uma boa iniciativa, porém inexistente em meu tempo de bolsista. Como sugestão, um processo de aplicação/admissão mais competitivo poderia agregar seriedade e valor ao programa, visto que muitos bolsistas têm deixado de cumprir compromissos de excelência acadêmica.
6	Melhor comunicação Candidatos-CAPES e Bolsistas-CAPES.
7	Acho que e necessario um maior acompanhamento do desempenho academico dos alunos no exterior e um maior suporte aos alunos que retornam em relacao a oportunidades de estagio.
8	Depois da primeira chamada o programa não teve mais processo seletivo. Qualquer um vai, conheço pessoas totalmente incapazes, sequer de falar inglês que foram aceitos e estão nos Estados Unidos e em outros países.

3.3.2 Opinião dos gestores da UFF

O Programa Ciência sem Fronteiras tem uma identidade constituída pelos documentos e discursos oficiais, que foi delineada nos capítulos e itens anteriores, e pela visão dos seus atores. Nesta parte do trabalho será apresentada a opinião dos gestores do Programa na UFF, obtida por entrevista em semiprofundidade.

A amostra é formada por representantes dos órgãos que promoveram o Edital Conjunto em análise: a Diretoria de Relações Internacionais (DRI), a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propi) e a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd). Foram ouvidos os seguintes gestores:

Quadro 23 - UFF/CSF – Gestores entrevistados

Nome	Cargo	Órgão
Adriana Maciel	Coordenadora de Projetos e Mobilidade e Diretora Substituta	DRI
Andréa Latgé	Pró-Reitora	Propi
Beatriz Alvarenga	Técnica da Divisão de Mobilidade “Out”	DRI
Livia Reis	Diretora	DRI
Renato Crespo	Pró-Reitor	Prograd
Walkimar Carneiro	Coordenador de Pós-Graduação	Propi

Foi elaborado um roteiro para nortear as entrevistas, que constitui o quadro a seguir.

Quadro 24 - UFF/CSF - Roteiro para entrevista com gestores

Eixos	Perguntas
Lançamento do CsF	A adesão da Universidade ao Programa foi uma decisão compartilhada? (Discutida em órgãos colegiados ou partiu da Administração Central?)
	Qual a ingerência da UFF no processo de seleção dos bolsistas? E na escolha da universidade de destino?
	Na implantação do Programa, houve suporte institucional de outras instâncias da UFF?
	Qual o impacto nas coordenações de curso?
	Como foi o suporte institucional do Programa pela CAPES e CNPq?
	Nas formalidades para saída do país – visto, seguro etc – a UFF pode apoiar os alunos? Especificamente quanto ao visto, houve simplificação dos processos?
	A UFF possui formas de acompanhamento do aluno no exterior?

	Houve relato de facilidade ou dificuldade na chegada dos alunos no país estrangeiro? E na instalação na universidade?
	O que os alunos reportam, especialmente, quanto à moradia, vida diária, idioma, ambiente institucional?
	Quanto ao plano de estudos do aluno no exterior, como é a elaboração e o acompanhamento (coordenador do curso?)
	Na universidade de destino, como tem sido a escolha e o desempenho nas disciplinas e atividades? A UFF tem ingerência e formas de acompanhamento?
	O Programa prevê estágio no exterior, em laboratório, empresa ou indústria. Isso tem acontecido?
	Tem havido intercorrências? Retorno antecipado? Diligências?
	Qual o suporte institucional da UFF nesses casos?
	Como se dá o suporte institucional da CAPES/CNPq aos bolsistas durante a mobilidade?
Retorno dos alunos	Que acolhimento a UFF prepara para o aluno no retorno da mobilidade? Evento específico, troca de experiências?
	Há procedimentos específicos para a reabertura de matrícula?
	Há acompanhamento do aproveitamento/dispensa de disciplinas?
	Há ação institucional para a inserção do ex-bolsista em projetos acadêmicos – iniciação científica, estágio? Há aproveitamento do estágio no exterior como estágio curricular obrigatório?
	O Programa causa impacto na conclusão do curso? Acelera, atrasa, não altera?
Desdobramentos (o “depois”)	O Programa causa impacto sobre a formação profissional?
	Há valorização do período no exterior no âmbito da UFF?
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Como a universidade estaria se estruturando para receber os alunos após a bolsa. O que estaria sendo feito, por exemplo, para reter os alunos na universidade - novas oportunidades, novos programas dentro da UFF?</i> • <i>Estaria o CsF revitalizando o ambiente acadêmico da universidade brasileira? Ou seria um programa exclusivamente voltado para fora e sem causas e consequências imediatas na universidade aqui?</i>
	Integração à universidade – participação em projetos?
	Ingresso na pós-graduação?
	O Programa provocou mudanças nas regulamentações internas, alterações curriculares, reestruturações no sistema acadêmico?
Há diferença deste para outros programas de mobilidade?	
Avaliação geral, críticas e sugestões	O que a UFF ganha com o CsF?
	<i>Impacto do CsF na UFF, na implantação e ao longo da execução do programa.</i>
	O que o país ganha com o CsF?
	Seria o programa realmente válido para a graduação ou teria sido melhor se concentrar só na pós-graduação?
	O que se pretende com a mobilidade/internacionalização na graduação?
Relação do CsF com a internacionalização da educação superior: alavanca, impulsiona, redimensiona....?	

3.3.2.1 Eixo 1 - Lançamento do Programa

As expressões utilizadas pelos entrevistados sobre a concessão de bolsas que concretizou o lançamento do Ciência sem Fronteiras são significativas: “foi uma loucura, aquilo”, “foi um caos”. A necessidade súbita de implantação, aliada à falta de informação inicial sobre o Programa, gerou grande tensão nas Pró-Reitorias e na Diretoria de Relações Internacionais da UFF. Naquele momento inicial, os gestores

encontraram dificuldades em como orientar os alunos. Ao mesmo tempo, uma série de procedimentos administrativos precisavam ser agilizados em regime de urgência. Um deles foi a publicação do primeiro edital de candidatura dos alunos às bolsas, que precisou, inclusive, ser retificado.

A adesão da universidade ao Programa foi um ato da administração central, sem debate ou discussão colegiada. Na opinião dos gestores, assim se deu, por um lado, por ser algo inevitável, em se tratando de programa das agências de fomento: “O programa é desenhado e colocado.” Por outro, por conter “uma belíssima oportunidade que estava sendo oferecida aos alunos.”

3.3.2.1.1 Seleção dos alunos

Uma das perguntas foi se havia ingerência da UFF no processo de seleção dos bolsistas. De acordo com os gestores, cada universidade trabalha de forma distinta. A UFF decidiu adotar critérios próprios de seleção dos alunos, além dos previstos pelo Programa. Esse processo, considerado rígido inicialmente, passou por ajustes e uma certa flexibilização. Entretanto, a UFF não abre mão dessa seleção. A DRI faz a seleção interna e informa à CAPES e ao CNPq os alunos que a universidade acredita ser de excelência.

A questão de fundo, em se tratando da seleção, é o quanto o filtro da universidade impacta no volume de alunos enviados e o quanto esse volume impacta na posição da universidade nas estatísticas do Programa. Um certo “produtivismo” das universidades, como observou um dos gestores, que pode fazer com que os critérios de seleção interna sejam somente os critérios gerais do Programa, não necessariamente correspondendo à premissa dos “melhores alunos nas melhores universidades do mundo”, como consta no discurso sobre o Ciência sem Fronteiras.

Nas entrevistas, foi explicado que o principal prerequisite da seleção é avaliação do Coeficiente de Rendimento (CR). O aluno tem que ter um CR superior à mediana do curso. O CR é calculado com base nas notas obtidas pelo aluno em todas as disciplinas/atividades cursadas desde o seu ingresso na UFF, sendo obtido por fórmula específica (UNIVERSIDADE... 2008). Por sua vez, a mediana dos CRs

aponta para os alunos que estão entre os 50% maiores coeficientes do curso. Por exemplo, se um determinado curso tem 200 alunos, a metade, ou seja cem alunos, não vai poder se candidatar ao Programa.

Com o suporte da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFF, são obtidos dados do sistema da Prograd, que reúne informações dos cerca de 40 mil alunos de graduação da universidade. A partir desses dados é possível gerar a mediana de cada curso. Com essa mediana, chega-se a uma pontuação, na qual a mediana passa a ser zero e a nota mais alta do curso torna-se 10. O CR do aluno é, então, pontuado de acordo com essa escala. Por esse critério, o candidato à bolsa é avaliado de acordo com a sua área, em vez de ter o seu desempenho correlacionado a alunos de outros cursos, que possuem notas completamente diferentes. “Isso foi uma coisa legal a gente fazer, não sei se todo mundo faz assim, mas foi fundamental.”

O processo de candidatura dos alunos da UFF às bolsas do Ciência sem Fronteiras tem duração de cerca de dois meses e envolve as seguintes etapas: Chamada Pública realizada pelas agências de fomento; publicação de edital pela UFF; preparação pela UFF de formulário on-line para inscrição dos alunos; inscrição dos alunos junto ao Ciência sem Fronteiras pelo site do Programa; inscrição dos alunos junto à UFF pelo site da DRI; obtenção de assinatura do Coordenador de Curso, uma exigência da UFF e não do Programa, autorizando a candidatura do aluno; apresentação de documentação; análise dos dados, pontuação dos alunos com base na mediana dos CRs e cálculo da carga horária para indicar o percentual cursado – o aluno tem que ter cursado mais de 20% e menos de 90% até a hora de viajar; avaliação desse trabalho por uma comissão de seleção da UFF; pré-seleção, aprovação e homologação dos candidatos. Após a homologação, pela UFF, dos candidatos pré-selecionados, caberá à CAPES e ao CNPq proceder a seleção final, a partir de critérios estabelecidos em cada chamada.

3.3.2.1.2 Seleção das universidades

De acordo com os gestores, a UFF não tem ingerência na escolha da universidade de destino. “Não teve nenhuma participação”, afirma um deles. O fato

de a seleção da instituição de ensino no exterior ser feita pelas agências de fomento brasileiras em conjunto com parceiros internacionais, gerou uma avaliação muito significativa: “Eu acho que quando você bota um pouco na mão da agência de outro país a escolha da universidade, isso é muito complicado, porque, na realidade, você está de alguma forma delegando ao outro o desenvolvimento do seu país”.

Outra questão levantada é que os bolsistas do Ciência sem Fronteiras nem sempre são alocados nas “melhores instituições e grupos de pesquisa disponíveis”, conforme descrito pelo programa (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2011). O objetivo é que o treinamento seja feito, prioritariamente, entre os grupos mais bem conceituados para cada grande área do conhecimento, de acordo com os principais rankings internacionais. “Academicamente, tem local que é muito bom, mas em muitos casos não é.”

Vale destacar que, entre os selecionados no primeiro edital, houve uma desistência, exatamente por esse motivo: o aluno considerou que a instituição de destino não apresentava o perfil de excelência que ele desejava.

3.3.2.1.3 Impacto nas coordenações de curso

Para um dos gestores, o impacto inicial do Ciência sem Fronteiras nas coordenações de curso foi grande. “Os primeiros que foram, não sei se você lembra, foi uma loucura aquilo”. Para outros entrevistados, as coordenações de curso são até bem favoráveis ao Programa. O questionamento que alguns professores têm é em relação à falta de um controle maior do próprio Programa. “Esse é um dos aspectos que um ou outro coordenador comenta: fica uma coisa um pouco solta.” A própria DRI aponta essa falta de controle da universidade em relação, por exemplo, à viagem dos alunos. “A gente não sabe quando eles viajam. A gente não sabe nem se eles viajam. O problema é grande.”

Conforme explicado no passo a passo da pré-seleção dos alunos à bolsa, a UFF exige uma autorização das candidaturas pelo coordenador de curso. Nessa concordância, o coordenador assume o compromisso de tentar aproveitar os créditos, seja como disciplina eletiva ou optativa. “Então, na verdade, a gente já se

resguarda aí da possibilidade de aproveitamento, de alguma forma. Não que vá aproveitar como obrigatória, porque é raro acontecer.”

3.3.2.1.4 Formalidades para saída do país

Com relação à saída dos alunos do país, os gestores apontaram algumas dificuldades iniciais na obtenção de visto de estudante para os Estados Unidos. “Houve umas crises com os vistos americanos.” “No início foi bem confuso, até pelo volume incomum de gente indo.” Entretanto, essa questão foi, aos poucos, sendo solucionada. “Hoje em dia, não. Falou que é Sem Fronteiras, está com bolsa do governo, o visto sai que é uma beleza.”

3.3.2.2 Eixo 2 - Período no exterior

O segundo eixo das entrevistas reuniu opiniões e comentários sobre a estada do aluno no exterior. O principal ponto destacado pelos gestores foi a falta de acompanhamento do aluno no exterior. “Isso é uma das críticas ao Programa. O Programa é bastante pertinente. É uma experiência legal para o aluno, mas fica um pouco solto.” Depois que o aluno ganha a bolsa e viaja, a universidade não participa mais do processo. “A Capes tinha um problema tão grande que, até bem pouco tempo, a gente não sabia sequer para onde eles iam. O CNPq, pelo site, a gente sabe para onde os nossos alunos foram.”

Além de problemas na comunicação, a universidade não tem participação na ações acadêmicas do aluno no exterior. Não há um plano de estudos ou elaboração de um currículo próprio. “O que que o aluno está fazendo? Quais são as atividades que ele vai desenvolver?”, indagou um dos gestores. Para ele, do ponto de vista acadêmico, “a maioria, talvez, não tenha um retorno que se imagina que deveria ter”. A DRI, por exemplo, só tem conhecimento das atividades exercidas pelo aluno fora do país quando chega o histórico. “E, mesmo assim, se passar por aqui. A sensação que eu tenho é que só passam 2%.”

De acordo como os gestores, o planejamento do Programa está sendo revisto. “Acho que já estão percebendo que está muito solto, que tem que ter alguma coisa preestabelecida.” A expectativa é que a universidade tenha uma participação maior e venha acompanhar mais de perto os alunos. “O Sem Fronteiras é muito distante, porque tem a Capes e o CNPq entre nós.”

3.3.2.2.1 Chegada dos alunos ao exterior

Em geral, a chegada dos alunos no país estrangeiro foi considerada tranquila, o mesmo ocorrendo em relação à adaptação ao novo ambiente, instalação na universidade e local de moradia. Na opinião de um dos gestores, o valor da bolsa é mais do que suficiente para cobrir as despesas de acomodação, transporte e alimentação. “Com o dinheiro que eles ganham, não tem problema.” Considerando o número de bolsistas, um gestor ressaltou o baixo índice de intercorrências ou diligências no exterior. “Pelo volume de alunos, eu acho isso incrível.” Os problemas que eventualmente ocorrem são comunicados diretamente pelo aluno à Capes e ao CNPq, e não à UFF. “Tem um orientador para cada aluno. Não um para cada aluno, mas você tem um orientador específico dentro da Capes.” O aluno sai para a mobilidade sabendo quem é o técnico designado para acompanhá-lo.

3.3.2.2.2 Estágio no exterior

O Programa Ciência sem Fronteiras prevê estágio no exterior, em laboratório, empresa ou indústria. Entretanto, os gestores não souberam informar se essa etapa estava sendo realizada com sucesso. “Isso é meio confuso”, disse um deles. “Pois é, eu não sei como está, se está valendo isso. Se todos eles estão conseguindo fazer estágio”, afirmou outro gestor.

Considerando a ênfase do Programa na capacitação profissional, esse é um ponto crítico para se atingir esse objetivo.

3.3.2.3 Eixo 3 - Retorno à UFF

O terceiro eixo das entrevistas com os gestores teve como foco a volta dos bolsistas ao Brasil. As primeiras perguntas foram em torno do acolhimento da UFF para o aluno no retorno da mobilidade, se haveria, por exemplo, algum evento específico para troca de experiências. Foi consenso entre os gestores que não há nada planejado em relação a isso. “Eu acho que a gente tem um problema com a volta”, reconheceu um dos gestores.

Foi apontada, também, a necessidade de estabelecer uma ponte entre a Proppi e a DRI, principalmente agora que os alunos estão voltando. “Pelo que sei ainda não tem esse trabalho costurado das coordenações de curso, porque é uma coisa que vai pelas coordenações de curso. A saída é pela coordenação de curso.” Outro gestor acentuou que tem ocorrido uma tentativa de aproximação com os coordenadores de curso, “mas é tudo muito novo”.

Outro fator mencionado é que muitos alunos deixam para viajar quando estão mais para o final do curso e, quando retornam, falta pouco tempo para a formatura. Isso ocorre por causa do planejamento do próprio aluno. “Se a pessoa está, por exemplo, no segundo período, quando se matricula, só vai viajar no quarto ou quinto período. Até o processo correr e viajar, já se passaram mais dois semestres, pelo menos.” Assim, a maioria acaba participando quando está da metade para o final do curso. “No comecinho nunca vai.” De qualquer forma, os gestores enfatizaram a necessidade de trabalhar melhor esse retorno dos alunos. “Acho que a universidade, nós aqui na UFF, temos que pensar nisso agora. Temos que pensar nisso agora mesmo.”

De acordo com os gestores, não há uma ação institucional da UFF para inserção do ex-bolsista em projetos acadêmicos, seja de iniciação científica ou estágio. Entretanto, dependendo do curso, isso ocorre de forma natural. “Não tem planejamento para isso”.

Um dos gestores acredita que o impacto do Programa seria muito maior se configurasse uma Iniciação Científica, um intercâmbio ou uma cooperação científica entre grupos de pesquisa, com o desenvolvimento de trabalhos conjuntos. “Aí, sim, a gente teria um impacto considerável.” No entanto, “o número massificado” de alunos de graduação da UFF, que participam do Programa, inviabiliza esse tipo de parceria.

“Não dá para fazer isso, porque não tem como trabalhar com mil projetos dessa forma. Duzentos, talvez.” Para esse gestor, o impacto seria muito maior se houvesse uma inserção prévia num projeto acadêmico, como chegou a ser considerado no início do Programa. “Então, por isso que eu acho que se fosse desse formato, mais vinculado à ação de você estar fazendo pesquisa científica, o retorno, indiscutivelmente, seria muito maior.”

3.3.2.4 Eixo 4 - Desdobramentos (“o depois”): impactos

A finalidade desse eixo da entrevista foi refletir sobre os desdobramentos do Programa, com um olhar voltado mais para o futuro. Nesse sentido, a primeira pergunta foi se o Programa vai causar impacto na formação profissional do aluno. “Acho que vai ser bem positivo”, respondeu um deles. Os gestores concordaram que, provavelmente, essa experiência terá repercussões, seja pelo domínio de um outro idioma, seja por vivenciar outras culturas.

Você vê que qualquer estudante que fique o mínimo fora do país, passa a ter outra visão, maior amadurecimento pessoal. Acho que é bastante positivo. Isso pode ter um impacto. (...) Então, eu acho que isso pode ser um estímulo para o aluno, ele vivenciar uma experiência fora e voltar com maturidade e tal para ele tocar o curso dele.

Um dos gestores ponderou que a ida para estudar fora não significa, necessariamente, que dará tudo certo. “Eu conheci várias pessoas que foram para o exterior fazer pós-graduação e voltaram sem fazer nada, porque deu errado. A chance é alta.” No entanto, ele acredita que só o fato de a pessoa passar um período no exterior – “na Europa, principalmente, um local culturalmente muito rico” – pode mudar os rumos profissionais e pessoais. “Você muda a sua vida. É outra coisa. Você ter uma vivência fora, uma outra cultura. Então, do ponto de vista pessoal, é sempre muito enriquecedor. E, claro, isso vai ter algum reflexo no seu trabalho.”

Em função de suas características, foi questionado se o CsF estaria revitalizando o ambiente acadêmico da universidade brasileira ou se o programa estaria, exclusivamente, voltado para fora do país, sem causas e consequências

imediatas nas instituições de ensino nacionais. “Eu acho que dá para ter um impacto”, respondeu um dos gestores. O período no exterior pode servir, inclusive, para que o aluno perceba que determinados cursos no Brasil não ficam nada a dever aos de lá de fora. “Então, esse é um dos aspectos positivos. A gente sempre fica pensando em sair para um aprimoramento. De repente, tem determinadas áreas que a gente já tem uma expertise no país, já tem bons cursos.”

Segundo outro gestor, outra maneira de medir a repercussão do Programa no ambiente acadêmico é em função do aumento da procura por convênios internacionais por parte de professores junto à DRI/UFF. Na opinião dele, isso acabou dando uma movimentação à universidade. “Ou seja, a internacionalização ficou mais conhecida na universidade também graças ao Sem Fronteiras.” Como consequência, cresce o interesse por outros programas internos de mobilidade da UFF.

Entretanto, foram mencionados também impactos negativos do CsF. “Por exemplo, tem tido muita complicação com bolsa de Iniciação Científica. Os alunos começam a fazer Iniciação Científica e depois vão para o Ciência sem Fronteiras. Então, interrompe”. Observa-se, então, uma falta de continuidade de alguns trabalhos na UFF. De acordo com outro gestor, esse impacto foi ainda maior em universidades menores, mais afastadas. “É comum relatos de grupos de pesquisa que perderam 100% dos alunos. Perderam 100%. Os alunos foram para o exterior.”

Outro ponto abordado foi se o Programa provocou mudanças nas regulamentações internas, alterações curriculares ou reestruturações no sistema acadêmico. Na opinião de um dos gestores, impacto dessa natureza ainda não ocorreu. Para ele, a flexibilização curricular vem sendo buscada por uma questão de trajetória, que vem se tentando implantar. “Você pega o currículo de pós-graduação, ele é super flexível. Já o currículo de graduação é uma coisa muito engessada, que o aluno acaba não usufruindo da riqueza que a universidade pode lhe proporcionar.” Portanto, há uma intenção de se flexibilizar o currículo de graduação, independentemente do Ciência sem Fronteiras.

Os gestores perceberam grandes diferenças entre o Ciência sem Fronteiras e outros programas de mobilidade da universidade. “Nunca existiu nada na face da Terra, no Brasil, igual a esse programa. Nós temos programas aqui, a própria UFF tem o programa de mobilidade, mas o quantitativo...” O volume de bolsas foi apontado, então, pelos gestores como o principal diferencial. “Para quem quer sair

do país, ter uma experiência fora, o Ciência sem Fronteiras é uma boa oportunidade em termos de número de bolsas. A quantidade de bolsa é muito grande.”

Outra diferença é o auxílio financeiro integral garantido pelo CsF. A UFF tem o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional destinado a seus estudantes de graduação, em instituições de ensino superior estrangeiras com as quais a universidade mantém acordos de cooperação. Esse programa pode ser realizado com ou sem auxílio financeiro institucional. Em ambos os casos, os alunos são responsáveis pelos gastos com viagem, visto, transporte, hospedagem, alimentação, seguro saúde internacional e demais despesas. (UNIVERSIDADE, 2014)

“A gente tem um programa, eu acho que, comparado a outras universidades, muito forte de mobilidade próprio. Esse ano a gente está mandando, nesse último edital, mais de 400 alunos pelo nosso programa de mobilidade.” Para os gestores, apesar do número ter crescido, o programa de mobilidade da UFF tem uma relação mais próxima com aluno, possibilitando um acompanhamento mais integral. Já no CsF, em função da larga escala, não há um cuidado específico com cada aluno. “Ele vai, fica solto. E vai, faz qualquer coisa mesmo e está bom. Eu acho que o problema do Ciência sem Fronteiras é esse.”

Até novembro de 2014, a UFF tinha enviado 1094 alunos para o exterior pelo CsF. (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2014b) “Assim, se for pensar, a gente manda 400 alunos, é em massa também, mas a gente consegue personalizar isso. No Ciência sem Fronteiras, não. No Ciência sem Fronteiras é um fordismo maluco, industrial, que vai, vai, vai...” Um fato observado é que o programa de mobilidade da UFF está ganhando mais visibilidade por causa do Ciência sem Fronteiras. “O CsF, por ser um programa de governo, tem muito mais propaganda. Ele se vende, se promove, que é uma beleza. Então, aí quem quer o CsF e vê que não está nas áreas [contempladas], corre para a gente.”

Para outro gestor, é preciso observar esses modelos de mobilidade pelo viés de política pública. “Porque os outros programas são programas. O Ciência sem Fronteiras é um programa de governo. Não é um programa de um Ministério. Para começar, ele é um programa interministerial. Já o torna distinto.” Vale lembrar que o CsF é uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2011) “Dois ministérios

que deveriam conversar mais do que conversam. O CsF conseguiu fazer uma transversalidade entre o CNPq e a Capes.”

Ainda nesse viés de política pública, outro gestor destacou que é preciso analisar a mobilidade internacional dentro de um contexto de inclusão social.

Você tem que ver muito além da internacionalização. Porque isso é você pegar um aluno que, primeiro, já conseguiu ter acesso à universidade, o que é uma novidade. E ele ter acesso à mobilidade internacional, a outra cultura, a outro país, a outra realidade de ensino, é você mudar a **comunidade daquele aluno**... Você tem um impacto na **comunidade**, porque aquele aluno volta, e, além de ser um cara que entrou na universidade, ele é um cara que viajou pela universidade. (grifos nossos).

3.3.2.5 Eixo 5 - Avaliação geral, críticas e sugestões

Neste eixo, foi aberto espaço para uma avaliação geral do Programa, além de críticas e sugestões. A pergunta inicial foi sobre o que a UFF ganha com o CsF e qual seria o impacto do Programa na universidade. Essa questão dividiu a opinião dos gestores. Entre os aspectos positivos foram mencionados os seguintes: a “consciência da internacionalização no meio dos alunos” e a visibilidade mundial que o Programa concede à UFF e a todas as universidades brasileiras. “O Ciência sem Fronteiras já nos colocou em um patamar diferenciado com relação ao mundo. E todos os nossos projetos, de cada universidade, que todo mundo tem os seus, vieram a reboque.”

Para outro gestor, ainda está cedo para se ter a dimensão completa desse impacto na universidade. Entretanto, ele disse ver o CsF com bons olhos, mas com ressalvas:

Eu sou um defensor do Programa por achá-lo bastante positivo. O mínimo que o aluno vai experimentar fora, eu acho que já é positivo. A única coisa que eu faço ponderação, é que é um programa que poderia, talvez, ser muito mais utilizado, se fosse planejado. O aluno trilhar um caminho para não ficar uma coisa muito solta. Poderia ser mais institucional, **ter um planejamento**, para que a gente saiba para onde ele vai. E, antes de ir, estabelecer vínculos com universidades específicas no exterior. Não precisaria, por exemplo, todas as universidades do Rio de Janeiro com as mesmas [universidades] internacionais. E ver qual é a vocação, o que que a UFF quer implementar em termos de melhoria de formação – em Engenharia, Biologia, Física, seja o que for – e aí nós vamos buscar os

parceiros fora e estabelecer um currículo comum. Isso talvez pudesse ser utilizado.

Por outro lado, há quem veja o CsF de forma negativa, embora reconhecendo um lado positivo do programa:

A maioria das pessoas pode discordar, mas eu não gosto do Programa. Não gosto. Não sei se é por causa da dimensão, como eu falei. Agora, não há dúvidas, esse programa colocou o Brasil no mapa da Ciência no mundo. E é engraçado porque sem mudar nada no fazer Ciência. Não mudamos nada. Até poderíamos mudar, se tivesse essas cooperações e tal. Agora, como não tem, não mudamos nada no nosso formato, na maneira de fazer. Quando se olha hoje no mundo quem trabalha com Educação e Ciência, o Brasil faz parte desse mapa.

O gestor complementa dizendo que vários países europeus, como Itália e Reino Unido, criaram organizações específicas para trabalhar com o Ciência sem Fronteiras. “É claro, esses países estão na maior pindaíba do mundo. Você diz: ‘olha, vou te mandar aí 10 mil alunos, e pagos!’ Então, é um negócio doido para eles. Esses caras ficaram loucos quando viram isso. ‘É claro que eu quero!’” Para o gestor, isso está concedendo um reconhecimento para o país que vai além dos estereótipos que o Brasil possui no exterior. “Não é só futebol e mulata, tem também alunos para serem exportados”, comentou jocosamente.

Para outro gestor, esse volume de alunos que está indo para o exterior será usado, também, como um índice de qualidade da universidade, “quantos alunos da UFF foram para tal lugar”. Além disso, a UFF poderá ganhar muito com esse estudante que poderá trazer experiências para a universidade e tentar formular projetos de cursos de graduação. “Tudo isso, eu acho que é super válido, mas ainda não entrou numa rota de normalização, que a gente possa efetivar as coisas de forma mais organizada.”

A internacionalização na graduação e da educação superior em geral também foi abordada nesse eixo das entrevistas. As principais considerações sobre esse tópico são apresentadas nos quadros abaixo.

Quadro 25 - UFF - Internacionalização na graduação ou pós-graduação, segundo os gestores

Seria o programa realmente válido para a graduação ou teria sido melhor se concentrar só na pós-graduação?

Eu acho que é válido para a graduação. Não tenho dúvida em relação a isso.

Eu sou um defensor da internacionalização da graduação. Porque a pós-graduação já tem uma cultura no país. A graduação, eu acho que vale a pena o aluno experimentar, nem que seja um semestre só, num outro país. Acho que já muda a visão, até mesmo para valorizar o curso que se tem aqui. Às vezes, a gente não tem ideia de que tem um bom curso aqui, no cenário até mesmo internacional. Tem vários aspectos positivos. Agora, é só a questão mesmo de, talvez, com um foco maior, um direcionamento maior. Acho que tem que internacionalizar na graduação. É uma coisa importante e até inovadora.

Eu acho que tem que começar na graduação.

Até para o aluno chegar e saber o que ele quer fazer na pós, de internacionalização, e saber o valor daquilo. E não ir para qualquer universidade. Saber o que ele quer pesquisar, e de repente já ter um contato no exterior para essa pesquisa. Quando ele volta na graduação, enquanto Brasil, isso é extremamente benéfico. A gente tem bons alunos que vêm e trazem, certamente, coisas muito boas.

Eu acho que tinha que ser um número bem menor na graduação. Fazer uma seleção de alunos mais capacitados e focar mais na pós-graduação.

Por outro lado, eu penso o seguinte. Nosso país está vivendo um problema de falta de coisas profissionais. Tem muita gente que faz academia, mas tem um mercado de inovação, de ligação com a indústria, que a gente não tem isso. O cara, de repente, ele é formado, mas não é formado para criar. E, às vezes, ele pode ser formado para criar já na graduação. Ele não precisa fazer um mestrado. Então, se essa ida for direcionada para esse público também, que tem uma outra opção que não a academia, de repente é válido, porque lá fora se tem isso.

Quadro 26- UFF- Mobilidade/internacionalização na graduação, segundo os gestores

O que se pretende com a mobilidade/internacionalização na graduação?

Buscar um aprimoramento profissional em áreas, por exemplo, que nós não temos um tipo de formação, ou uma complementação de aspectos não explorados aqui.

Não é uma equivalência. Nós temos programas próprios de dupla diplomação, programas da universidade mesmo. Inclusive, agora em setembro, está indo um aluno de Economia para a Universidade de Lisboa. Passa dois anos lá, já fez dois anos aqui, quando vier ele se forma pegando os dois diplomas. Isso dentro de um convênio específico da universidade com o curso de Economia. Então, foi construído o currículo próprio que ele vai trilhar, mas não equivalência. Ele não vai lá pegar uma disciplina para ser equivalente aqui, senão não faz sentido. Ele vai pegar outras disciplinas que ele não tem no currículo daqui. A dupla diplomação talvez seja um ganho do aluno ter os dois diplomas, mas num programa de mobilidade que seja suportado com um projeto próprio. Eu acho que é uma coisa mais pertinente, para não ficar muito solto. Porque o aluno sai daqui, vai cursar o que ele bem entende lá. Se é pertinente ou não, a gente só vai saber disso quando ele voltar. De repente, quando ele volta, já não resolve mais essa situação. Agora, se ele vai com uma coisa preestabelecida do que ele vai cursar, do que ele vai trilhar, aí sim eu acho que a gente pode ter retorno.

Se o cara vai para uma boa instituição, ele vem com uma visão de mundo diferente. Ele vai conhecer um ambiente mais competitivo do que o nosso.

A gente é muito ainda paternalista. A nossa formação acadêmica, o nosso universo universitário, ainda é menos de centro de pesquisa do que poderia ser. Eu acho que a gente deixa a desejar. Eu sinto uma diferença muito grande quando eu vou para fora e fico um mês na Espanha, já fui para a Alemanha, já fui para os Estados Unidos. Eu sinto que o ambiente de trabalho é muito mais de pesquisa do que o meu daqui. E eu acho que a gente se embola, com problemas burocráticos, é tudo muito misturado.

Fazer parte da graduação fora é uma

No Brasil é que não era. Eu acho que no Brasil houve uma mudança.

coisa muito comum no mundo todo.

A mobilidade, ela foi uma tônica desse governo. Não só internacional, mas a mobilidade nacional. A criação do Sisu, acho que isso é um projeto... eu não consigo ver isso muito separado. Hoje, o aluno se movimenta. Com essa coisa do Enem e do Sisu, ele se inscreve no Brasil inteiro. É, você fazer graduação em outro lugar. O Sisu mudou essa configuração. O 'menino' daqui estuda lá, o 'menino' de lá estuda aqui. Então, eu acho que esse processo de migração vai para a internacionalização. É um processo em que você começa a mover o aluno mesmo. Eu acho que eles não são separados. Também, não sei. Às vezes, as pessoas dizem assim: "a graduação, não é o momento". Não sei, não sei se tem esse momento também. Se isso também não abre perspectivas, se não um primeiro passo, para você ir fazer um doutorado fora...

Quadro 27 - UFF – Relação do CsF com a internacionalização, segundo os gestores

Qual a relação do CsF com a internacionalização da educação superior: alavanca, impulsiona, redimensiona?

Com certeza. Contribuiu para a UFF, especificamente, não. Contribuiu para o Brasil, para as universidades brasileiras – e a UFF é uma delas – se tornarem conhecidas, respeitadas, cortejadas pelas universidades globais.

Espera-se que a gente aproveite o Ciência sem Fronteiras para, de fato, internacionalizar a universidade brasileira. Porque o que está acontecendo é que a gente, nossos alunos brasileiros estão internacionalizando as universidades do mundo inteiro. É um programa muito bom, mas que paga, claro, e que todo mundo quer receber. Na verdade, esse Ciência sem Fronteiras está internacionalizando muito mais o alunos do que a universidade. Então, é isso que eu agora estou querendo. É saber onde que a gente tem aluno e a começar a fazer programas bilaterais com essas universidades. Com certeza que contribuiu. Contribuiu para a UFF, especificamente, não. Contribuiu para o Brasil, para as universidades brasileiras, e a UFF é uma delas. Tornarem-se conhecidas, respeitadas, cortejadas pelas universidades globais. E aí tem outra coisa. O que que internacionalizou? Na verdade, nesse grande movimento global de internacionalização, a mobilidade estudantil é a que está saindo na frente. Porque a internacionalização da pesquisa, que é a melhor de todas, é a que deixa lastro, a que constrói conhecimento, publica junto... essa continua sendo como sempre foi. Porque essa depende do trabalho do pesquisador. Voltando à sua pergunta. O Ciência sem Fronteiras ajudou muito, porque hoje a gente vai a uma feira, o estande do Brasil tem 25 universidades. É um dos maiores estandes da feira. Todo mundo quer conversar com a gente. Em quatro anos, nós saltamos de 60, 70 convênios para quase 300. Ativos deve ter 150. Há um grande esforço, muito dinheiro gasto nisso, e, claro, a coisa do Sem Fronteiras desde o princípio foi alavancar a Ciência e Tecnologia no Brasil. Formar melhores quadros, daí a graduação começa a ir. Não só quadros de alto nível. Que eles se tornem quadro de alto nível desde a graduação. Então, por que internacionalizar? A internacionalização [da educação superior] tem a ver com os processos de globalização e internacionalização do mundo. Chegou até tarde.

Eu acho que é muito importante. É muito importante porque nós vivemos muito em função da língua e da nossa falta de capacidade de se comunicar em inglês.

Nós temos uma dificuldade. Nós vivemos isolados, nós brasileiros. Vivemos isolados cientificamente do mundo. Você não tenha nenhuma dúvida disso. A gente, claro, "ah, mas temos exemplos"... claro, um país de 200 milhões de pessoas você vai encontrar três, quatro exemplos de grupos que fazem uma Ciência de nível internacional. Mas, no fundo, no fundo, nós somos isolados. Se você pegar aqui na UFF, por exemplo, você não vai encontrar muitos grupos que fazem pesquisa e que se sentem, enfim, que são de nível internacional. Ser de nível internacional significa você ter com uma certa frequência pessoas vindo, pessoas de renome, reconhecidas, vindo a esse grupo. Por exemplo, a Física que é uma referência nossa aqui. Quer dizer, quantas pessoas por ano um pesquisador de renome passa pelo Instituto de Física. Vou chutar, três vezes, se muito. Se você entra no Instituto de Física no mesmo nível na Espanha, na Itália, na Alemanha, é toda semana. Toda semana tem um cara... "caramba, fulano de tal está aqui, vou lá ver o cara"... Então isso faz uma enorme diferença, e o contrário também. Você pode pegar os nossos melhores pesquisadores, quantos pesquisadores da

UFF, se vierem a ser convidados para fazer uma conferência na Universidade de Heidelberg farão uma conferência tranquilos. Porque não estão habituados a isso. Não vivem este mundo. A realidade é que nós aqui não vivemos o mundo científico. Se você for nas nossas melhores unidades – Física, o ICHF, a Computação, a Química – mesmo nessas melhores unidades, não se vive Ciência dentro dessas unidades.

É dinâmico.

A Faperj criou agora esse programa de trazer gente para cá. Fez edital agora. É um programa de lá para cá. E eu acho que o Ciência sem Fronteiras podia já está fazendo isso também. Trazer gente para dentro da nossa universidade. De graduação. Porque aí faz uma troca de experiência. Porque os 'meninos' daqui vão estar em contato com alemão, com francês e aí existe essa troca também. Porque a internacionalização não é a gente ir para fora só não. É a gente ser reconhecido. Conhecido e reconhecido. Porque o acadêmico já faz essa internacionalização há muito tempo. Se internacionalização é você ter contatos... Não é você ir a um congresso. Para mim, internacionalização é você estar vivendo a realidade em outra universidade, um outro grupo de pesquisa, com outras realidades. Então, o aluno tem também essa oportunidade de conhecer outro instituto. Mas o cara vir para cá e ele passar o que ele vive nessa comunidade...

3.3.2.5.1 O que o país ganha com o CsF?

Na opinião dos gestores entre os principais benefícios do CsF para o Brasil estão a contribuição para a formação do aluno, a projeção internacional do país e a melhoria de nossa imagem no exterior.

Como internacionalista que sou, é um espetáculo para o Brasil. (...) A gente era um país muito pequeno. Tem gente que critica o Ciência sem Fronteiras e tudo, mas eu acho que como visibilidade para o país foi a melhor coisa. (...) O Ciência sem Fronteiras vem para levar gente para o exterior e mostrar que o brasileiro está ali. Eu acho que isso para o Brasil é ótimo. Mostrar qualidade do brasileiro, mostrar dedicação, mostrar que o Brasil existe e que ele se impõe de alguma forma.

Para outro gestor, o Brasil vai ganhar muito mais quando houver uma participação mais ativa do aluno ao retornar ao país, mas para isso é preciso cobrança.

Eu acho que o país, se tiver o retorno, se for cobrado o retorno, ele ganha muito. Porque, se você sabe que aqui ainda há muita coisa subdesenvolvida, e o aluno tem a possibilidade de entrar dentro de um ambiente universitário, que é melhor do que o nosso, e cobrar do nosso país a melhoria, comparado com o que ele viu lá fora, a gente só tem a ganhar com isso. É isso o que eu penso. Mas tem que ser feita essa cobrança. Uma cidadania. Eu acho que os 'meninos' tem que ter uma pré-ida com uma meta. Não estou indo porque eu estou indo. Eu estou indo porque estou numa missão de trabalho. Estou indo porque vão me cobrar

depois coisas que eu estou trazendo para o país. Então, nesse momento, eu acho que o país vai ganhar muito com essa troca. E o mundo está globalizado mesmo. Então, a gente poder dar essa oportunidade para eles e essa troca, eu acho que é tudo positivo. Só que está precisando arrumar a casa.

3.3.2.5.2 O que poderia ser feito para aperfeiçoar o Programa?

As principais sugestões dos gestores para o aperfeiçoamento do Ciência sem Fronteiras foram:

Quadro 28 - UFF/CSF – Sugestões para aperfeiçoar o Programa Ciência sem Fronteiras

1	Maior planejamento
2	Maior direcionamento
3	Iniciação Científica como prerequisite para a bolsa
4	Mapeamento de áreas que o país tem carência em termos de formação e buscar um aprimoramento específico
5	Maior participação da universidade brasileira na gestão do Programa
6	Melhor acompanhamento do bolsista pela universidade brasileira
7	Maior controle das atividades acadêmicas do aluno no exterior
8	Mais envolvimento com as instituições internacionais de ensino
9	Maior intercâmbio/cooperação entre grupos de pesquisa nacionais e internacionais
10	Maior controle de qualidade na volta do aluno
11	Flexibilização dos currículos da graduação
12	Cobrança de maior engajamento dos alunos ao retornar da bolsa
13	Criação de pelo menos dois workshops anuais para que os ex-bolsistas apresentem um pouco da experiência para futuros bolsistas
14	Treinamento de língua estrangeira para os professores brasileiros serem capazes de aula para alunos de outros países e, assim, competir no mercado de recebimento de aluno
15	Trazer mais alunos do exterior para estudar no Brasil
16	Trazer professores do exterior para o Brasil

-
- 17 Reduzir o número de bolsas para a graduação; fazer uma seleção de alunos mais capacitados e focar mais na pós-graduação
-
- 18 Melhorar as estruturas das universidades para participar mais da internacionalização
-

4 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo traz algumas discussões sobre o Ciência sem Fronteiras e seus efeitos no processo de internacionalização da educação superior, à luz das leituras sobre o tema e da análise do Programa na Universidade Federal Fluminense.

A primeira consideração a fazer sobre o CsF é quanto ao seu caráter de programa de internacionalização, aqui entendida como resposta à globalização (ALTBACH et al, 2009). Mais do que a presença da expressão *internacionalização* nos seus objetivos gerais, o que insere o Programa nessa *resposta* é o discurso, a ele associado, de conduzir o Brasil para a economia do conhecimento. Uma das manifestações nesse sentido é a presença das universidades de pesquisa, ou de classe mundial, nesse discurso (ALTBACH, 2013).

A indagação central sobre o CsF, neste estudo, é se ele atinge o objetivo expresso de contribuir para o processo de internacionalização das instituições de educação superior. Para essa análise, vale lembrar alguns dos elementos desse processo descritos na literatura (ALTBACH et al, 2009) que se relacionam com o Programa e que discutiremos a seguir, como a mobilidade internacional, a pesquisa colaborativa e a cooperação entre as instituições, a evolução dos currículos e métodos de ensino e aprendizagem.

Em sua configuração entre as políticas públicas, um aspecto merece atenção: o do seu monitoramento e avaliação. Pelo volume de recursos investidos, algum tipo de acompanhamento deveria resultar em divulgação do impacto do Programa à sociedade que, em última análise, o financia. O pouco conhecimento sobre esses impactos desses programas é questionado por Altbach (2014).

4.1 Mobilidade internacional

Por sua expressão e por estarem ocorrendo em toda a parte, programas governamentais de mobilidade internacional de países em desenvolvimento constituíram objeto de pesquisa conduzida pelo CIHE-Boston College e pelo *Global*

Opportunities Group (GO Group), por solicitação do British Council e do DAAD. O Prof. Altbach apresentou esses resultados na conferência *Going Global* 2014, em sessão plenária com o tema: “Por que enviar alunos para fora?”⁸⁵

Suas perguntas básicas se afinam com as nossas: por que esses programas são estabelecidos; como são delineados, administrados e financiados; quem participa e onde; que impacto estão causando. Tanto quanto em nossa curta análise do Programa, alguns dados foram encontrados e outros não – o que, segundo o Prof. Altbach, pode ser tão interessante como encontrar.

O Brasil foi analisado em um conjunto de onze países que oferecem programas de bolsa de estudos, financiados pelo governo que enviam estudantes para o exterior. Segundo a pesquisa, o Brasil e a Arábia Saudita são os que possuem os maiores programas, respondendo por parte expressiva do financiamento de estudos no exterior (27,9% e 72,2%, respectivamente), em um cenário que confirma que a maior parte dos estudantes em mobilidade internacional é financiada pela família ou por programas de bolsas das agências internacionais.⁸⁶

Importante destacar que, segundo a pesquisa, em geral os países não possuem acompanhamento dos programas em que investem os recursos públicos e por isso conhecem muito pouco sobre o impacto de seus programas. Em nosso estudo, os gestores demonstraram essa insatisfação quanto à dificuldade de obter informações sobre os alunos que foram apoiados pelo Programa, havendo diferença nos procedimentos de acompanhamento, entre as duas agências gestoras.

O Relatório apresentado ao *Going Global* 2014 aponta que o governo brasileiro teria solicitado ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)⁸⁷ a concepção de uma metodologia para avaliar o impacto do programa (BRITISH COUNCIL-DAAD, 2014. p. 9). Essa avaliação será discutida adiante, neste capítulo.

⁸⁵ No original: “Why send students away? A apresentação (GOING GLOBAL 2014) e o relatório (BRITISH COUNCIL-DAAD, 2014) estão disponíveis na Internet.

⁸⁶ A pesquisa baseou-se nas informações prestadas por especialistas dos países em estudo, a partir de questionário. O especialista brasileiro foi Leandro Tessler, Professor Associado do Instituto de Física Gleb Wataghin, da Universidade Estadual de Campinas.

⁸⁷ Conforme seu Estatuto, o CGEE é uma associação civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e, como um de seus objetivos, “promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos, tecnológicos, de inovação e de formação de recursos humanos.” Do seu Conselho de Administração fazem parte representantes do Poder Público (MCTI, Finep, CNPq, MEC, MDIC, BNDES); de entidades da sociedade civil (SBPC, ABC, CNI, CNA, Sebrae); e do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, entre outros. (CGEE, 2013a).

Na amostragem da pesquisa apresentada por Altbach, a maior parte dos programas está voltada para as áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática. No acrônimo da língua inglesa, essas áreas são as STEM, de cuja associação com a palavra inglesa *stem* (tronco, caule) é difícil se furtar, por simbolizarem o eixo de sustentação da produção de ciência e de inovação, na expressão de Chaimovich (2000) – condição para o desenvolvimento e a sustentação dos países no campo global.

Entre as motivações para os programas, no conjunto dos países, estão o desenvolvimento nacional e dos seus recursos humanos, mas no que tange ao impacto das iniciativas governamentais analisadas, os achados da pesquisa internacional mostram que o maior benefício é individual – opinião compartilhada na UFF por gestores e bolsistas. Ao retornarem, os estudantes usam de diferentes maneiras seu capital social, cultural e acadêmico, mas em verdade não há dados sobre o que os estudantes fazem ao final da experiência no exterior.

Em nosso caso de estudo, foi dito pelos gestores da UFF que o CsF internacionaliza o estudante, mas não necessariamente a universidade, e, mais, que o Programa contribui mais para a internacionalização da universidade que o recebe.

Esse fato faz pensar que, apesar da iniciativa governamental e da administração centralizada, há indícios de que o Programa ainda não tenha promovido uma mudança significativa no padrão de internacionalização das instituições de educação superior no Brasil, ao menos na modalidade de maior expressão quantitativa, que é a graduação sanduíche. Em uma análise geral, e considerando a realidade da UFF, no tocante à promoção da internacionalização pelo CsF, o comportamento do governo pode ter sido pró-ativo, mas o da academia foi reativo. Até pelo ritmo de sua implantação e volume de execução, cabe dizer que o Programa ainda não configura a internacionalização como “um componente bem planejado da ação institucional”, de que falam Altbach et al (2009, p. 30)

4.1.1 Evolução dos currículos e métodos de aprendizagem

Outra avaliação cabível é quanto ao aproveitamento do aluno que retorna da mobilidade, tanto formalmente – com a incorporação das atividades em seu histórico

escolar – como em uma estratégia de internacionalização *at home*, por exemplo, o seu envolvimento ativo em processos de ensino e aprendizagem. Segundo Jane Knight (2008, p. 23) esse envolvimento do aluno após a experiência no exterior pode contribuir para a internacionalização, assim como a presença de estudantes internacionais ou a diversidade cultural em sala de aula.

Embora tenha sido apontada como um processo que vem sendo buscado na UFF, independente do Ciência sem Fronteiras, a flexibilização dos currículos ainda não se efetivou. A mobilidade estudantil, especialmente na graduação, pode se tornar um catalisador dessas mudanças que já se sentem necessárias, na educação superior, para a formação do novo profissional competitivo. Pela amostra estudada e pelos depoimentos obtidos, o aproveitamento das atividades se dá na maioria dos casos como dispensa de disciplina ou atividade complementar. Nisso reside um paradoxo, pois nesses dois casos não há atribuição de nota. Então, atividades que, em tese, foram realizadas em um ambiente acadêmico-científico de excelência, não impactam no coeficiente de rendimento do aluno.

Na opinião de Oliva (2014), o Programa tem potencial para promover mudanças na organização da educação superior no Brasil no processo de internacionalização, pelo impacto na graduação,

No ensino de graduação. A gente tem muito, está muito atrasado o ensino de graduação no Brasil e ele precisa ser modificado. Os alunos estão voltando e estão botando uma grande pressão nas suas universidades. Outro dia eu ouvi do reitor do ITA [Prof. Dr. Carlos Américo Pacheco], que é a melhor escola brasileira de engenharia, dizendo que eles não aguentam mais os alunos reclamar da qualidade do ensino do ITA. E veja, nós estamos tratando da melhor instituição de engenharia do Brasil. Reclamar porque foram para o exterior, tinham quinze horas de aula por semana e o resto do tempo trabalhavam para caramba em projetos interessantes, inovadores, em grupo, avaliações que não eram só provas. Então, nós precisamos evoluir na graduação.

A oportunidade dessas discussões é considerada, por um dos gestores, como um resultado positivo do processo de internacionalização da universidade. Embora possam parecer questões internas da universidade, essas discussões pertencem a um plano macro, são uma necessidade decorrente da mobilidade e tem raízes no entendimento entre os países e seus diferentes sistemas educacionais (ALTBACH et al, 2009). Pode, no entanto, estar contribuindo para isso o distanciamento entre as universidades brasileiras e as universidades de destino, uma vez que o não há relacionamento institucional entre elas, sob a forma de convênio de cooperação.

O Prof. Knobel, presente à sessão do *Going Global* 2014 que apresentou dados do Ciência sem Fronteiras, encaminhou aos palestrantes uma questão importante: se algum dos programas contemplaria reciprocidade⁸⁸ entre a instituição de origem e de destino dos alunos em mobilidade. Altbach foi direto em sua resposta: “Pelos dados da pesquisa, não.”

Em uma entrevista na UFF, uma hipótese de contrapartida emergiu, aventando-se a possibilidade inclusive de essa contrapartida ser em áreas não contempladas pelo Programa e com isenção de taxas. Essa seria uma integração importante e uma ampliação da cooperação internacional, podendo criar laços mais produtivos entre as instituições. Altbach, na plenária do *Going Global*, acrescenta que a inclusão de outras áreas seria salutar:

Eu deveria ter mencionado antes, e essa é minha opinião, que esses programas deveriam ser mais abertos a uma gama de disciplinas, e que as pessoas das ciências sociais podem não ter uma carreira muito clara na volta para casa, mas são pessoas muito criativas e muito flexíveis, para a nova economia. (GOING GLOBAL, 2014, transcrição e tradução nossas)⁸⁹

4.1.2 A necessária participação da academia e o silêncio da academia

Em artigo do ano 2000, Chaimovich alerta para a necessária participação da academia no planejamento de programas de financiamento “para que o sistema de produção de ciência e tecnologia das universidades públicas atinja um papel mais central no desenvolvimento socialmente justo.” O desenho do Ciência sem Fronteiras não contou com a academia, e entre os gestores da UFF foi levantado o pouco envolvimento das instituições brasileiras com o Programa.

Por algum motivo, talvez esse, nota-se um silêncio da academia a respeito do Ciência sem Fronteiras. Afora algumas manifestações pontuais, ainda poucos são os estudos sobre o Programa. Talvez porque o programa ainda seja novo, e seus

⁸⁸ Um estudo adicional poderia contemplar a reciprocidade como forma de aquisição/ampliação do capital social, nos termos não apenas de Bourdieu, mas das ressignificações desse conceito, especialmente como “um componente intangível do desenvolvimento econômico.” (NEVES; PRONKO; MENDONÇA, 2008, p. 78)

⁸⁹ No original: “I should have mentioned before, and that is my opinion, that these programs should be more open to a range of disciplines, and that people on the social sciences may not have quite a clear career back home, but this people are very creative, and very flexible to the new economy.”

impactos só se sentirão a médio e longo prazos. Talvez porque a academia tenha ficado um tanto à margem de sua concepção. Esse aspecto, no entanto, é fundamental, posto que, em se tratando de internacionalização da educação superior, é central a participação da academia, do seu conjunto de docentes, pesquisadores e técnicos. É em torno da produtividade da academia – disseminação do conhecimento, inovação, patentes – que se estabelecem os critérios de inserção global, tão caros aos rankings mundiais. Tessler é direto:

O Ciência Sem Fronteiras, da forma como está feito, para graduação, não envolve uma cooperação entre as instituições. Você está pagando para alguém prestar um serviço: põe o aluno lá, paga a anuidade dele, eles ensinam durante um ano e mandam ele de volta. É isso. (UNICAMP, 2014)

Oliva (2014) avalia que o programa causa um impacto na pesquisa, e ilustra sua opinião com o fato de as universidades brasileiras estarem sendo muito procuradas pelas universidades estrangeiras:

Cada vez mais, as universidades brasileiras são procuradas pelas universidades estrangeiras e vice-versa para fazer parcerias. Não passa uma semana que a gente não tenha uma universidade nos visitando para procurar por parcerias. Nós temos hoje várias universidades, inclusive britânicas, com escritórios no Brasil para procurar por parcerias. Então, há um crescente número de parcerias na pesquisa. Isso deve se refletir na melhora da qualidade da ciência brasileira e na internacionalização das nossas publicações.

Os gestores da UFF comentaram esse crescente interesse das universidades estrangeiras, mas é preciso um olhar crítico para identificar o quanto desse interesse é efetivamente na cooperação acadêmica. Especialmente quando o Programa não se estrutura com base em convênios entre as instituições brasileiras e estrangeiras, e sim entre governos. Há um viés econômico que não pode ser negligenciado nesse movimento.

No âmbito do debate da educação como bem público, é preciso estar atento para outros efeitos do Programa. Em um cenário de desigualdades mas também de crise mundial, um programa de mobilidade com tamanho aporte de recursos e investido da vontade presidencial desperta o interesse não apenas colaborativo, mas também de mercado. Com o título “Brasil, caminhos para o futuro”,⁹⁰ Ortiz (2014) discorre sobre o aumento da mobilidade acadêmica de brasileiros nos Estados

⁹⁰ No original: “Brazil: Pathways for the future”

Unidos, refere-se ao Ciência sem Fronteiras e faz menção a políticas do governo americano (o que remete ao *100 Thousand Strong in the Americas*), e conclui da seguinte maneira:

Pode ser muito cedo para começar a perceber os efeitos das **recentes políticas implementadas por ambos os governos**, mas é claro que os estudantes brasileiros têm um interesse renovado nos EUA, sua cultura e sua língua. É importante para as IES tomarem conhecimento do Brasil como um dos principais mercados emergentes para o recrutamento internacional, uma vez que essas medidas contribuirão para melhorar a probabilidade de **atrair uma fatia maior desse mercado promissor**.⁹¹ (ORTIZ, 2014, s/p., tradução nossa, grifos nossos)

Outra questão é o viés ético de que fala Altbach (2013), no que tange ao interesse desse “sangue novo brasileiro” – para usar uma expressão da presidente Dilma a respeito do Programa. Entram em jogo tanto os temas de pesquisa como o fenômeno da fuga ou drenagem de cérebros.

4.2 Cooperação

Nesse aspecto, volta-se para a centralidade da cooperação entre as instituições e de seu protagonismo nessa cooperação. Acompanhar as tendências mundiais não deve significar homogeneização nem negligenciamento das identidades culturais, necessidades locais e inserção regional. Reforçando o que dizem Altbach (2013) e Knight (2014), Peter Strohschneider, presidente da Sociedade Alemã de Amparo à Pesquisa, considera papel das agências de fomento *facilitar* essa cooperação além das fronteiras, e destaca que

A globalização é um processo muito complexo e que tem se mostrado fundamental para a pesquisa científica. A pesquisa precisa do pluralismo, da fricção e do debate de ideias, do contraste entre teorias opostas, pois é isso tudo que torna as descobertas surpreendentes possíveis.

É importante que essas diferenças sejam negociadas de modo a não comprometer as diversidades fundamentais para as parcerias em pesquisa.

⁹¹ No original: “It may be too soon to start noticing the effects of the recent policies implemented by both governments, but it is clear that Brazilian students have a renewed interest in the U.S., its culture and its language. It is important for HEIs to take notice of Brazil as one of the top emerging markets for international recruitment, as these measures will improve the likelihood of attracting a bigger share of this promising market.”

A globalização não torna a cooperação científica entre os países mais fácil, e sim mais difícil, pelo menos inicialmente. (AGÊNCIA FAPESP, 2014)

A via mais expressiva e duradoura dessa colaboração, e inclusive apontada por Altbach (2013) como “justiça acadêmica” – no contexto das relações centro-periferia entre os países – é a dupla diplomação. A importância dessa forma de cooperação é também destacada por Tessler na sua avaliação sobre o Ciência sem Fronteiras:

Como as duas instituições são responsáveis pela formação, é diferente de mandar o estudante só para passar o ano. “Ele vai ganhar um certificado da instituição estrangeira. Então, ela é corresponsável pela formação”. (UNICAMP, 2014)

Na avaliação de Tessler e Pissolato (UNICAMP, 2014), dois problemas emergem quanto ao duplo diploma e o CsF, ainda que nele essa possibilidade esteja prevista. Um, quantitativo: a dimensão do programa; o outro, qualitativo: a dupla diplomação requer “uma seleção rigorosa de estudantes”. O ponto mais crítico é que, na avaliação desses professores, pelo acesso mais fácil o CsF está “minando a demanda pelos programas de duplo diploma”. “Alguns alunos estão achando que os dois anos lá fora do duplo diploma, é muito tempo, dá muito trabalho – estamos perdendo para o CSF”.

No entanto, na opinião daqueles pesquisadores quanto à continuidade do Programa, agora já iniciando a sua segunda fase, o CsF não vai durar o resto da vida. Eu acho que a tendência dele é ficar menor e chegar no duplo diploma”. (UNICAMP, 2014)

Essa perspectiva viria ao encontro da opinião de gestores da UFF, que consideram que o duplo diploma ou a cotutela, sim, teriam o potencial de consolidar parceria internacional, com seus impactos na efetiva internacionalização da pesquisa e, por consequência, na elevação da qualidade da educação superior.

4.3 Monitoramento, avaliação e compromisso público

Como programa governamental, o Ciência sem Fronteiras consubstancia elementos tanto da política industrial para ciência, tecnologia e inovação, quanto da

educação superior. Seus objetivos evidenciam essa dupla articulação, que se materializa na gestão ministerial conjunta. Pela sua natureza de política pública, não pode prescindir de monitoramento e avaliação.

Discutir indicadores e respectivas metas para avaliação do Ciência sem Fronteiras excede os objetivos deste estudo e certamente constitui desdobramento possível para estudos futuros. No entanto, três ações oficiais de monitoramento podem ser apresentadas.

A primeira e mais visível é o Painel de Controle do Ciência sem Fronteiras. Disponível na página eletrônica institucional do Programa, no *link* “Bolsistas e Investimentos, o painel é uma ferramenta interativa que contém informações sobre as bolsas implementadas, permitindo diferentes tipos de consulta – como por unidade da federação, por instituição de educação superior, por modalidade de bolsa. Também é possível visualizar o alcance geográfico do Programa, consultando-se o mapa Bolsistas pelo Mundo. Iniciativas como essas podem ser entendidas como ações de monitoramento centradas nos resultados imediatos (SAE, 2011) do Programa.

Outra ação de acompanhamento, cujos resultados são de uso mais gerencial e interno às agências, é o relatório final dos estudantes em mobilidade, mencionado no material de apoio ao bolsista no exterior, das duas agências.⁹² Os gestores da UFF mencionaram diferenças entre as agências nessa coleta de informações. A Capes dispõe sobre relatório final; o CNPq estabelece procedimentos de acompanhamento e avaliação, com relatórios parciais e finais.

A terceira forma é uma avaliação externa do Programa, ainda em desenvolvimento, como a solicitada pelo Governo Federal ao CGEE. A proposta metodológica para avaliação do CsF, apresentada para a Capes e o CNPq, contempla quatro dimensões:

- 1) Análise de Impacto no nível Institucional, isto é, no aparato governamental - Agências e unidades executoras parceiras (universidades, empresas, etc.);
- 2) Análise de Impacto na Produção de Conhecimento e na Inovação - mudança na agenda de pesquisa das áreas alvo do Programa; na intensidade e forma de colaboração internacional e entre os parceiros, isto

⁹² O Manual do Bolsista da Capes e as Informações de Apoio aos Estudantes no Exterior com bolsas do CNPq estão disponíveis na página eletrônica do Ciência sem Fronteiras, http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/en/c/document_library/get_file?uuid=9faad6eb-897a-430c-840c-8176214f375d&groupId=214072.

é, se o CsF modificou/ampliou as parcerias já estabelecidas pelos agentes anteriormente à sua implantação;

3) Análise de Impacto no Nível Pessoal: na carreira e empregabilidade dos alunos e professores participantes; na permanência de pesquisadores que vêm do exterior; e

4) Impacto na Sociedade, a partir da análise de mídia, pressupondo-se que a visão que a sociedade civil constrói sobre o programa é resultado direto da maneira como ele é veiculado pela grande Imprensa. (CGEE, 2013b, p. 33)

Fora do eixo oficial, uma iniciativa não governamental de avaliação do Programa está sendo promovida pelos bolsistas e ex-bolsistas: o Projeto Melhoria CsF, da Rede CsF (2014b):

Essa pesquisa busca identificar os pontos positivos do Programa Ciência sem Fronteiras, além elucidar suas adversidades a partir da perspectiva de bolsistas e ex-bolsistas. As informações obtidas serão analisadas, divulgadas e reportadas aos órgãos competentes parceiros da Rede (CAPES, CNPq), juntamente com sugestões de melhorias no CsF. Esses dados também poderão ser utilizados por outros programas de mobilidade acadêmica.

O questionário do Projeto Melhoria para coleta da opinião dos participantes contempla o período antes, durante e depois da experiência internacional, o que coincide em parte com o que foi aplicado em nosso estudo.

O Prof. Marcelo Knobel, no *Going Global* 2014, posicionou-se como crítico do programa que, denominado Ciência sem Fronteiras, “todo mundo lá está chamando de Turismo sem Fronteiras”. Destacou a importância do monitoramento – principalmente após se perceber, com o envio de muitos estudantes, que eles não tinham domínio do Inglês, ou não cumprem com as atividades que deviam fazer – o que, no entanto, fica dificultado pela dimensão do programa. “No Brasil, a meta era enviar 100 mil estudantes em 4 anos, e isso, na minha opinião, é simplesmente uma loucura. É impossível, muito difícil monitorar e acompanhar tudo, é realmente um problema.” (GOING GLOBAL, 2014, transcrição e tradução nossas)

No comentário às perguntas da plateia, entre elas a do Prof. Knobel, o responsável pelo programa Bolashak⁹³ do Cazaquistão, Gani Saktaganovich Nygymetov, fez a seguinte exposição:

⁹³ O programa *Bolashak Presidential Scholarship Scheme*, voltado para o doutorado, objetiva capacitar futuros líderes em economia, políticas públicas, ciência, tecnologia, engenharia e outras áreas. É financiado pelo governo do Cazaquistão, supervisionado pelo Ministério da Educação e Ciência e administrado pelo *Center for International Programmes (CIP)*. Página eletrônica institucional: www.bolashak.gov.kz.

Eu não sei se está no relatório ou não, mas eu acho que um dos fatores-chave de sucesso deste tipo de programa, eu acho, são os ideais. Não se trata apenas de enviar pessoas ao exterior, tecnicamente, certo? Se isso não [envolver]... não digo... eu não tenho medo de dizer "propaganda", você não será capaz de forçar as pessoas a voltar. Esse deve ser o desejo delas. E isso deve vir com ideais.

É por isso que, quando enviamos bolsistas Bolashak, e muitos bolsistas Bolashak que vão para o exterior, eles são como que – eu diria – psicologicamente, espiritualmente inspirados. Porque este não é um programa presidencial. Você é um embaixador do seu país. Você está indo para o exterior. E você tem que estudar bem. E você tem que voltar.

Porque todo o seu país, a sua nação está esperando de você. Porque é dinheiro do contribuinte. Qualquer pessoa do Bolashak entende isso. Eles entendem que o seu país, o seu país, as pessoas, estão gastando dinheiro com você. E você tem responsabilidades. E responsabilidade é uma grande questão.

Outro ponto é que, se o país não for bem sucedido, é também problema seu. O país, o governo, as autoridades não oferecem oportunidades para todas as pessoas. Então, o problema é seu também.

E quando esses dois fatores se juntam, a dinâmica de sucesso econômico do país e os ideais – **as pessoas entenderem porque eles estão realmente indo**, compreenderem a sua responsabilidade – eu acho que essa é a chave para o sucesso. (GOING GLOBAL 2014, transcrição e tradução nossa, grifos nossos)⁹⁴

Nessa direção, em contraponto à imagem do programa como “Turismo sem Fronteiras”, e talvez em um esforço de se distinguirem dessa prática, os ex-bolsistas que criaram a Rede CsF assim se definem:

Comprometidos com o investimento que recebemos da sociedade para estudarmos no exterior, voltamos ao Brasil com um espírito mais crítico de transformação. Motivados e instigados pelos contrastes percebidos entre o nosso país e os de mobilidade; pela pouca integração entre os bolsistas; e também pelo desconhecimento de uma proposta robusta para a continuidade dos objetivos do programa Ciência sem Fronteiras após o

⁹⁴ No original: “I don’t know whether it is in the report or not, but I think one of the key factors of this type of program success, I think, is ideology. It is just not about sending people abroad, technically, right? (...) I am not afraid of saying ‘propaganda’, you won’t be able to force people to come back. It should be their desire. And this should come with ideology. That’s why, when we send Bolashak scholars – and many Bolashak scholars with go abroad, they are kind of – I would say – psychologically, spiritually inspired. Because this is not a presidential program. You are an ambassador or your country. You are going abroad, and you have to study well. And you have to come back. Because all your country, your nation, is expecting from you. Because it is tax payer’s Money. Any Bolashak people understands this. They understand that your country, your country people, spend money on you. And you have responsibility. And responsibility is a big issue. Another point is, if the country is not successful, it is also their problem. The country, the government, authorities does not offer opportunities for those people. Then, it is also their problem. And when these two factors come together, successful dynamics economy in the country and ideology – people who do understand why they are actually going, understand their responsibility – I think this is a key to the success.”

período de mobilidade, estamos engajados em contribuir com o Brasil através de uma rede: a Rede CsF. (REDE CsF, 2014a)

Essa iniciativa é valorizada por Oliva (2014) principalmente no tocante aos desdobramentos da experiência internacional, mas essas questões precisam ser debatidas e consideradas na avaliação e condução do Programa.

4.4 Análise final

As questões que se levantam neste estudo sobre o Ciência sem Fronteiras, os seus porquês, também são questões que especialistas e observadores de educação internacional fazem. Nossas inquietações, surgidas modestamente na mesa de trabalho, não são isoladas e se conectam a outras em nível mundial.

A avaliação mais sintética que se pode fazer do Ciência sem Fronteiras, especificamente quanto ao objetivo de internacionalização da educação superior, é que o estabelecimento de uma meta de governo – numérica, quantitativa – em um prazo determinado e curto, comprometeu a qualidade do processo. Forçou a redução de parâmetros para se alcançar maior número de estudantes. Deixou em segundo plano a cooperação acadêmica – de onde adviria a produção acadêmica internacional, a pesquisa colaborativa, enfim, elementos considerados centrais para a internacionalização.

Há contribuição ao processo de internacionalização, mas o real avanço recai sobre as instituições, que devem exercer papel proativo e assumir o controle da internacionalização, nos moldes que atendam às suas missões e perfis institucionais. Há espaço para iniciativas na internacionalização, e é preciso assumir esse protagonismo.

O tema abre possibilidade de inúmeros estudos – seja pelas articulações do programa no cenário da inovação e das ligações entre a universidade e a indústria; seja pelas políticas de educação para competência linguística de outros idiomas em um país monolíngue de dimensão continental – inclusive com seus desdobramentos no ensino fundamental e médio; seja investindo-se mais detidamente na questão dos rankings e a classificação de universidades de classe mundial. Internamente às

instituições, seria interessante um estudo comparativo para identificar experiências de atualização das matrizes curriculares, em face da mobilidade internacional.

Nossa pesquisa, voltada para a primeira chamada do CsF e para um período que passou a ser considerado “piloto” do Programa, pode também ser tomada como piloto, um exercício sobre o tema. Esperamos que sirva para enfatizar a necessidade de acompanhamento de programas de mobilidade internacional, e que possa contribuir para um entendimento crítico da internacionalização da educação superior.

REFERÊNCIAS

ABC. Academia Brasileira de Ciências. *Abertura da 63ª Reunião Anual da SBPC*. 13/07/2011. Disponível em: <http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=1297>. Acesso em: 28 maio 2014.

AGÊNCIA FAPESP. *Diversidade em ciência é destacada por presidente da DFG*. 17 de outubro de 2014. Por Heitor Shimizu. Munique, 17 out. 2014. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/diversidade_em_ciencia_e_destacada_por_presidente_da_dfg/20047/> Acesso em: 17 nov. 2014.

ALTBACH, Philip G. *The costs and benefits of world-class universities*. International Higher Education. 2003. Disponível em: <https://htmlprod.bc.edu/prd/f?p=2290:4:0::NO:RP,4:P0_CONTENT_ID:100190>. Acesso em: 15 nov 2014.

ALTBACH, Philip G.; REISBERG, Liz; RUMBLEY, Laura E. *Trends in global higher education: tracking an academic revolution*. A report prepared for the Unesco 2009 World Conference on Higher Education. Massachusetts: Center for International Higher Education, Boston College, 2009.

ALTBACH, Philip G. Advancing the national and global knowledge economy: the role of research universities in developing countries. *Studies in Higher Education*, 2013a. v. 38, n. 3, 316–330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03075079.2013.773222>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

ALTBACH, Philip G. Globalization and the university: realities in an unequal world. In: FOREST, James J.; ALTBACH, Philip G. *International Handbook of Higher Education*, v. 1: Global Themes and Contemporary Challenges. Dordrecht: Springer, 2008.

ALTBACH, Philip G. Globalization and the university. Myths and realities in an unequal world. *Tertiary Education and Management*, n. 1, 2004.

ALTBACH, Philip G. The complexity of higher education: a career in academics and activism. In: MALDONADO-MALDONADO, Alma; BASSETT, Roberta Malee (Eds). *The Forefront of International Higher Education*. A Festschrift in honor of Philip G. Altbach. Dordrecht-Heidelberg-New York-London: Springer, 2014. (Higher Education Dynamics, v. 42) p. 21-23.

ALTBACH, Philip G. *The international imperative in higher education*. Global Perspectives on Higher Education, v. 27. Rotterdam-Boston-Taipei: Sense Publishers-Center for International Higher Education, 2013b.

BEZERRA, Maria das Graças Dantas. *O processo de internacionalização da educação como fator estratégico de desenvolvimento institucional: um olhar sobre as ações de internacionalização desenvolvidas em instituições de ensino superior do Rio Grande do Norte na visão dos seus representantes* Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade Potiguar. Programa de Pós-Graduação em Administração. Área de concentração: Gestão Estratégica de Negócios. Natal, Disponível em: <<http://unp.br/wp-content/uploads/2013/12/Maria-Das-Gracas-.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Ministério da Educação. *Ciência sem fronteiras*. Um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação. 2011a. Disponível em: <www.capes.gov.br/images/stories/download/Ciencia-sem-Fronteiras_DocumentoCompleto_julho2011.pdf> Acesso em: 13 set. 2014.

BRASIL. Decreto 3.196, de 5 de outubro de 1999. Promulga o Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países Membros do MERCOSUL, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, n. 192, 6 de out. 1999. Seção 1, p. 40-41. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=06/10/1999&jornal=1&pagina=41&totalArquivos=96>>. Acesso em: 13. dez. 2012.

BRASIL. Decreto 7.642, de 13 de dezembro de 2011b. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, n. 239, 14 de dez. 2011b. Seção 1, p. 7-8. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=7&data=14/12/2011>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

BRASIL. Lei 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, n. 102, 29 de maio 2003. Seção 1, p. 2-9. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/05/2003&jornal=1&pagina=9&totalArquivos=159>>. Acesso em: 12 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação*. PNPG 2011-2020. Brasília: Capes, 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Interministerial MEC/MCTI 01, de 9 de janeiro de 2013. Institui as áreas e temas prioritários de atuação do Programa Ciência sem Fronteiras. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, n. 8, 11 de jan. 2013. Seção 1, p. 24. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=24&data=11/01/2013>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Pronatec*. Página eletrônica oficial. [s/d] Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>>. Acesso

em: 13 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Ponto de Contato Nacional para as Diretrizes da OCDE. Disponível em: <<http://www1.fazenda.gov.br/sain/pcn/PCN/ocde.asp>> Acesso em: 22 Fev. 2014.

BRASIL. Presidenta (2011-: D. V. Rousseff) Mensagem ao Congresso Nacional, 2011. 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54a legislatura. Brasília: Presidência da República, 2011c. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/liderancas/lidptsf/Mensagem%20ao%20Congresso%202011.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2014.

BRITISH COUNCIL. *Report: Megatrends*. The future of international education. (Education Intelligence) Nov. 2013. Disponível em: <http://www.britishcouncil.org/sites/britishcouncil.uk2/files/megatrends_v1_1.pdf>. Acesso em: 21 Nov 2014.

BRITISH COUNCIL-DAAD. The rationale for sponsoring students to undertake international study: an assessment of national student mobility scholarship programmes. Going Global 2014. Disponível em: <http://www.britishcouncil.org/sites/britishcouncil.uk2/files/e002_outward_mobility_study_final_v2_web.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2014.

BROWN, Phillip, LAUDER, Hugh, ASHTON, David. *Education, globalisation and the knowledge economy*. A Commentary by the Teaching and Learning Research Programme. September 2008. Disponível em: <www.tlrp.org/pub/documents/globalisationcomm.pdf>. Acesso em: 31 Dez 2013.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Programa Ciência sem Fronteiras*. Graduação Sanduíche nos EUA. Chamada Pública CAPES no. 01/2011. 2011a. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/GraduacaoSanduicheEUA_ChamPubl-01_2011.pdf>. Acesso em: 6 set. 2014.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Primeira chamada do Ciência sem Fronteiras tem mais de 7 mil inscritos*. Sexta, 4 de novembro de 2011b. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/cienciasemfronteiras/html/noticias/noticia_primeira_chamada.html>. Acesso em: 21 set. 2014.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Programa Ciência sem Fronteiras*. Ministro da C&T lança o programa Ciência sem Fronteiras. Terça, 26 de Julho de 2011c. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/cienciasemfronteiras/html/noticias/noticia_ministro.html>. Acesso em: 12 set.2014.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Papel no Programa*. Portal CsF. (s/d) Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/papel-no-programa>>. Acesso em: 21 set. 2014.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.) *A sociedade em rede*. Do conhecimento à ação política. Conferência promovida pelo Presidente da República. Série Debates Presidência da República. Belém, Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. p. 17-30.

CASTELLS, Manuel. O novo paradigma do desenvolvimento e suas instituições: conhecimento, tecnologia da informação e recursos humanos. Perspectiva comparada com referência à América Latina. In: CASTRO, Ana Célia. *Desenvolvimento em Debate*. Rio de Janeiro: Mauad: BNDES, [2002], pp. 397-416. International Seminar on Latin American Development Bank of Brazil. Rio de Janeiro, Brazil, Sept. 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias>. Acesso em: 20 nov. 2012.

CASTRO, Claudio de Moura, BARROS, Hélio, ITO-ADLER, James. SCHWARTZMAN, Simon. Cem mil bolsistas no exterior. *Interesse Nacional*, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cemmil.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2014.

CDES. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Ata da 38a. Reunião Plenária*. 2011c. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/evento/7264/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-38.html>> . Acesso em: 27 set. 2014.

CDES. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *CDES debate criação de programa de bolsas de estudo no exterior*. Para presidente do CNPq, é um assunto importante que deve discutido no âmbito do Conselho. Assessoria da Sedes, 07/07/2011. 2011b. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/noticia/22895/cdes-debate-criacao-de-programa-de-bolsas-de-estudo-no-exterior.html>> Acesso em: 24 set. 2014.

CDES. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Página eletrônica institucional. *Memória Reunião Preparatória 38 Pleno*. 2011a. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/evento/7884/pleno-do-cdes-reuniao-preparatoria-38-reuniao-ordinaria-do-pleno-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social.html>> Acesso em: 28 set. 2014.

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Estatuto Social Centro de Gestão e Estudos Estratégicos*. Brasília, 8 de outubro de 2013. 2013a. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/arquivos/cgee_estatuto.pdf> Acesso em: 11 nov. 2014. Página eletrônica oficial: <http://www.cgee.org.br>.

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Relatório Final do Contrato de Gestão MCTI-CGEE*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Dez. 2013. 2013b. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/arquivos/relatoriocgmct2013.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

CHAIMOVICH, Hernan. Brasil, ciência, tecnologia: alguns dilemas e desafios. *Estud. av.*, São Paulo, v. 14, n. 40, Dec. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>.

php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Nov. 2014.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. *Dados Chamadas Graduação Sanduíche*. Atualizado em 07-11-2014. 2014a. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/dados-chamadas-graduacao-sanduiche>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. *Graduação-Sanduíche EUA*. Chamada Pública Programa Ciência Sem Fronteiras/ Fulbright/Nova/HBCUS Nº 156/2013. 2013a. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=d10cd085-ac98-4a13-a4c6-d811c00ad2d8&groupId=214072>. Acesso em: 18 set. 2014.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. *Graduação sanduíche no exterior*. [s/d]. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/graduacao_result>. Acesso em: 08 nov. 2011.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. Página eletrônica institucional. 2011. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em: 25 set. 2014.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. *Painel de controle do Programa Ciência sem Fronteiras*. 2014b. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 23 nov 2014.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. Sobre a seleção das instituições no exterior participantes do Programa Ciência sem Fronteiras. 21 de janeiro de 2013. 2013b. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/views/-/journal_content/56_INSTANCE_VF2v/214072/2877496>. Acesso em: 29 set. 2014.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. Vídeo institucional do programa Ciência sem Fronteiras, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério da Educação. Uploaded on Dec 20, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pZSrMU4PDWk>>. Acesso em: 25 set. 2014.

CNE. Conselho Nacional de Educação. Produto 1. Atividade 1. *Documento técnico contendo estudo analítico, teórico e metodológico sobre o impacto e a organização do Programa Ciência sem Fronteiras nas políticas públicas da Educação Superior*. Ref. BOC 914BRZ1136-MEC 2012/2013. Prof. Dr. Francisco José Batista de Albuquerque. Consultor. Abril de 2013. Disponível em: <<http://www.portal/mec.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Relatório de gestão institucional do exercício de 2011*. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/3fb0c216-da46-4ae1-b6dd-9cf134b1e8f0>> Acesso em: 18 out. 2014.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Sala de Imprensa. *Disponibilizadas as primeiras 2 mil bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras*. 17 de agosto de 2011b. Disponível em: <<http://www.memoria.cnpq.br/saladeimprensa/noticias/2011/0817.htm>> Acesso em: 26 set. 2014.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Visualização de notícias. *Comitê do Ciência sem Fronteiras faz sua primeira reunião*. Qui, 24 Mai 2012. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/221572>. Acesso em: 08 nov. 2014.

CONGRESSO das Américas sobre Educação Internacional. Página eletrônica oficial. Disponível em: <<http://www.caie-caei.org/pt/sobre-nos/estrutura-do-caei/>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

COSTA, Marisa Vorraber. Sujeitos e subjetividades nas tramas da linguagem e da cultura. In: CANDAU, V. M. (Org.) *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 29-46.

DE WIT, Hans. Globalisation and Internationalisation of Higher Education [introduction to online monograph]. *Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento* (RUSC). v. 8, n. 2, p. 241-248. 2011. UOC. ISSN 1698-580X. Disponível em: <<http://openaccess.uoc.edu/webapps/o2/bitstream/10609/13540/2/v8n2-de-wit-eng.pdf>>. Acesso em: 16 Fev. 2014.

DIAS SOBRINHO, José. *Dilemas da educação superior no mundo globalizado*. Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

EDUCATION USA BRASIL. Perfil Facebook. [S.I.], 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/EducationUSABR?sk=info>>. Acesso em: 20 set. 2014.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Programa “Bom dia, Ministro”, 28/07/11. Disponível em: <<http://conteudo.eservicos.com.br/programas/bom-dia-ministro/arquivos/ouvir?prog=28-07-11-bom-dia-ministro-aloizio-mercadante-ciencia-e-tecnologia.mp3>> Acesso em: 13 maio 2014.

FERREIRA, Suely. *A universidade do século XXI: Concepções, finalidades e contradições*. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2009. Disponível em: <<http://ppge.fe.ufg.br/up/6/o/Tese%20Suely%20Ferreira.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2014.

GAMA, Zacarias; VILLARDI, Raquel. Espaço comum de Ensino Superior da União Europeia, América Latina e Caribe (ECES - UEALC): nova forma de incorporação dependente?. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362014000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2014.

GATES, Bill. *The New Road Ahead*. Where next for the knowledge economy? Reprinted from Newsweek, Special Edition on Technology. 2005. Disponível em: <<http://www.microsoft.com/presspass/ofnote/12-05newsweek.msp>> Acesso em: 18 out. 2014.

GOING GLOBAL 2014. *Why send students away?*. Session 5.8. Miami, abril 2014. Disponível em: <<http://www.goingglobal2014.com/video/967/7415>> . Acesso em: 4 nov. 2014.

GÜRÜZ, Kemal. *Higher education and international student mobility in the global knowledge economy*. 2.ed. rev. and updated. Albany, NY: State University of New York Press, 2011.

HECKERT, Ana Lúcia C. A globalização e os novos mecanismos de controle. *Revista Contexto e Educação*. v. 16, n. 62. 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1207>> Acesso em: 23 nov. 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. Coordenação Geral do Censo da Educação Superior. *Censo da Educação Superior 2013*. Glossário Consolidado. Brasília-DF. Janeiro 2014, p. 18-19. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf> Acesso em: 23 nov. 2014.

INSTITUTE OF INTERNATIONAL EDUCATION. Página eletrônica oficial. [s.l.] Disponível em: <<http://www.iie.org/Who-We-Are/History>>. Acesso em: 18 out. 2014.

JUDD, Katherine Elizabeth. *101 mil brasileiros no mundo: as implicações do Programa Ciência sem Fronteiras para o Estado Desenvolvimentista Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15453>> Acesso em: 23 nov. 2014.

KNIGHT, Jane. *Higher Education in Turmoil*. The changing world of internationalization. *Global Perspectives on Higher Education*, v. 13. Rotterdam-Taipei: Sense Publishers, 2008. Disponível em: <<https://www.sensepublishers.com/media/475-higher-education-in-turmoil.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

KNIGHT, Jane. Is internationalization of higher education having an identity crisis? In: MALDONADO-MALDONADO, Alma, BASSETT, Roberta Malee (Eds.). *The forefront of international higher education*. A festschrift in honour of Philip G. Altbach. *Higher Education Dynamics*, v. 42. Dordrecht-Heldelberg-New York-London: Springer, 2014. (e-Book)

KNOBEL, Marcelo. Brazil seeks academic boost by sending students abroad. *International Higher Education*. n. 66. Winter 2012, p. 15-17.

LAUS, Sonia. *A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina*. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/sonia_pereira_tese_final.pdf> Acesso em: 14 nov. 2014.

LAUS, Sonia. *Alguns desafios postos pelo processo de internacionalização da educação superior no Brasil*. [Projeto Internationalization of Higher Education in Latin America, 2003.] IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, dez. 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/35810/Sonia%20Pereira%20Laus%20-%20ALGUNS%20DESAFIOS%20POSTOS.pdf?sequence=4&isAllowed=>>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

LEE, Jesse. *"Together We Can Advance Our Common Prosperity": The President Speaks to the People of Brazil*. The White House, March 21, 2011. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/blog/2011/03/21/together-we-can-advance-our-common-prosperity-president-speaks-people-brazil>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

LIMA, Manolita Correia, CONTEL, Fábio Betioli. *Internacionalização do ensino superior: Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento*. São Paulo: Alameda, 2011.

LIMA, Manolita Correia, MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. *Avaliação*. Campinas-Sorocaba-SP, v. 14. n.3, p. 583-610. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a04v14n3>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MALDONADO-MALDONADO, Alma. Academic mobility as social mobility or the point of no return. In: MALDONADO-MALDONADO, Alma; BASSETT, Roberta Malee (Eds.). *The forefront of international higher education*. A festschrift in honour of Philip G. Altbach. Higher Education Dynamics, v. 42. Dordrecht-Heldelberg-New York-London: Springer, 2014. (e-Book)

MARGINSON, Simon. Emerging higher education in the post-Confucian heritage. In: ARAYA, Daniel, MARBER, Peter. *Higher education in the global age: policy, practice and promise in emerging societies*. New York: Taylor & Francis, 2014. Disponível em: <<http://www.gbv.de/dms/zbw/736278605.pdf>> Acesso em: 17 nov. 2014.

MELLO, Sidney et al. *Internationalization of Higher Education in Brasil*. Mesa redonda. Conference of the Americas on International Education - CAIE-CAEI, Mexico, 2013.

MERCADANTE, Aloizio. 2011. *Ciência sem Fronteiras*. Um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação. Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, julho 2011. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/apresentacoes/ApresentacaoMer>>

cadante260711.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

MERCOSUL EDUCACIONAL. Página eletrônica oficial. [s/d]. Disponível em: <<http://edu.mercosur.int/pt-BR/com-atas/universitarios-mercosur/78-sobre-o-projeto/135-atividades.html>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

MERCOSUR Integración e Interlocución: Lengua y Cultura. Proposta Europeaid/130695/M/ACT/R06. [S.l.] 2011. Projeto 32 do Mercosul Educacional, coordenado por Livia Maria de Freitas Reis Teixeira. Disponível em: <<http://edu.mercosur.int/pt-BR/com-atas/universitarios-mercosur/79-redes/149-projeto-32.html>>. Acesso em: 27 set. 2014.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Os Programas de C,T&I para o Desenvolvimento Nacional*. Apresentação feita pelo Presidente, Glaucius Oliva, ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em 07 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/evento/7884/pleno-do-cdes-reuniao-preparatoria-38-reuniao-ordinaria-do-pleno-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social.html>>. Acesso em: 27 set. 2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Comunicado Conjunto da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente Barack Obama – Brasília, 19 de março de 2011. Notas à Imprensa, n. 119. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-da-presidenta-dilma-rousseff-e-do-presidente-barack-obama-brasilia-19-de-marco-de-2011/?searchterm=obama%202011>>. Acesso em: 16 out. 2014

MOROSINI, Marília (Editora-Chefe). *Enciclopédia de Pedagogia Universitária: Glossário*. v. 2 . Brasília: INEP/Rede Sul Brasileira de Investigadores de Educação Superior, 2006a. 610 p. Disponível em: <http://www.furb.br/proen/new/docs/Enciclopedia_Pedagogia.PDF> Acesso em: 06 out. 2014.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006b. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2012.

MOTTA, Débora. *Cooperação internacional em C,T&I será tema de seminário promovido pela FAPERJ*. 25/4/2013. Disponível em: <http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=9036>. Acesso em: 3 nov. 2014.

MOTTA, Vânia Cardoso da. Politizando a “sociedade do conhecimento” sob a ótica do pensamento de Gramsci. *B. Téc. SENAC*. Rio de Janeiro, v.32, n 1. jan./abr., 2006. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/321/bts32_1-artigo2.pdf> Acesso em: 06 out. 2014.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley, PRONKO, Marcela Alejandra, MENDONÇA, Sônia Regina. Capital Social. In: PEREIRA, Isabel Brasil, LIMA, Julio César França. (Org.) *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2. ed. rev. ampl. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-Fiocruz, 2008. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/capsoc.html>> Acesso em: 08 nov. 2014.

OECD. Programme on Innovation, Higher Education and Research for Development (IHERD) Research Universities: Networking the Knowledge Economy. Background document .Final Report. A Working Paper on Policy Implications. Seminar co-hosted by OECD/Project IHERD, Sida/Sweden and Boston College, USA. Boston College 10-13 October 2012. Disponível em: <http://www.oecd.org/sti/Session%205_Networking%20the%20Knowledge%20Economy.pdf>. Acesso em: 03 maio 2014.

OLIVA, Glaucius. *Education, Science, Technology and Innovation: the Pillars of Development in Brazil*. Palestra proferida no Birkbeck Institute for the Humanities, Universidade de Londres, em 10 de novembro de 2014.

OLIVEIRA, Mariana. *Dilma Rousseff lança documento com 13 diretrizes de governo*. São Paulo: G1, 25 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-lanca-documento-com-13-diretrizes-de-governo.html>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

ORTIZ, Alejandro. Brazil: Pathways for the future. *World Education News and Reviews*. October 1, 2014. Disponível em: <<http://wenr.wes.org/2014/10/brazil-pathways-for-the-future/>> Acesso em: 18 out. 2014.

PORTAL BRASIL. Programa “Café com a Presidenta”, 06/01/14. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/01/dilma-afirma-que-educacao-e-o-passaporte-para-o-futuro-do-brasil>>. Acesso em: 13 maio 2014.

QS. Top Universities. Worldwide university rankings, guides & events. *QS World University Rankings*, 2014. Disponível em: <<http://www.topuniversities.com/university-rankings>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

REDE CSF. Carta aberta de interesse público sobre a Rede CSF. 21 de junho de 2014. 2014a. Disponível em: <<http://www.redecsf.org/#!carta-aberta/cna9>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

REDE CsF. Projeto Melhoria CsF. 15 de julho de 2014. 2014b. Disponível em: <<http://www.redecsf.org/#!Projeto-Melhoria-CsF/c13t5/4FD4FDBC-57D3-45A8-9AF7-DABC2D395EC3>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

ROMERO, Simon, CALMES, Jackie. Brazil and U.S. accentuate the positive. *The NY Times*. April 9, 2012. On-line. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/04/10/world/americas/in-dilma-rousseff-visit-brazil-and-us-accentuate-positive.html?pagewanted=all&_r=1>. Acesso em: 16 out. 2014

ROUSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a 37ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)*. Brasília-DF, 26 de abril de 2011a. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-37a-reuniao-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social-cdes>>. Acesso em: 25 set. 2014.

ROUSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na 38ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)*. Brasília-DF, 26 de julho de 2011b. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-38a-reuniao-ordinaria-do-pleno-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social-cdes>>. Acesso em: 04 maio 2014.

ROUSSEFF, Dilma. *Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV sobre o Dia do Trabalho*. Brasília-DF, 29 de abril de 2011c. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-sobre-o-dia-do-trabalho>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República Dilma Rousseff durante cerimônia de lançamento da segunda etapa do Programa Ciência sem Fronteiras*. Brasília-DF, 25 de junho de 2014. Disponível em: <<https://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-da-segunda-etapa-do-programa-ciencia-sem-fronteiras>>. Acesso em: 30 set. 2014.

SAE. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. *Óticas para o desenho, monitoramento e avaliação de políticas públicas*. Chamada para Debate – Textos para discussão. 20 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=5726>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. *As universidades latino-americanas e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável da região*. In: _____. (Org.) *Universidades e Desenvolvimento na América Latina*. Experiências exitosas de centros de pesquisas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/ianas.pdf>> Acesso em: 18 nov. 2014.

SILVA, Maria das Graças Martins da; BERALDO, Tânia Maria Lima. *Universidade, sociedade do conhecimento, educação: o trabalho docente em questão*. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (orgs.). *Educação Superior no Brasil: 10 anos pós-LDB*. Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <<http://ppge.fe.ufg.br/up/6/o/Tese%20Suely%20Ferreira.pdf>> Acesso em: 18 out. 2014.

SILVA, Stella Maris Wolff da. *Cooperação acadêmica internacional da CAPES na perspectiva do Programa Ciência sem Fronteiras*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. UFRGS, dezembro de 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69929/000875539.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

SÖDERQVIST, Minna. *The internationalization and strategic planning of higher education institutions*. An analysis of Finnish EPS strategies. Helsinki School of Economics and Business Administration. Helsinki, 2007. Disponível em: <<http://epub.lib.aalto.fi/pdf/hseother/b33.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2014.

SURVEY MONKEY. Software de questionários e pesquisas on-line. Palo Alto, Califórnia, EUA: SurveyMonkey Inc. Disponível em: <<http://www.surveymonkey.com>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

THE. *World Universities Rankings by Times Higher Education*. 2014. Disponível em: <<http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2011-12/world-ranking/region/north-america>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

THE WHITE HOUSE. Office of the Press Secretary. *Fact Sheet: Educational Exchanges for the 21st Century*. 100,000 Strong in the Americas and Science without Borders. April 9, 2012. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/04/09/fact-sheet-educational-exchange>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

UNESCO. *Sociedade do conhecimento versus economia do conhecimento*. Conhecimento, poder e política. Brasília: Unesco, SESI, 2005a, p. 47-88. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001417/141702POR.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

UNESCO Institute of Statistics. *Global flow of tertiary-level students*. 2011. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/Education/Pages/international-student-flow-viz.aspx>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

UNESCO. *Towards Knowledge Societies*. Unesco World Report. 2005b. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001418/141843e.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2014.

UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas. Página eletrônica institucional. *Artigo descreve experiência da Unicamp com duplo diploma*. 20/01/2014. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2014/01/20/artigo-descreve-experiencia-da-unicamp-com-duplo-diploma>> Acesso em: 9 nov. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. *Resolução 363/2008*. Aprovação do Regulamento dos Cursos Graduação da UFF. 2008. Disponível em: <<http://www.conselhos.uff.br/cep/resolucoes/2008/363-2008.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. *Resolução 133/2013*. Regulamenta o regime de cotutela de tese de doutorado entre a UFF e instituições de ensino superior estrangeiras. 2013. Disponível em: <<http://www.conselhos.uff.br/cep/resolucoes/2013/133-2013.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Edital Conjunto Proppi/Prograd/DRI 01/2011*. Dispõe sobre a candidatura de alunos da Universidade Federal Fluminense às Bolsas Sanduíche no Exterior para Graduação (SWG) da Capes e do CNPq no Programa Ciência sem Fronteiras. 2011. Disponível em: <<http://www.aai.uff.br/edital-conjunto-proppi-prograd-dri-012011>>. Acesso em: 20 set. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Edital N° 10/2014-DRI/UFF*. 2014. Disponível em: <http://www.aai.uff.br/sites/default/files/edital_2015_2016_final_rev_nc.pdf>. Acesso em: 23 nov 2014.

US DEPARTMENT OF STATE. 100,000 Strong in the Americas. s/d. Disponível em: <<http://www.state.gov/p/wha/rt/100k/>>. Acesso em: 15 out. 2014.

VEJA. O mundo é nosso. Edição 2294, de 7 de novembro de 2012. p. 133 a 146. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em: 12 set. 2014.

VIANA, Guilherme Medeiros. *A reação Norte-Americana ao programa Ciência sem Fronteiras*. Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais. (XV Curso de Especialização em Relações Internacionais) Brasília: UnB, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8195/1/2014_GuilhermeMedeirosViana.pdf> Acesso em: 24 nov. 2014.

VILALTA, Luis Antonio. *A internacionalização do ensino superior brasileiro*. Conceito e características do processo em instituições privadas de ensino superior. Tese. (Doutorado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15339> Acesso em: 14 nov. 2014.

ZELEZA, Paul Tiyambe. Conhecimento, globalização e hegemonia: produção do conhecimento no século XXI. In: UNESCO. *Sociedade do conhecimento versus economia do conhecimento*. Conhecimento, poder e política. Brasília: Unesco-Sesi, 2005. p. 19-46. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001417/141702POR.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.